

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL**

ANA LUCIA DE FREITAS AZAMBUJA

**A CASA DO POVO RIBEIRINHO: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM SÃO BORJA-RS**

**São Borja - RS
2025**

ANA LUCIA DE FREITAS AZAMBUJA

**A CASA DO POVO RIBEIRINHO: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM SÃO BORJA-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Muriel Pinto

Coorientador: Prof. Dr. Alex Sander
Barcelos Retamoso

**São Borja - RS
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A991c Azambuja, Ana Lucia de Freitas
A Casa do Povo Ribeirinho: proposta de desenvolvimento
territorial da pesca artesanal em São Borja-RS / Ana Lucia de
Freitas Azambuja.
165 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2025.
"Orientação: Muriel Pinto".

1. Pesca Artesanal. 2. Políticas Públicas. 3. Comunidade
Ribeirinha. 4. Sustentabilidade Regional. 5. Economia
Criativa. I. Título.

ANA LUCIA DE FREITAS AZAMBUJA

**A CASA DO POVO RIBEIRINHO: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM SÃO BORJA-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestra em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 15 de outubro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Muriel Pinto

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. Victor da Silva Oliveira

UNIFESSPA

Profa. Dra. Jaqueline Carvalho Quadrado
UNIPAMPA

Profa. Dra. Solange Emilene Berwig
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/10/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/10/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Victor da Silva Oliveira, Usuário Externo**, em 16/10/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/10/2025, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1859467** e o código CRC **F0E52DD2**.

Dedico este trabalho ao meu filho, Pether — luz da minha vida e motivo da minha persistência. Que este trabalho te inspire a sonhar com coragem, viver com amor e lembrar que a dedicação deixa marcas que atravessam o tempo e o coração.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio e à presença de muitas pessoas que caminharam comigo, de perto ou de longe, por meio de palavras, gestos ou até mesmo pelo silêncio.

Agradeço a Deus e ao Universo, por abrirem os caminhos e me guiarem com força e intuição.

Ao Mestre Mateus Silva de Medeiros, que me apresentou o mundo das políticas públicas com generosidade, abrindo portas que mudaram minha trajetória. Com profunda gratidão ao Mestre dos Mestres, Prof. Dr. Eugênio da Luz (Geninho), cuja sabedoria e luz iluminaram meus passos e inspiraram cada conquista nesta jornada acadêmica.

À Universidade Federal do Pampa (Unipampa), espaço público de conhecimento e transformação social, por me permitir fazer parte de sua história. Ao meu orientador, Prof. Dr. Muriel Pinto, pela orientação e por confiar no meu olhar sobre o tema, sua condução foi essencial nesta caminhada. Ao meu coorientador, Prof. Dr. Alex Sander Barcelos Retamoso, pelas contribuições, ampliando minha visão de pesquisa. Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, que contribuíram para a formação do meu pensamento analítico e crítico, com carinho à Prof^a Dr^a Solange Emilene Berwig. Aos colegas de curso, com quem compartilhei aprendizados, angústias e alegrias — em destaque, Mauricio Danski, cujas conversas sempre foram sementes no meu processo formativo.

À comunidade ribeirinha e pesqueira de São Borja, pela confiança, pelas histórias compartilhadas e por me permitirem olhar mais de perto as riquezas e os desafios desse território. Meus agradecimentos ao Sr. Edson Fraga, presidente da Colônia de Pescadores Z-21, ao Sr. Gibrair e à Sra. Maria Luiza (Dona Nenê).

E aos meus familiares e amigos, por compreenderem meus silêncios, ausências e inquietações — com todo meu afeto ao meu filho, Pether; à minha irmã do coração, Raquel Vieira; e à minha amiga Eliane da Rosa, cuja força e amizade foram luz nos momentos difíceis. Por eles, todos os dias valem a pena.

E, finalmente, agradeço a mim mesma pela perseverança, força e sabedoria em reconhecer que estamos em constante aprendizado.

*Se conseguir
Aquilo que você quer
E conseguir manter
A nobreza de ser quem tu é
Tenha certeza
Que vai nascer uma planta
Que a flor vai ser de esperança
De amor pro que der e vier*

— Armandinho

RESUMO

A pesca artesanal em São Borja/RS constitui uma prática de grande importância para a identidade cultural, a subsistência das famílias ribeirinhas e a dinâmica local do município. Apesar desse papel, a categoria enfrenta dificuldades em acessar e se beneficiar plenamente das ações governamentais a ela destinadas, como o seguro-defeso e demais programas de apoio social e econômico. Tais fragilidades revelam a necessidade de compreender como as iniciativas do Estado são executadas, percebidas e apropriadas pelos profissionais da pesca, a fim de propor alternativas que tornem essas medidas mais efetivas e alinhadas às necessidades comunitárias. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo analisar de que forma as políticas estatais e as iniciativas locais influenciam o extrativismo pesqueiro em São Borja, considerando dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas, bem como as possibilidades de fortalecer a atividade por meio da economia criativa e da sustentabilidade regional. A investigação adota abordagem qualitativa e exploratória, estruturada a partir da observação participante, de escutas informais e da análise documental. O trabalho de campo foi desenvolvido junto à Colônia de Pescadores, possibilitando o acompanhamento de rotinas administrativas, demandas recorrentes e relatos sobre as condições de pesca, os impactos ambientais e as dificuldades no acesso a benefícios. Para dar consistência à interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo, articulada à triangulação entre diferentes fontes de informação — relatos dos pescadores, registros documentais e observação participante — o que assegurou maior confiabilidade e profundidade à análise. Os resultados evidenciam tensões entre a elaboração das políticas e sua execução na realidade local. A formulação de políticas públicas, geralmente realizada em esferas governamentais distantes da realidade municipal, não incorpora de forma consistente as especificidades socioculturais e econômicas dos pescadores artesanais. Já na execução, emergem entraves burocráticos, carência de infraestrutura organizacional da colônia e a ausência de canais permanentes de participação, o que fragiliza o processo de aplicação. Essa desconexão entre o desenho centralizado e a prática regional reforça a necessidade de mecanismos que ampliem a escuta e o protagonismo dos trabalhadores da pesca, de modo a assegurar que as medidas governamentais cheguem ao espaço local e respondam efetivamente às prioridades da comunidade ribeirinha. Essas constatações subsidiam a proposição de recomendações voltadas ao aprimoramento da execução das ações públicas, ao reforço da representação coletiva e à valorização da pesca tradicional como patrimônio social e cultural de São Borja. Ao disponibilizar essas reflexões, a investigação contribui para o debate acadêmico e para a gestão pública, oferecendo elementos que podem orientar novas pesquisas, auxiliar a concepção de políticas mais inclusivas e reforçar estratégias de desenvolvimento regional sustentável baseadas na pesca de pequena escala.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Políticas Públicas; Comunidade Ribeirinha; Sustentabilidade Regional; Economia Criativa.

ABSTRACT

Artisanal fishing in São Borja, Rio Grande do Sul, is a practice of great importance to the cultural identity, the livelihood of riverside families, and the local dynamics of the municipality. Despite this role, this sector has faced access difficulties and has benefited fully from government initiatives designed for it, such as the unemployment insurance and other social and economic support programs. These weaknesses reveal the need to understand how government initiatives are implemented, perceived, and achieved by fishing professionals, in order to propose alternatives that make these measures more effective and aligned with community needs. In this sense, the study aims to analyze how state policies and local initiatives influence fisheries extraction in São Borja, considering social, cultural, environmental, economic, and political dimensions, as well as the possibilities of strengthening the activity through the creative economy and regional sustainability. The research adopts a qualitative and exploratory approach, structured around participant observation, informal interviews, and documentary analysis. Fieldwork was conducted at the Fishermen's Colony, enabling the monitoring of administrative routines, recurring demands, and reports on fishing conditions, environmental impacts, and difficulties in accessing benefits. To ensure consistent data interpretation, content analysis was used, combined with triangulation of different sources of information—fishermen's accounts, documentary records, and participant observation—which ensured greater reliability and depth to the analysis. The results highlight tensions between policy development and implementation in the local context. Public policy formulation, often carried out in government spheres far removed from the municipal reality, fails to consistently incorporate the sociocultural and economic specificities of artisanal fishers. During execution, bureaucratic obstacles, a lack of organizational infrastructure within the colony, and the absence of permanent channels for participation emerge, all of which weaken the implementation process. This disconnect between centralized design and regional practice reinforces the need for mechanisms that expand the listening and participation of fishermen, ensuring that government measures reach the local level and effectively respond to the priorities of the riverside community. These findings support the proposal of recommendations aimed at improving the implementation of public actions, strengthening collective representation, and valuing traditional fishing as a social and cultural heritage of São Borja. By providing these reflections, the research contributes to academic debate and public administration, offering elements that can guide new research, aid in the design of more inclusive policies, and reinforce sustainable regional development strategies based on small-scale fishing.

Keywords: Artisanal Fishing; Public Policies; Riverside Community; Regional Sustainability; Creative Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rio Uruguai: fronteira natural entre Brasil e Argentina.....	21
Figura 2 - Localização fronteiriça do município de São Borja-RS	21
Figura 3 - Distribuição por Gênero dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-21	28
Figura 4 - Faixa Etária dos Pescadores artesanais da Colônia Z-21	28
Figura 5 - Escolaridade dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-21	29
Figura 6 - Distribuição por Gênero da Associação de Pescadores Artesanais	30
Figura 7 - Diagrama representando a população de ribeirinhos e pescadores artesanais em São Borja	80
Figura 8 - Nossa Senhora dos Navegantes.....	83
Figura 9 - Nossa Senhora da Conceição.....	84
Figura 10 - Iemanjá	84
Figura 11 - Mapeamento de 21 pesqueiros indicados pelos pescadores artesanais de São Borja.....	87
Figura 12 - Tipos de moradia dos pescadores artesanais.....	88
Figura 13 - Bomba de sucção e retenção de peixes: acampamento fixo	88
Figura 14 - Enchente no rio Uruguai: áreas ribeirinhas afetadas	91
Figura 15 - Fachada e entorno da Colônia de Pescadores Z-21 em São Borja	94
Figura 16 - Matriz SWOT da Pesca Artesanal em São Borja	98
Figura 17 - Mapa mental dos cinco eixos articulados para o fortalecimento comunitário.....	120
Figura 18 - Capa do Guia Rápido para Emissão de Nota Fiscal Fácil (NFF)	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-21 - São Borja/RS.....	27
Quadro 2 - Caracterização dos Pescadores Artesanais da Associação de Pescadores - São Borja/RS.....	30
Quadro 3 - Categorias Emergentes.....	32

LISTA DE SIGLAS

AR	Argentina
BR	Brasil
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Indonésia
CBST	Cesta de Bens e Serviços Territoriais
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPPEAALC	Comissão de Pesca em Pequena Escala, Artesanal e Aquicultura da América Latina e Caribe
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
Fapergs	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IFFAR	Instituto Federal Farroupilha
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
SIAL	Sistemas Agroalimentares Localizados
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.1 Objetivos	18
1.2 Justificativa.....	18
1.3 Metodologia.....	20
2 REVISÃO DE LITERATURA	34
2.1 Desenvolvimento Territorial.....	35
2.2 Pesca Artesanal: prática tradicional e forma de resistência	44
2.3 Economia Criativa	58
3 RIO URUGUAI: TERRITÓRIO ENTRELAÇADO DE COMUNIDADE RIBEIRINHA E PESQUEIRA	61
3.1 O Rio Uruguai como território de vida e subsistência.....	61
3.2 Panorama da comunidade ribeirinha e do Rio Uruguai.....	64
3.3 Tradições, pertencimento e relação com a natureza	72
4 DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS	79
4.1 Dinâmica social, cultural e natural.....	79
4.2 Dinâmica econômica	94
4.3 Dinâmica política	99
5 AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A VALORIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL PELA ECONOMIA CRIATIVA NA FRONTEIRA	105
5.1 Diagnóstico das lacunas nas políticas públicas para os pescadores artesanais.....	106
5.2 Propostas de valorização dos saberes tradicionais e da cultura ribeirinha	109
5.3 A Casa do Povo Ribeirinho como proposta de política pública alternativa, cultural e econômica	115
5.4 O papel da universidade na mediação entre Estado e comunidades tradicionais	120

5.5 Rede intermunicipal ribeirinha: complementariedade ecológica e cooperação territorial	124
6 CONCLUSÃO	130
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICE A	150
ANEXO A	164

1. INTRODUÇÃO – CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A pesca artesanal vai muito além da extração de peixes: é um modo de vida que integra práticas sociais, saberes e laços comunitários transmitidos entre gerações. Nessas comunidades, as técnicas de pesca se ajustam ao comportamento dos ecossistemas locais e aos ciclos naturais, mostrando um conhecimento que nasce da convivência cotidiana com o território (BEGOSSI, 2004; MOREIRA, 2003).

Do ponto de vista do desenvolvimento territorial, o fortalecimento de um território depende da articulação entre dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais, bem como da capacidade de protagonismo local (PECQUEUR, 2005). Essa perspectiva valoriza o capital humano e os conhecimentos tradicionais como elementos centrais para a construção de estratégias inclusivas e sustentáveis.

A pesca tradicional exemplifica a ligação entre modo de vida e território: é simultaneamente meio de subsistência, expressão cultural e forma de organização comunitária (IBAMA, 2007; GOMES et al., 2024). Em lugares ribeirinhos, como os trechos do Rio Uruguai, essa atividade contribui para a manutenção de rotinas, ritos e identidades que estruturam a vida social da região.

A economia criativa surge como uma possibilidade de valorizar e diversificar esses costumes tradicionais. Conceitos e atividades ligados ao setor cultural inovador — como gastronomia baseada em pescado da localidade, artesanato, produtos culturais e turismo de experiência — permitem transformar conhecimento ancestral e hábitos em bens simbólicos e fontes alternativas de renda (HOWKINS, 2001; UNCTAD, 2010; 2022). No contexto comunitário, isso pode fortalecer a coesão social e ressignificar conhecimentos locais como ativos estratégicos (GOMES et al., 2024; CAZELLA et al., 2020).

Quando articulada a políticas públicas participativas, essa abordagem inovadora baseada na cultura pode potencializar o desenvolvimento endógeno, respeitando identidades e promovendo integração. Nessa articulação, o reconhecimento do capital simbólico e da biodiversidade abre espaço para iniciativas que aumentem a renda sem desarticular os métodos tradicionais (PECQUEUR, 2005; BOURDIEU, 1986).

A interseção entre a pesca ribeirinha, as iniciativas culturais inovadoras e o desenvolvimento territorial revelam possibilidades concretas de consolidação. A

combinação entre manejo sustentável, práticas culturais e arranjos institucionais pode ampliar a resiliência das comunidades tradicionais e diversificar suas fontes de sustento. No contexto do Rio Uruguai, compreender como saberes e modos de atuação herdados se transformam em estratégias coletivas permite vislumbrar caminhos de inclusão social e sustentabilidade.

Contudo, essas tradições, que constituem um patrimônio imaterial das populações tradicionais, muitas vezes são ameaçadas por pressões externas. Moreira (2003) destaca a apropriação indevida de conhecimentos por setores industriais — especialmente biotecnologia e farmacêutica —, enquanto estudos sobre o ambiente aquático apontam que a degradação de rios e a perda de habitats contribuem para o declínio da atividade pesqueira (SANTOS et al., 2022). Essas dinâmicas fragilizam a continuidade das maneiras de agir locais frente a modelos de exploração intensiva.

Além do valor cultural e identitário, a atividade pesqueira tem papel relevante na segurança alimentar e na economia local. Estimativas da FAO (2017a; 2017b) indicam que pescados e produtos da aquicultura são fonte primária de proteína para parcela significativa da população mundial, e milhões de pessoas na América Latina e no Caribe dependem direta ou indiretamente dessas atividades, o que demonstra sua importância socioeconômica. Moura et al. (2025) reforçam que políticas públicas moldam diretamente essas condições de vida, interferindo na cultura do lugar e no sentimento de pertencimento territorial.

Mesmo assim, persistem desafios estruturais: a falta de políticas eficazes para conservar recursos hídricos, a ausência de um marco jurídico que reconheça territórios pesqueiros como bens coletivos, e a carência de regularização fundiária limitam a proteção e a sustentabilidade do extrativismo pesqueiro (CARVALHO, 2023). Soma-se a isso a invisibilidade do protagonismo das mulheres e a desvalorização da atividade, fatores que desestimulam a continuidade intergeracional e agravam a instabilidade econômica (MOURA et al., 2025).

Nesta dissertação, o recorte envolve o município de São Borja, às margens do Rio Uruguai e na fronteira com Santo Tomé (AR) — a pesca ribeirinha adquire feições particulares. No bairro do Passo, área periférica do município, a atividade pesqueira é fonte central de sustento para muitas famílias, articulando-se com o comércio, a reprodução de formas culturais e a gestão cotidiana da biodiversidade (SÃO BORJA, 2017). Compreender esse cenário permite identificar tensões e potencialidades específicas para intervenções públicas e estratégias de valorização comunitária.

A partir dos pontos levantados, define-se o problema central desta pesquisa por meio do seguinte questionamento: **como as políticas públicas direcionadas aos pescadores artesanais em São Borja influenciam os modos de vida das famílias ribeirinhas, a subsistência local e as vias de sustentabilidade territorial por meio da valorização dos saberes tradicionais e de iniciativas de economia criativa?**

1.1 Objetivos

O objetivo desta pesquisa é analisar como as políticas públicas e as iniciativas locais influenciam a pesca artesanal no município de São Borja, considerando suas dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas, bem como as vias de sustentabilidade territorial por meio da economia criativa.

Objetivos Específicos:

- Mapear as principais políticas públicas voltadas à pesca de pequena escala.
- Examinar de que maneira essas políticas afetam o cotidiano do extrativismo pesqueiro e a subsistência das famílias.
- Investigar a relação entre a pesca tradicional, o desenvolvimento territorial e as práticas culturais de aproveitamento econômico no contexto da comunidade ribeirinha.
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos pescadores, incluindo as questões ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas.
- Propor estratégias para o fortalecimento da atividade pesqueira artesanal, aproveitando seu potencial econômico e cultural.

1.2 Justificativa

A pesca artesanal desempenha um papel central na economia, na cultura e na organização do núcleo social ribeirinho de São Borja (BEGOSSI, 2004; MOREIRA, 2003). Mais do que uma atividade econômica, ela constitui um modo de vida, em que saberes ecológicos tradicionais, transmitidos de geração em geração, orientam práticas sustentáveis de manejo dos recursos pesqueiros (IBAMA, 2007; GOMES et al., 2024). Essa atividade garante subsistência, preserva tradições e fortalece a

identidade cultural dos ribeirinhos, configurando-se como um patrimônio imaterial da região.

No contexto local, os pescadores artesanais enfrentam desafios específicos. Apesar da importância da pesca para a manutenção de rotinas, ritos e relações comunitárias, a ausência de políticas públicas efetivas limita a consideração do trabalho e a segurança econômica das famílias (MOURA et al., 2025; CARVALHO, 2023). No município, políticas concretas como o seguro-defeso e o fornecimento de cestas básicas representam iniciativas que alcançam os pescadores, mas ainda não garantem de maneira plena a sustentabilidade do extrativismo pesqueiro e a continuidade intergeracional da atividade (SÃO BORJA, 2017).

A atividade pesqueira artesanal está intimamente ligada ao desenvolvimento territorial, pois envolve dimensões sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas (PECQUEUR, 2005). Nesse contexto, iniciativas de caráter cultural, voltadas para o aproveitamento econômico do conhecimento local, podem ampliar a resiliência comunitária, gerar alternativas de renda e promover a coesão social (HOWKINS, 2001; UNCTAD, 2010; 2022; CAZELLA et al., 2020). A promoção desses saberes, articulada a políticas públicas participativas, contribui para consolidar a pesca de pequena escala como estratégia de desenvolvimento endógeno, respeitando identidades, biodiversidade e modos de vida tradicionais (PECQUEUR, 2005).

Apesar de seu valor econômico e cultural, a pesca ribeirinha enfrenta ameaças externas. A degradação de habitats aquáticos, a poluição dos rios e a sobre-exploração de recursos comprometem a sustentabilidade da atividade (SANTOS et al., 2022). Além disso, a invisibilidade do protagonismo feminino, a desvalorização social do trabalho pesqueiro e a falta de validação legal das áreas de pesca prejudicam o aproveitamento pleno do potencial socioeconômico da atividade (MOREIRA, 2003). Compreender essas limitações é essencial para propor intervenções que efetivamente atendam às necessidades do grupo social.

Embora existam programas e políticas de alcance nacional, como os promovidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), sua ênfase histórica em outras regiões do país reforça a necessidade de estudar como essas políticas se materializam localmente em São Borja (BRASIL, 2024a).

A pesquisa busca investigar as lacunas existentes, analisar as consequências da implementação das políticas e identificar oportunidades para estratégias que integrem desenvolvimento sustentável, valorização cultural e geração de renda

(MOURA et al., 2025; GOMES et al., 2024). Este estudo se torna ainda mais relevante diante da escassez de literatura e de dados atualizados sobre a pesca de subsistência na região Sul do Brasil. Ao investigar as condições de vida dos pescadores, os desafios enfrentados e a interação com políticas públicas e iniciativas locais, é possível fornecer informações que orientem ações mais eficazes, contribuindo para a sustentabilidade econômica, cultural e ambiental da população ribeirinha.

Além disso, a pesquisa fortalece o papel da universidade como mediadora entre comunidade, poder público e conhecimento acadêmico, promovendo diálogo, transferência de saberes e articulação de estratégias de reconhecimento do setor pesqueiro (BOURDIEU, 1986; CAZELLA et al., 2020). Ao evidenciar as dificuldades e potencialidades locais, este estudo visa propor soluções que fortaleçam a pesca local, a inclusão social e a preservação da identidade cultural de São Borja, garantindo a continuidade desta prática tradicional para as futuras gerações (PECQUEUR, 2005).

1.3 Metodologia

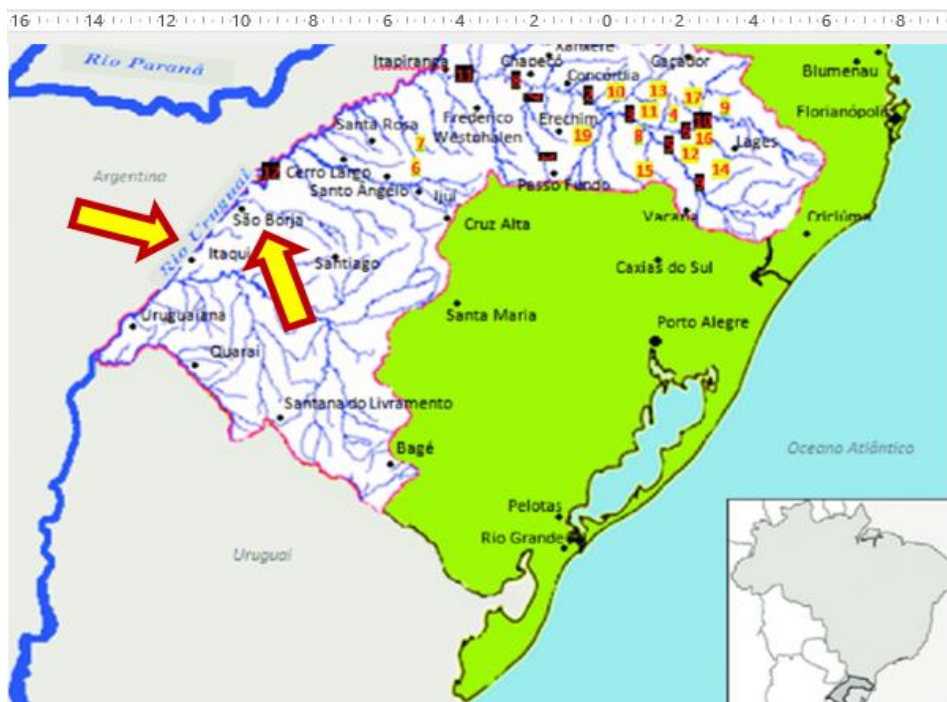
A metodologia utilizada nesta pesquisa visa compreender de forma aprofundada as práticas, percepções e desafios vivenciados pelos pescadores artesanais de São Borja, articulando elementos qualitativos e exploratórios.

A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de analisar contextos sociais complexos e pela escassez de dados previamente disponíveis sobre o tema, permitindo que as interpretações emergissem do contato direto com os sujeitos pesquisados.

Nesse sentido, a investigação foi desenvolvida no município de São Borja, localizado na região oeste do estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com a Argentina, tendo como limite natural o rio Uruguai. O território é marcado pela presença de comunidade de pescadores artesanais, cuja atividade está diretamente vinculada ao uso dos recursos pesqueiros do rio.

Para situar a área da investigação, apresenta-se o mapa com a extensão do rio Uruguai e a localização das cidades gêmeas (São Borja – BR e Santo Tomé – AR), destacando a área em que se encontram os pescadores artesanais investigados.

Figura 1 - Rio Uruguai: fronteira natural entre Brasil e Argentina



Fonte: Adaptado pela autora de PASE et al. (2016, p. 49)

Figura 2 - Localização fronteiriça do município de São Borja-RS



Fonte: adaptado pela autora de IBGE (2025).

Como observado nas Figuras 1 e 2, a área de estudo concentra-se em São Borja, próxima à fronteira argentina. O bairro do Passo, onde se localiza o grupo social, situa-se às margens do rio, permitindo compreender o contexto geográfico em que as atividades se desenvolvem e reforçando a relação entre território, modos de vida e práticas culturais locais.

Inserida nesse contexto territorial e social específico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com o objetivo de compreender as dinâmicas sociais, culturais, naturais, econômicas e políticas que envolvem os pescadores artesanais de São Borja, bem como de que forma as políticas públicas são implementadas e percebidas por eles.

Essa escolha justifica-se pela escassez de dados sobre o tema e a necessidade de construir uma análise aprofundada baseada na interação direta com os sujeitos da pesquisa. Conforme destacam Deslandes, Gomes e Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite captar os sentidos e significados compartilhados pelos participantes, exigindo do pesquisador sensibilidade para interpretar a complexidade das relações sociais e culturais presentes no contexto estudado.

Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Nesse sentido, a ênfase recai sobre o processo investigativo e sobre a capacidade de interpretar os sentidos vivenciados e compartilhados pelos pescadores em seu cotidiano.

Além disso, nesse tipo de pesquisa, o pesquisador é simultaneamente sujeito e objeto da investigação, o que implica uma imersão gradual no contexto de estudo, permitindo construir a confiança necessária para compreender profundamente a realidade dos pescadores artesanais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

Nesse aspecto, a tradição etnográfica de Malinowski (1978) é fundamental para compreender a importância da observação participante, que possibilita observar os fatos, viver junto, compartilhar experiências e perceber significados que não emergiriam em interações superficiais.

O estudo também se apoia na análise de conteúdo indutiva, conforme proposta por Bardin (2016), que permite organizar e interpretar o material empírico de modo sistemático. A categorização emergente possibilita identificar padrões, regularidades e contradições nas falas dos pescadores, construindo interpretações que não estão previamente definidas, mas que surgem do próprio campo de investigação.

A opção por uma pesquisa exploratória é sustentada por autores como Gil (2008), para quem esse tipo de estudo busca proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e construindo hipóteses ou caminhos de análise. Dada a escassez de investigações sobre os pescadores artesanais em São Borja, a exploração inicial constitui um passo indispensável para uma ampla compreensão das dinâmicas locais.

Por fim, a triangulação entre falas, observações de campo e análise documental garante maior confiabilidade às interpretações. Para Sampieri, Collado e Baptista (2014), a utilização de múltiplas fontes e técnicas amplia a validade dos resultados e fortalece a pesquisa qualitativa.

Na mesma direção, Deslandes et al. (2010) ressaltam que a triangulação constitui uma estratégia indispensável para integrar diferentes perspectivas metodológicas, permitindo maior consistência e profundidade às análises. Essa multiplicidade de informações possibilita articular diferentes olhares, enriquecendo a compreensão sobre as práticas cotidianas, os desafios enfrentados e as percepções dos pescadores em relação às políticas públicas.

Com base nessa perspectiva metodológica integrada e na necessidade de articular diferentes técnicas de investigação, a realização da pesquisa seguiu um conjunto de etapas articuladas, combinando diferentes instrumentos e técnicas para garantir a consistência da análise. A coleta de dados ocorreu de forma gradual, respeitando a dinâmica do campo e as especificidades do grupo estudado.

Dentro desse processo gradual e de imersão, o primeiro contato com a Colônia de Pescadores de São Borja aconteceu em agosto de 2024, quando a pesquisadora se apresentou ao presidente, Sr. Edson Fraga, expondo que a pesquisa tinha como objetivo compreender o modo de vida dos pescadores artesanais do município. Nesse encontro inicial, a recepção ocorreu com desconfiança, pois ele acreditava que a pesquisadora buscava associar-se à colônia apenas para obter os benefícios do seguro-defeso.

Após o diálogo, foi apresentado o caráter acadêmico da investigação, sendo obtida autorização para acompanhar as atividades da entidade e realizar as gravações. Nesse momento, manifestou-se o interesse em compreender a composição do grupo, seu modo de vida, os benefícios acessados e a possibilidade de aquisição de uma nova sede para a colônia. De forma inesperada, a pesquisadora deparou-se com a perspectiva de criação da Casa do Povo Ribeirinho, experiência

que se tornou um marco no percurso investigativo. O episódio marcou o início da observação participante (Deslandes et al., 2010) e foi fundamental para a construção de confiança com os sujeitos pesquisados.

Nesse contexto, as observações passaram a ocorrer também na rotina administrativa da colônia. Durante os primeiros meses, frequentava semanalmente a secretaria da colônia, localizada no Ginásio de Esportes do município, no turno da tarde, período em que ocorria o atendimento aos associados. Nesse espaço, permanecia em média duas horas por encontro, acompanhando a rotina da diretoria (presidente, secretário e tesoureiro) e as demandas dos pescadores, como:

- dificuldades no cadastro, que resultavam na suspensão do seguro-defeso;
- emissão de notas fiscais, dificultada pelo analfabetismo funcional de parte dos pescadores;
- solicitação de cestas básicas;
- conversas informais sobre condições de pesca, enchentes e problemas ambientais.

No início, apenas o presidente interagiu comigo, e aos poucos ia me aproximando do secretário, tesoureiro e, finalmente, dos associados que chegavam para resolver pendências ou apenas conversar. Havia momentos em que eles pareciam esquecer da minha presença, e isso permitia ouvir conversas sinceras sobre a vida cotidiana e os desafios da pesca.

Nesse processo, ampliaram-se as escutas para além das interações formais.

Com a convivência contínua, a confiança foi se estabelecendo. Passei a ouvir relatos sobre:

- impactos climáticos na pesca (altas temperaturas, presença de limo grudado nas redes);
- denúncias de crimes ambientais (desmatamento de mata ciliar e invasão de margens de rios);
- efeitos das hidrelétricas no ecossistema local;
- práticas tradicionais de pesca e resistência ao cooperativismo;
- dificuldades no acesso à educação formal;
- relatos sobre espécies locais de peixes, suas proibições e manejo;
- queixas sobre lavouras de soja e arroz e impactos ambientais;
- importância do seguro-defeso e das cestas básicas como apoio emergencial.

A presença contínua no campo permitiu que a pesquisadora fosse gradualmente aceita, e passasse a ser reconhecida como integrante legítima do cotidiano do grupo.

Nesse estágio do trabalho de campo, a inserção passou a ocorrer também por meio da participação em atividades da colônia.

A partir da confiança estabelecida, fui convidada a colaborar em diferentes atividades, como:

- organização de documentos (atas, estatuto, listas de associados);
- elaboração da ata da eleição da nova diretoria;
- acompanhamento da entrega de cestas básicas da CONAB;
- participação em visitas a acampamentos fixos e móveis de pescadores;
- visita a um espaço artesanal no pátio de um pescador, onde ocorre a construção de chalanas e a confecção de redes de pesca;
- inscrição e acompanhamento do presidente em eventos institucionais, como seminários e rodas de conversa.

Essas experiências configuram a observação participante em seu sentido pleno (Deslandes et al., 2010), pois o pesquisador observa e, ao mesmo tempo, se insere nas práticas cotidianas do grupo.

Para além das atividades internas, a pesquisa estendeu-se a eventos e espaços de representação institucional.

Além da rotina interna da colônia, acompanhei os pescadores em eventos externos, como:

- participação do presidente na minha apresentação no SEMIIC Fronteira – Seminário Internacional de Indústrias Criativas na Fronteira –, realizado na Unipampa, Campus 1 de São Borja, nos dias 25 e 26 de junho de 2025;
- participação na roda de conversas organizada pela Emater e Unipampa, em 26 de junho de 2025.

Esses espaços demonstram como a pesca artesanal começa a ser discutida em instâncias institucionais, ainda que de maneira incipiente, evidenciando a tentativa de reconhecimento da categoria.

Essas experiências demandaram o registro sistemático das informações e a articulação de diferentes fontes de dados.

Os dados foram registrados em:

- gravações de áudio;

- anotações em diário de campo;
- fotografias.

A análise foi conduzida por meio da triangulação (Deslandes et al., 2010), articulando:

- falas dos pescadores;
- observações participantes;
- documentos oficiais (atas, estatutos, cadastros, pareceres técnicos).

Essa multiplicidade de fontes permitiu maior confiabilidade às interpretações e a construção de categorias emergentes, derivadas diretamente do contato com o campo, reforçando o caráter exploratório do estudo e a busca por dar voz às experiências concretas dos pescadores artesanais.

A partir dessa sistematização do material empírico, avançou-se para a etapa de coleta de dados no campo.

A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante e conversas espontâneas orientadas por eixos temáticos, inspiradas na abordagem etnográfica de Malinowski (1978), que propõe a imersão do pesquisador no cotidiano do grupo estudado.

A observação participante incluiu:

- Visitas aos acampamentos;
- Percursos de chalana e barco a motor;
- Conversas nas residências;
- Oficinas de construção de pequenos barcos de madeira a remo;
- Participação em assembleia da colônia;
- Entrega de cestas básicas.

Embora inicialmente prevista a realização de entrevistas semiestruturadas, a prática de campo revelou a necessidade de adaptação. O excesso de perguntas poderia gerar desconfiança e fechamento por parte dos pescadores, cuja postura é marcada por reserva diante de estranhos. Assim, optou-se por perguntas simples e cotidianas, como: “Deu peixe hoje?”, “Como estava o rio?” ou “O seguro já saiu?”, permitindo que os pescadores compartilhassem suas histórias de forma espontânea.

As interações foram registradas por gravação de áudio, com consentimento prévio, evitando anotações que poderiam interferir na naturalidade do diálogo. Posteriormente, as gravações foram analisadas de forma sistemática, servindo como base para a construção do corpus de análise, sem a transcrição literal de cada fala.

A seleção dos participantes foi intencional, buscando refletir a diversidade de experiências na pesca artesanal, considerando gênero, faixa etária, tempo de experiência e vínculo associativo. Foram incluídos pescadores vinculados tanto à Colônia de Pescadores Z-21 quanto à Associação, o que possibilitou uma visão mais abrangente da categoria.

Essa diversidade de participantes reflete-se nos quadros a seguir.

Quadro 1 - Caracterização dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-21 - São Borja/RS

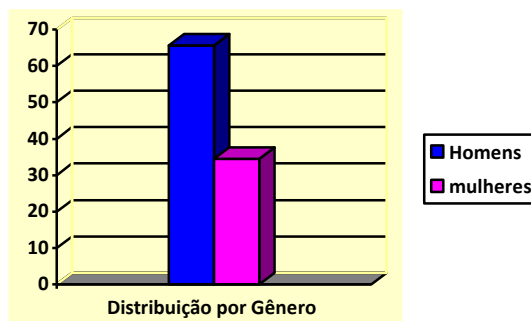
Categoria	Descrição
Situação Jurídica	Possui Ata de Fundação e Estatuto Social
Total de Pescadores Artesanais	90 pescadores
Distribuição por Gênero	59 homens (65,56%) / 31 mulheres (34,44%)
Faixa Etária	21-30 anos: 1 (1,11%) 31-40 anos: 12 (13,33%) 41-50 anos: 21 (23,33%) 51-60 anos: 28 (31,12%) 61-70 anos: 24 (26,66%) 71-80 anos: 4 (4,45%)
Escolaridade Geral	Ensino Fundamental: 93% Ensino Médio: 7%
Escolaridade por Gênero	Ensino Fundamental: 84 pescadores Ensino Médio: 1 homem / 5 mulheres

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 1 apresenta a caracterização dos pescadores artesanais da Colônia Z-21, destacando aspectos como situação jurídica, total de associados, distribuição por gênero, faixa etária e escolaridade. Observa-se que a maioria possui ensino fundamental completo, com predomínio de homens entre os associados.

Essas informações se complementam com a Figura 3, que ilustra de forma visual a distribuição por gênero, permitindo uma compreensão imediata da proporção entre homens e mulheres na colônia.

Figura 3 - Distribuição por Gênero dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-21



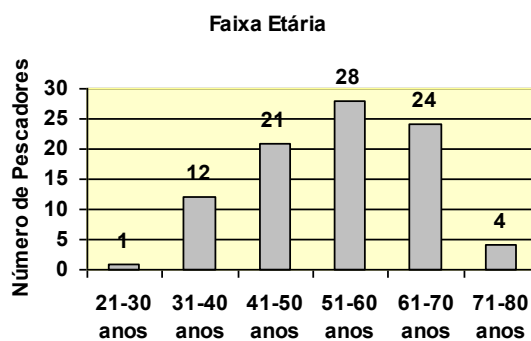
Fonte: Elaborado pela autora

A figura 3 indica a predominância masculina entre os pescadores artesanais, enquanto as mulheres representam uma minoria. Essa composição reflete aspectos históricos e culturais do extrativismo pesqueiro na região.

Embora a pesca seja tradicionalmente exercida por homens, as mulheres têm participação significativa em atividades de apoio, organização familiar e manutenção da subsistência, demonstrando contribuições essenciais ao funcionamento da comunidade.

Essa distribuição de gênero fornece um panorama sobre a composição da categoria, e a figura a seguir apresenta a faixa etária dos pescadores, permitindo compreender melhor a estrutura etária e os desafios relacionados à transmissão de conhecimentos e à força de trabalho na comunidade.

Figura 4 - Faixa Etária dos Pescadores artesanais da Colônia Z-21



Fonte: Elaborado pela autora

A Figura 4 apresenta a faixa etária dos pescadores artesanais da Colônia Z-21, indicando que a maioria está acima de 50 anos, revelando o envelhecimento da categoria, suas implicações para a continuidade da pesca e a preservação dos saberes tradicionais. Esse panorama etário reflete a necessidade de atenção às políticas públicas e estratégias de manutenção da atividade pesqueira local.

Na sequência, a figura a seguir apresenta a escolaridade dos pescadores, permitindo compreender a formação educacional predominante e suas implicações para o acesso a informações e serviços.

Figura 5 - Escolaridade dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-21



Fonte: Elaborado pela autora

A Figura 5, referente à escolaridade dos pescadores artesanais da Colônia Z-21, mostra que a imensa maioria possui apenas o ensino fundamental, enquanto uma pequena parcela concluiu o ensino médio.

Esse quadro educacional restrito pode influenciar tanto as possibilidades de inserção em políticas públicas quanto o acesso a oportunidades de capacitação e diversificação de renda, aspectos que se somam às dificuldades já enfrentadas pela categoria.

O Quadro 2 sistematiza os pescadores vinculados à Associação, permitindo a comparação com o grupo da Colônia Z-21 existente no município.

Quadro 2 - Caracterização dos Pescadores Artesanais da Associação de Pescadores - São Borja/RS

Categoria	Descrição
Situação Jurídica	Sem informações
Total de Pescadores Artesanais	111 pescadores
Distribuição por Gênero	80 homens (72,07%) / 31 mulheres (27,93%)
Faixa Etária	Sem informações
Escolaridade Geral	Sem informações
Escolaridade por Gênero	Sem informações

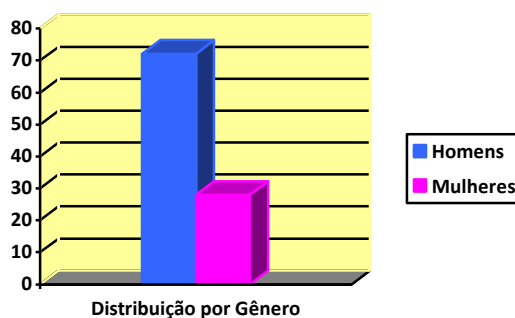
Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 2 mostra a composição dos pescadores ligados à Associação. Diferentemente da Colônia Z-21, não houve acesso direto a informações detalhadas sobre situação jurídica, faixa etária e escolaridade dos associados, o que limita uma ampla compreensão sobre esse grupo.

Os únicos dados disponíveis referem-se ao total de pescadores e à distribuição por gênero, repassados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - RS (EMATER/RS) escritório de São Borja. Essa ausência de registros sistematizados pode refletir fragilidades institucionais na gestão da Associação, além de dificultar análises mais consistentes sobre o perfil de seus integrantes.

Na sequência, a Figura 6 ilustra a distribuição de gênero entre os pescadores associados, complementando as informações parciais apresentadas no quadro.

Figura 6 - Distribuição por Gênero da Associação de Pescadores Artesanais



Fonte: Elaborado pela autora

A Figura 6 apresenta a distribuição por gênero dos pescadores vinculados à Associação, evidenciando a predominância masculina, com 72,07% de homens, enquanto as mulheres representam 27,93% do total. Embora em menor número, a presença feminina é considerável se comparada à Colônia Z-21, sugerindo que as mulheres têm buscado maior inserção nesse espaço coletivo, possivelmente ampliando sua participação nas dinâmicas da pesca artesanal e nas atividades associativas.

Na sequência, o material empírico produzido passou a ser organizado e interpretado de forma sistemática.

Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo indutiva (Bardin, 2016), na qual as categorias emergem do próprio material empírico.

Etapas do processo:

1. *Pré-análise / leitura flutuante* — organização das transcrições das gravações, das notas elaboradas a partir das observações em campo e dos documentos coletados; leituras reiteradas para familiarização com o material e identificação de temas recorrentes.
2. *Codificação aberta e categorização* — fragmentação do material em unidades de sentido (trechos de fala, descrições observacionais) e atribuição de códigos descritivos. Esses códigos foram posteriormente agrupados em categorias temáticas, refinadas de forma iterativa ao longo da análise.
3. *Construção de categorias e interpretação* — organização das categorias em núcleos interpretativos que articulam práticas, percepções e relações institucionais; realização de comparações constantes entre as unidades de análise, com reagrupamento segundo princípios de saturação, buscando identificar padrões, regularidades e contrastes no material.
4. *Triangulação analítica* — integração de evidências provenientes de gravações, observação participante e documentos institucionais (atas, estatutos, normativas locais), com o objetivo de reforçar a consistência e a robustez das interpretações, ampliando a confiabilidade dos achados.
5. *Validação e controle de qualidade* — Para garantir a confiabilidade e a consistência da pesquisa, foram adotadas estratégias de validação dos dados. Primeiramente, manteve-se um registro detalhado de todas as etapas da análise e decisões metodológicas (audit trail), permitindo que o percurso da pesquisa fosse transparente e passível de acompanhamento por outros

pesquisadores. Além disso, utilizou-se o retorno aos participantes (member checking), compartilhando interpretações e categorias emergentes com os pescadores, a fim de verificar se eles se reconheciam nas análises e se as informações refletiam adequadamente suas experiências.

A codificação foi realizada manual em planilhas do Excel, suficiente para organizar as falas, observações e registros em categorias temáticas.

Quadro 3 - Categorias Emergentes

Categoria	Descrição / Exemplos	Dinâmica
Burocracia no acesso - – morosidade do seguro-defeso	Relatos sobre atraso no pagamento e impacto na subsistência	Econômica / Política
Estratégias complementares de subsistência	Focado na sobrevivência imediata, trabalhos alternativos e venda local informal	Econômica / Social
Organização e governança associativa	Atuação da Colônia e Associação: auxílio na emissão de NF produtor, recadastramento RGP anual e solicitação do seguro-defeso	Social / Política
Impactos ambientais e mudanças no rio	Alterações na pesca devido ao assoreamento, à poluição e às hidrelétricas	Ambiental
Papéis de gênero	Distribuição das atividades entre homens e mulheres na pesca artesanal	Social
Envelhecimento da categoria	Impacto na força de trabalho e transmissão de conhecimentos	Cultural / Social
Práticas informais de comercialização	Falta de rede formal de comercialização (escoamento do pescado)	Econômica
Invisibilidade política	Falta de representação, dificuldade de acesso a políticas públicas e reconhecimento institucional	Política / Social

Fonte: Elaborado pela autora

Para organizar e interpretar os dados coletados, foram identificadas categorias emergentes a partir das histórias e observações dos pescadores artesanais. Essas categorias revelam diferentes dimensões da realidade da pesca em São Borja, abrangendo aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos.

O Quadro 3 apresenta essas categorias, incluindo temas como a morosidade do seguro-defeso, estratégias complementares de subsistência, organização e governança associativa, impactos ambientais e mudanças no rio, papéis de gênero, envelhecimento da categoria, práticas informais de comercialização e invisibilidade política. Cada categoria evidencia os desafios, dinâmicas que moldam a atividade

pesqueira e a vida da comunidade, servindo de base para a análise detalhada apresentada nos resultados e discussão.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, também foram considerados os aspectos éticos e os desafios inerentes ao trabalho de campo.

A pesquisa respeitou princípios éticos em estudos com seres humanos, garantindo anonimato e confidencialidade, com assinatura do TCLE.

Entre os desafios enfrentados:

- Resistência de alguns pescadores em compartilhar informações;
- Acesso nem sempre direto a documentos institucionais;
- Divergências históricas entre Colônia Z-21 e Associação, exigindo contatos gradualmente cuidadosos.

Por fim, delimitaram-se o recorte temporal da pesquisa, os participantes envolvidos e o fechamento do percurso metodológico.

O recorte temporal da pesquisa abrange agosto de 2024 a julho de 2025, permitindo acompanhar sazonalidades e impactos das políticas públicas sobre a pesca artesanal.

Os participantes foram selecionados intencionalmente, garantindo diversidade de idades, gêneros, níveis de experiência e associação às duas instituições locais.

A metodologia combinou observação participante, conversas espontâneas e análise de conteúdo indutiva, permitindo construir uma compreensão detalhada da vida ribeirinha, das práticas culturais e do impacto das políticas públicas sobre a pesca artesanal.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A presente seção tem como objetivo apresentar os principais referenciais teóricos que sustentam esta pesquisa, a partir da articulação entre desenvolvimento territorial, pesca artesanal e economia criativa. Parte-se da compreensão de que a realidade investigada exige um olhar multidimensional, que considere os aspectos econômicos e políticos, juntamente aos saberes, práticas e sentidos construídos pela comunidade ribeirinha.

Este capítulo está organizado em três eixos: o primeiro discute o conceito de desenvolvimento territorial, com ênfase na participação social e nos territórios de identidade; o segundo aborda a pesca ribeirinha enquanto prática tradicional e forma de resistência; e o terceiro trata da economia criativa como alternativa para valorização cultural e econômica dos modos de vida ribeirinhos.

O artigo intitulado: *As abordagens do desenvolvimento territorial: origem e perspectivas recentes*, de Pecqueur (2024) apresenta uma revisão teórica atualizada, relacionando os marcos clássicos do desenvolvimento local e territorial com as abordagens contemporâneas, como a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL). Cruzando com os aportes de Pecqueur (2005) e Baudelle (2011), evidencia-se a coerência entre fundamentos que apontam o território como construção social e propostas recentes que valorizam recursos imateriais, cultura e identidade como alicerces do desenvolvimento.

O conceito de território construído, desenvolvido por Pecqueur (2005), é retomado no artigo como eixo central para a concepção de um desenvolvimento inclusivo, durável e enraizado nos contextos locais. Essa abordagem é atualizada com contribuições de autores como Muchnik et al. (2011), Colletis e Pecqueur (2018), Cazella et al. (2020, 2022) e Hirczak et al. (2022), que reforçam a relevância da governança local, da coesão comunitária e da mobilização de recursos territoriais específicos.

Pecqueur (2024), em seu artigo, questiona as leituras tecnocráticas e economicistas do desenvolvimento, retomando críticas fundamentais de Milton Santos (2006) e David Harvey (2005) à lógica homogênea e globalizante que ainda orienta muitos projetos territoriais.

2.1 Desenvolvimento Territorial

O conceito de desenvolvimento territorial tem sido explorado por diferentes perspectivas teóricas, tradicionalmente organizadas em três grandes abordagens: a clássica, a crítica e a contemporânea. Cada uma contribui para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas e políticas que estruturam os territórios e influenciam as práticas sociais e econômicas nelas inseridas.

No caso da abordagem clássica, predominante até meados do século XX, o desenvolvimento é concebido a partir de uma noção de progresso vinculada ao crescimento da produção e da riqueza, geralmente mensurado por indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), e associado ao avanço industrial e urbano. Essa compreensão articula-se aos fundamentos do liberalismo, nos quais o mercado ocupa posição central na organização da sociedade (SMITH, 1983; RICARDO, 1996). Em outra vertente, sem romper com essa lógica de expansão, o pensamento keynesiano atribui ao Estado o papel de agente propulsor da dinâmica produtiva por meio de intervenções planejadas (KEYNES, 1996). Esse conjunto de ideias encontra sistematização na teoria das etapas, que descreve a transformação das sociedades como um percurso linear rumo à industrialização, reforçando uma leitura progressiva da mudança social e estrutural (ROSTOW, 1960).

No campo da dinâmica produtiva e espacial, a concentração industrial e os polos de crescimento são vistos como motores do desenvolvimento regional (MARSHALL, 1920; PERROUX, 1955). O contraste entre o setor tradicional e o setor moderno demonstra que essas economias revelam desigualdades internas, mesmo quando o crescimento continua sendo a principal referência (LEWIS, 1954).

No âmbito da Administração, a forma de organização do trabalho passa a ser racional nos processos produtivos, com tarefas padronizadas, separação entre planejamento e execução, e controle sistemático do desempenho. A produtividade torna-se o eixo central, com métodos de supervisão e incentivos por rendimento, caracterizando um modelo de gestão voltado à eficiência e ao aumento da produção (TAYLOR, 1990).

O modelo de organização baseado na racionalidade administrativa, conhecido como burocracia, passou a ser associado, no senso comum, à lentidão e ao excesso de formalidades. Contudo, ele constitui o fundamento estrutural da maioria das

grandes organizações contemporâneas, ao estabelecer princípios como eficiência, impessoalidade e profissionalização dos processos (WEBER, 2004).

No campo das relações sociais, a divisão do trabalho ultrapassa o ângulo técnico da produção, sendo entendida como um elemento estruturante da vida em sociedade. A especialização das funções cria vínculos de interdependência entre os indivíduos, estimulando a coesão social nas sociedades modernas. Dessa maneira, o trabalho cumpre uma função produtiva e social, podendo reforçar a organização da sociedade, assim como romper os laços coletivos quando ocorrem desequilíbrios (DURKHEIM, 1999).

A partir dessas definições, observa-se que a abordagem clássica apresenta limitações importantes, sobretudo ao privilegiar o crescimento e a produção em detrimento das especificidades locais, das desigualdades estruturais e das dimensões sociais que influenciam os processos de transformação. Nesse contexto, a partir da segunda metade do século passado, surgem críticas mais consistentes à perspectiva tradicional, principalmente frente às contradições socioespaciais que ela não consegue explicar de maneira satisfatória.

Em contrapartida, a abordagem crítica surge a partir do pensamento marxista, que aponta as contradições do capitalismo e seus efeitos sobre o espaço. As relações desiguais de produção estruturam a organização social, influenciando profundamente a compreensão dos territórios e das desigualdades que se manifestam neles (MARX, 2013, 2014).

A produção desigual do espaço e a exclusão social configuram os territórios como espaços vividos, marcados por conflitos e disputas por justiça e direitos urbanos. Essas dinâmicas revelam como as relações de poder estruturam o uso e a apropriação do espaço (HARVEY, 2005; SANTOS, 2006).

A formação do capital se deu por meio da expropriação violenta dos produtores diretos, rompendo com as formas anteriores de propriedade baseadas no trabalho e estabelecendo uma separação estruturante entre trabalhadores e meios de produção. Esse processo reorganizou as dinâmicas sociais e econômicas, definindo os territórios segundo a lógica da acumulação e da reprodução do capital, de modo que o espaço passa a refletir as desigualdades geradas ao longo do tempo (MARX, 2013).

A continuidade dessa lógica obriga uma racionalidade específica ao território, organizando-o em função da exploração da força de trabalho e da extração da mais-valia, e apoiando-se em condições materiais como infraestrutura, redes e fluxos. Isso

reforça a funcionalidade do espaço ao modelo de acumulação e aprofunda as desigualdades socioespaciais (MARX, 2014).

O espaço é produzido sob pressões econômicas e políticas, gerando disputas entre lugares que buscam atrair investimentos e visibilidade. Esse processo mostra uma organização territorial seletiva e estratégica (HARVEY, 2005; SANTOS, 2006).

Em consequência disso, o território pode ser compreendido como uma totalidade dinâmica, estruturada por fluxos desiguais e múltiplas redes interconectadas de maneira assimétrica. As diferentes intensidades de uso e acesso demonstram como esse ambiente reforça desigualdades socioespaciais (SANTOS, 2006).

“[...] uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas” (SANTOS, 2006, p. 181), onde as desigualdades no uso e o papel dos agentes variam de acordo com sua posição nas dinâmicas territoriais.

Dessa forma, o espaço geográfico permanece diferenciado, de modo contínuo sendo reconfigurado pelas relações de poder, pela circulação de capital e pela luta por visibilidade e valorização nos territórios.

Além disso, essa heterogeneidade espacial implica que os lugares não são apenas espaços passivos, mas arenas de disputa e negociação, onde diferentes atores sociais, econômicos e políticos buscam impor suas estratégias e interesses. A instabilidade e a fluidez das redes reforçam a necessidade constante de adaptação e reinvenção dos territórios, que se transformam segundo as pressões externas e internas.

Assim, a *guerra dos lugares* (SANTOS, 2006) evidencia a competição entre regiões para atrair investimentos, recursos e reconhecimento, utilizando tanto infraestruturas materiais quanto símbolos culturais e identitários. Esse movimento dinâmico e contraditório caracteriza o território como um espaço vivo, marcado pela complexidade das relações e pela constante tensão entre permanência e mudança.

Complementando essa perspectiva, de acordo com Harvey (2005) o território pode ser compreendido como um espaço complexo e dinâmico, no qual diversas forças econômicas, sociais e políticas se articulam de maneira contínua, gerando processos de construção, transformação e, frequentemente, de conflito.

Essa complexidade decorre da interação entre os agentes que nele atuam, das relações de poder estabelecidas, das condições materiais e simbólicas presentes,

bem como das influências das estruturas institucionais e das dinâmicas globais que repercutem localmente. O território não se configura como um espaço homogêneo ou estático, mas como um sistema onde coexistem e se tensionam interesses diversos, envolvendo desde a circulação do capital e da força de trabalho até as práticas culturais, sociais e as políticas públicas que o regulam.

Tal perspectiva revela a importância de considerar o território como uma realidade multifacetada, na qual as múltiplas dimensões e escalas interagem e contribuem para sua configuração permanente. Como afirma o próprio autor:

Há processos em andamento, portanto, que definem os espaços regionais, em que a produção e o consumo, a oferta e a procura (por mercadorias e força de trabalho), a produção e a realização, a luta de classes e a acumulação, a cultura e o estilo de vida permanecem unidos como certo tipo de coerência estruturada, em uma soma de forças produtivas e de relações sociais (HARVEY, 2005, p. 147).

Diante disso, como construir alternativas que valorizem os sujeitos locais, seus saberes e práticas, sem sucumbir à lógica homogenizadora do capital?

É nesse contexto que emerge a abordagem contemporânea do desenvolvimento territorial, que busca integrar as dimensões econômica, social, cultural e ambiental, valorizando o protagonismo das comunidades locais e a construção coletiva dos territórios.

As abordagens contemporâneas do desenvolvimento territorial enfatizam a multidimensionalidade do desenvolvimento, incluindo aspectos econômicos, sociais, culturais, ambientais e políticos. Pesquisadores como Pecqueur (2005, 2024), Baudelle (2011), Muchnik et al. (2011), Colletis e Pecqueur (2018), Cazella et al. (2020, 2022) e Hirczak et al. (2022) destacam a importância da construção social do território, da governança local, da valorização dos recursos endógenos e do protagonismo das comunidades locais. Tais perspectivas propõem o desenvolvimento territorial como um processo participativo e sustentável, que busca integrar saberes técnicos e populares para promover coesão e inclusão.

Diante disso, esta pesquisa se ancora no diálogo entre as abordagens crítica e contemporânea do desenvolvimento territorial, reconhecendo tanto a relevância da crítica ao modelo capitalista quanto a importância do protagonismo local na construção de alternativas viáveis e justas para os territórios rurais.

A abordagem contemporânea do desenvolvimento territorial rompe com a visão tradicional centrada apenas em fatores econômicos ou estruturais e passa a considerar os territórios como construções sociais e políticas. Essa inflexão teórica é fortemente influenciada pelos trabalhos de Pecqueur (2005), que propõe uma distinção entre dois tipos de território: o *território dado*, entendido como um espaço passivo, muitas vezes associado a limitações, e o *território construído*, fruto da mobilização dos atores locais, de arranjos institucionais e da valorização de recursos previamente invisibilizados.

Para Pecqueur (2005), o verdadeiro desafio das estratégias de desenvolvimento está em transformar os recursos existentes em ativos, por meio da ação coletiva e da articulação entre diferentes instâncias e sujeitos. Esse processo é marcado por tentativas, erros e aprendizados, e está frequentemente ligado à emergência de novos problemas locais que exigem soluções criativas, colaborativas e adaptadas às especificidades territoriais. É nesse contexto que recursos antes ocultos ou desvalorizados podem ser revelados, contribuindo para um modelo de desenvolvimento que nasce a partir do território e não sobre ele.

Essa construção ativa do território se concretiza por meio de arranjos como os *clusters territoriais*, nos quais a multiplicidade de atores envolvidos resulta numa forma de regulação policêntrica. Tal concepção desloca o foco da dependência de políticas uniformes e centralizadas para a necessidade de uma ação pública adequada, contextualizada e indutora, que reconheça e potencialize a diversidade dos territórios.

Assim como Pecqueur (2005), Baudelle (2011) também contribui para essa inflexão teórica, aprofundando os debates sobre a construção social dos territórios e os desafios da governança em diferentes escalas.

Outra contribuição importante para a abordagem contemporânea do desenvolvimento territorial vem de Baudelle (2011), que examina os conceitos, desafios e debates em torno do tema no contexto europeu. Para ele, o território deixa de ser apenas um suporte físico ou administrativo e passa a ser compreendido como uma construção social dinâmica, resultante das interações entre atores, instituições e projetos coletivos.

Baudelle (2011), destaca que o desenvolvimento territorial envolve processos complexos de articulação entre escalas, exigindo uma governança multinível que reconheça a diversidade dos espaços e suas potencialidades. Além disso, aponta para a crescente valorização dos fatores endógenos (como a identidade local, os

recursos específicos e as redes de cooperação) em contraste com as estratégias exógenas padronizadas. Nesse sentido, o autor reforça a ideia de que os territórios não são recipientes passivos de políticas públicas, mas sim espaços vivos de produção de sentido e de ação coletiva, nos quais o desenvolvimento se constrói por meio da mobilização e do reconhecimento mútuo entre os diferentes agentes sociais.

A partir dessa perspectiva, Baudelle (2011) destaca três noções fundamentais que sustentam os debates recentes sobre o desenvolvimento territorial: *coesão territorial, policentrismo e redes de governança*. A coesão territorial refere-se à necessidade de garantir um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões, reduzindo desigualdades e promovendo a inclusão dos territórios menos favorecidos. Esse princípio orienta as políticas públicas na direção de justiça espacial, buscando assegurar que todos os territórios tenham acesso a oportunidades e capacidades de ação. O conceito de policentrismo, por sua vez, propõe uma organização do espaço que valoriza a existência de múltiplos centros de decisão e dinamismo, em oposição à concentração de poder e recursos em um único polo. Essa descentralização favorece maior articulação entre níveis locais, regionais e nacionais, promovendo formas mais flexíveis e adaptadas de gestão territorial. Já as redes de governança dizem respeito aos arranjos colaborativos que se estabelecem entre diferentes atores na condução dos processos de desenvolvimento. Baudelle (2011) salienta que essas redes, ao funcionarem de maneira horizontal e interdependente, são essenciais para lidar com a complexidade dos territórios contemporâneos e para fortalecer a capacidade de ação coletiva em contextos variados.

Ampliando esse olhar sobre os territórios enquanto sistemas dinâmicos e específicos, os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), propostos por Muchnik et al. (2011), trazem a dimensão produtiva e alimentar como expressão concreta das interações entre sociedade e espaço.

Na esteira dessas reflexões sobre o território como espaço construído e relacional, surge a proposta dos *Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL)*, apresentada por Muchnik et al. (2011), que amplia o debate ao incorporar a dimensão alimentar e produtiva como expressão concreta das relações entre homem, produto e território.

Essa perspectiva propõe a análise integrada das relações entre homem, produto e território, destacando as especificidades territoriais como base para compreender a organização social e produtiva de determinadas regiões. O enfoque

territorial dos SIAL valoriza as culturas alimentares locais, os modos de produção tradicionais e os processos de qualificação social dos produtos, reconhecendo a diversidade como um ativo para o desenvolvimento. Os autores identificam três dimensões principais de especificidade: dos atores e instituições locais, dos produtos e processos de qualificação, e dos consumidores e suas culturas alimentares. Essa abordagem permite pensar o território como um sistema dinâmico, em que práticas, saberes e identidades se articulam em torno de atividades produtivas com base territorial. Além disso, o conceito de SIAL se apresenta como uma nova perspectiva para o desenho de políticas públicas sensíveis ao território, favorecendo estratégias de desenvolvimento que respeitam a diversidade cultural e valorizam os recursos locais.

Dialogando com essa valorização das práticas locais e da diversidade territorial, Colletis e Pecqueur (2018) retomam a centralidade da proximidade geográfica e dos recursos territoriais como fundamentos do desenvolvimento territorial em tempos de globalização.

Ainda dentro dessa perspectiva que valoriza o território como construção social e espaço de articulações dinâmicas, Colletis e Pecqueur (2018) reforçam a centralidade da proximidade geográfica e da valorização dos recursos territoriais como elementos estruturantes do desenvolvimento. Ao revisitar reflexões anteriores sobre competição espacial, os autores argumentam que, mesmo diante da intensificação da globalização e da *aparente a-espacialidade do capitalismo contemporâneo*, as hierarquias territoriais permanecem e se aprofundam. Centros e periferias continuam a existir, revelando desigualdades na capacidade dos territórios de atrair investimentos e reter recursos. Nesse cenário, o conceito de patrimônio territorial emerge como uma chave analítica fundamental: trata-se da combinação entre memória coletiva, densidade institucional e experiências de coordenação bem-sucedidas que conferem plasticidade e resiliência às trajetórias territoriais. Assim, os territórios não são meros receptores passivos das dinâmicas globais, mas podem ativar seus próprios recursos, materiais e imateriais, como forma de resistência e reinvenção frente às pressões externas.

As políticas públicas, portanto, precisam assumir um papel indutor, reconhecendo as especificidades locais e promovendo estratégias que fortaleçam os vínculos territoriais e a autonomia dos atores. Essa crítica ao assistencialismo estatal é recorrente nos estudos sobre desenvolvimento territorial que enfatizam a

valorização dos sujeitos locais. Tal entendimento se opõe à lógica assistencialista que, ao invés de empoderar, perpetua situações de dependência e invisibiliza os saberes e capacidades locais. Como também destaca Baudelle (2011), o desenvolvimento não pode ser imposto de fora para dentro, mas precisa emergir da mobilização dos próprios territórios, respeitando suas dinâmicas e vocações. Sob essa ótica, o desafio está em construir políticas que traduzam a ideia de que não basta dar o peixe, mas que forneçam as condições institucionais, formativas e estruturais para que os sujeitos territoriais possam pescar com autonomia, fortalecendo seus vínculos com o território e ampliando suas possibilidades de futuro.

Nesse cenário de valorização dos recursos locais e de superação das lógicas homogêneas e centralizadas de desenvolvimento, assume centralidade a concepção da *Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST)*, como uma proposta analítica-estratégica para integrar produtos, serviços e saberes a partir das especificidades de cada território.

O enfoque da CBST tem se consolidado como uma abordagem relevante para pensar o desenvolvimento territorial sustentável, especialmente em contextos rurais. Cazella et al. (2020) apresentam esse conceito como uma forma de articular a oferta de produtos e serviços ancorados em ativos específicos do território, operando por meio de sistemas de governança que envolvem atores públicos, privados e associativos. O objetivo é promover uma renda de qualidade territorial, distribuída entre diferentes segmentos produtivos locais. No entanto, os autores destacam que, para a realidade brasileira, a aplicação desse enfoque exige adaptações que levem em conta desafios como a inclusão social, a formação de atores sociais com capacidade de protagonismo e a construção de modelos sustentáveis de desenvolvimento. Assim, essa proposta deve ser compreendida mais do que como um instrumento de qualificação de produtos ou de atração de mercados: trata-se, sobretudo, de uma estratégia voltada à valorização dos territórios e de seus sujeitos.

Complementando essa discussão e aprofundando a trajetória teórica do conceito, Cazella et al. (2022), ao lado de Bernard Pecqueur, resgatam as origens da Cesta no contexto europeu e suas aproximações com os debates sobre os sistemas agroalimentares e os distritos industriais.

O conceito de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) encontra suas raízes nas reflexões pós-fordistas sobre os sistemas produtivos locais e na tradição dos distritos industriais europeus, especialmente italianos e franceses. Cazella et al.

(2022), ao apresentar o dossiê *Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais*, resgatam o percurso teórico que levou à formulação dessa estratégia territorial, destacando sua conexão com os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL) e com os debates internacionais sobre os “food systems”. Essa abordagem é apresentada como um modelo analítico e como uma estratégia de ação territorial, particularmente promissora para os países do Sul global. A proposta se baseia na ideia de que os recursos territoriais, quando articulados em ofertas integradas de produtos e serviços de qualidade, podem gerar renda, identidade e coesão social. Os autores reforçam, ainda, a necessidade de adaptar esse enfoque às especificidades das realidades sociais brasileiras, o que exige reflexão crítica sobre modelos de governança, justiça territorial e valorização das práticas locais.

Seguindo essa trajetória de aprofundamento do conceito, Hirczak et al. (2022) ampliam o debate ao relacionar a CBST com os desafios contemporâneos da transição ecológica e com o papel da inteligência coletiva na construção de territórios sustentáveis. Os autores propõem uma releitura da Cesta como uma articulação de produtos e serviços baseados em recursos locais, que ao mesmo tempo expressa o resultado de processos colaborativos, impulsionados por formas de ação coletiva consciente.

Essa inteligência coletiva é compreendida como a capacidade dos sujeitos de compreender, refletir, decidir e agir de maneira conjunta em torno de um objetivo comum. Para os autores, essa capacidade se torna uma força decisiva para qualificar os territórios em meio às transformações ambientais, institucionais e sociais que marcam o presente.

Ao invés de manter o foco apenas na diferenciação econômica dos produtos, a proposta se desloca para uma lógica de especificação, fundamentada em solidariedades sociais e ecológicas. Com base em experiências desenvolvidas na França, Hirczak et al. (2022) demonstram que a emergência e a sustentabilidade das Cestas de Bens estão diretamente ligadas à capacidade dos coletivos locais de redefinir suas relações com os recursos naturais, os seres vivos e os modos de vida. Com isso, abrem-se caminhos para uma nova compreensão de qualidade territorial, que integra valores, práticas e vínculos afetivos com o território.

Consolidando esse percurso de aprofundamento teórico, Pecqueur (2024) retorna com uma reflexão crítica sobre o próprio conceito de desenvolvimento, situando o território como chave para a transição diante das crises globais.

Na culminância dessas reflexões sobre o território como construção social, política e relacional, Pecqueur (2024) retoma e aprofunda sua contribuição ao debate, ao colocar a noção de recurso territorial no centro das possíveis respostas às múltiplas crises contemporâneas, como as climáticas, alimentares, sanitárias e geopolíticas.

Em um contexto de esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na exploração ilimitada da natureza e na fé cega no progresso técnico, o autor propõe uma crítica profunda à concepção linear e homogênea do desenvolvimento. Para ele, a resiliência do sistema capitalista, que se reinventa por meio das crises, exige hoje uma renovação da própria ideia de território.

Essa renovação passa pela hibridização entre geografia social e economia, pela valorização das singularidades territoriais e pela reconstrução das estratégias de desenvolvimento a partir das especificidades culturais, históricas e ambientais de cada espaço (PECQUEUR, 2024).

Ao rejeitar a visão de um mercado perfeito e globalizado, que ignora os *grumos* (essas porções resistentes da massa homogênea), Pecqueur (2024) convida à reinvenção de um desenvolvimento territorial que reconheça a diversidade como condição de sobrevivência. A metáfora é potente: os territórios são esses *grumos* que resistem à fluidez forçada da globalização e, ao fazê-lo, oferecem pistas concretas para reequilibrar as relações entre sociedade, economia e natureza.

Nessa direção, a mediação comunitária se apresenta como um exemplo concreto de política pública alternativa capaz de fortalecer a autonomia dos territórios. Compreendida como um mecanismo inovador para resolução de conflitos, ela cria canais de diálogo entre Estado e sociedade, favorecendo práticas democráticas e a participação social (KOPS; ZITZKE, 2015). Ao atuar dentro das próprias comunidades, a mediação contribui para a redução de desigualdades e a promoção da justiça social, reforçando a capacidade dos sujeitos locais de construir coletivamente soluções adaptadas às suas realidades. Essa perspectiva conecta-se às abordagens contemporâneas do desenvolvimento territorial, que enfatizam a mobilização dos recursos endógenos e a centralidade da ação coletiva na produção de alternativas sustentáveis.

2.2 Pesca Artesanal: prática tradicional e forma de resistência

A atividade pesqueira artesanal configura-se como uma prática tradicional ancestral, profundamente enraizada nas comunidades ribeirinhas brasileiras (SILVA, 2014; SANTOS et al. 2019). Mais do que uma simples atividade econômica, ela representa um conjunto de saberes, técnicas e práticas culturais transmitidos de geração em geração, que moldam a relação entre os povos e seus territórios (MOREIRA, 2003; DIEGUES, 2001). Apesar dos desafios impostos pela modernização, pela pressão da pesca industrial e pela ausência de políticas públicas adequadas, a atividade de captura local permanece como uma forma importante de resistência social, cultural e econômica. (SILVA, 2014; SANTOS et al. 2019; DIEGUES, 2001). Esta subseção aborda a pesca ribeirinha enquanto modo de vida tradicional e instrumento de resiliência das comunidades locais, destacando seus aspectos culturais, sua contribuição para a segurança alimentar e seus desafios atuais, com o objetivo de compreender a importância de valorizar e preservar esses saberes para garantir a sustentabilidade socioambiental.

Nesse sentido, compreender a pesca artesanal implica considerar as trajetórias de vida e a ancestralidade que sustentam essa prática ao longo do tempo.

O extrativismo pesqueiro constitui uma trajetória de vida ancestral, transmitido por gerações nas comunidades ribeirinhas e litorâneas brasileiras. Essa atividade ultrapassa a função econômica, configurando-se como um elemento central na organização social, nas práticas culturais e na relação espiritual com o ambiente natural. Em regiões como o semiárido nordestino, conforme destacam Santos et al. (2024), a pesca de pequena escala está intimamente ligada à vida do rio São Francisco, sendo a própria história dessas comunidades entrelaçada com os ciclos das águas e com o saber ecológico tradicional. Esses pescadores desenvolvem técnicas adaptadas aos ecossistemas locais, respeitando os períodos de reprodução e os ritmos da natureza, o que revela um conhecimento construído na experiência e na convivência com o território.

A diversidade cultural e ecológica da pesca de pequena escala no Brasil se expressa nas múltiplas formas de relação com os ambientes aquáticos, do litoral aos rios amazônicos, do Pantanal aos rios do Sul. Silva (2014) ressalta que essa prática ocorre em pequena escala, mas é marcada por uma enorme complexidade social, ambiental e econômica, variando conforme o território. Apesar da importância para a segurança alimentar, para a geração de renda e para a conservação dos ecossistemas, os pescadores artesanais ainda enfrentam dificuldades estruturais e

pouca valorização institucional. A falta de políticas públicas adequadas e de reconhecimento oficial contribui para a invisibilidade histórica desses modos de vida.

Reconhecer a pesca ribeirinha como um patrimônio cultural e ambiental é uma etapa essencial para garantir sua continuidade diante das pressões externas, sejam elas econômicas, políticas ou ambientais. Hess (2025) alertam que o declínio da atividade está diretamente relacionado aos impactos causados pelas ações humanas, como a degradação dos rios e a alteração dos habitats aquáticos. Por isso, refletir sobre a ancestralidade da pesca tradicional é também refletir sobre a necessidade de protegê-la como forma de resistência, de conservação da biodiversidade e de manutenção das identidades territoriais construídas ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, a continuidade da pesca artesanal também se sustenta nos saberes e práticas culturais transmitidos ao longo do tempo.

A pesca tradicional é apoiada por saberes que ultrapassam a técnica e se consolidam como expressões vivas da cultura e da memória coletiva de povos e comunidades tradicionais. Esses conhecimentos, acumulados ao longo de gerações, envolvem práticas específicas para o manejo sustentável dos recursos naturais, como a escolha dos pontos de pesca, a construção de armadilhas (currais), a observação dos ciclos lunares e das marés, além do uso de ferramentas adaptadas ao ambiente local. Como destaca Begossi (2004), essas práticas se baseiam em uma ecologia viva e transmitida pela oralidade, com forte senso de pertencimento territorial e respeito aos ciclos naturais. O território do extrativismo pesqueiro, assim, não é apenas geográfico, mas simbólico e relacional — um espaço onde se expressam vínculos entre pessoas, natureza e história.

Apesar de sua relevância sociocultural e ecológica, esses conhecimentos tradicionais têm sido historicamente invisibilizados pelos sistemas legais e políticos. A dissertação de Teresa Cristina Moreira (2003) evidencia que os saberes das comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais, são apropriados sem consentimento pelas indústrias, especialmente nos setores biotecnológico e farmacêutico, gerando conflitos entre os direitos coletivos e os direitos de propriedade intelectual. A autora reforça que a Convenção sobre Diversidade Biológica (ratificada pelo Brasil em 1994) reconheceu o papel dessas comunidades na conservação da biodiversidade, e estabeleceu o dever do Estado de proteger, valorizar e garantir a repartição justa dos benefícios derivados de seus conhecimentos. Como afirma a autora,

Entre outras coisas, a Convenção reconheceu a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais. Também reconheceu que estas comunidades e populações possuem conhecimentos, inovações e práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados de sua utilização (Preâmbulo da Convenção sobre Diversidade Biológica, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 1994). Porém, o texto da Convenção não reflete apenas o reconhecimento de um novo papel para estas comunidades no âmbito de estratégias para a conservação ambiental. Expressa, também, a preocupação de se garantir àquelas comunidades tradicionais o usufruto dos benefícios obtidos com o uso de seus saberes sobre a biodiversidade (MOREIRA, 2003, p. 5).

Entretanto, os marcos jurídicos ainda apresentam fragilidades que dificultam o acesso a esse reconhecimento pleno.

Valorizar os saberes tradicionais da pesca familiar é reconhecer a sua função prática na atividade econômica, e sobretudo seu papel na reprodução da identidade cultural e na construção de formas autônomas de existência. Como mostram Begossi (2004) e Moreira (2003), esses saberes estão profundamente entrelaçados ao modo de vida e ao território das comunidades, configurando uma base de resistência frente à lógica dominante da exploração intensiva e da invisibilização dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. O conhecimento local, quando respeitado e protegido, contribui para a sustentabilidade ambiental, bem como para a justiça social e o fortalecimento dos direitos coletivos dos povos tradicionais.

Além de sua relevância cultural e identitária, a pesca artesanal também desempenha um papel central na garantia da subsistência econômica e da segurança alimentar das comunidades ribeirinhas.

A pesca de pequena escala tem sido reconhecida internacionalmente como uma atividade produtiva essencial para o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar das populações latino-americanas. Em 2017, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apoiou a criação da primeira Lei Modelo de Pesca Artesanal do mundo, adotada pelo Parlamento Latino-Americano (Parlatino), que estabelece diretrizes para que os países da região fortaleçam suas políticas públicas voltadas ao setor. Segundo a organização, mais de 2,3 milhões de pessoas atuam direta ou indiretamente na atividade pesqueira artesanal na América Latina e no Caribe, revelando sua importância econômica e social. Embora as ações da FAO estejam voltadas, na maioria das vezes, à pesca marítima, a legislação

proposta também destaca o papel estratégico das pescas continentais na geração de renda e no combate à fome. Como afirma Alejandro Flores, da FAO, “a pesca e a aquicultura são a principal fonte de proteína para 17% da população mundial, e para quase um quarto no caso dos países de baixa renda e com déficit de alimentos” (FAO, 2017a, 2017b).

A pesca continental artesanal na América Latina e no Caribe tem ganhado reconhecimento crescente como um eixo estratégico para a segurança alimentar, especialmente das populações ribeirinhas. Desde 1976, a Comissão de Pesca Continental (COPPESAALC), vinculada à FAO, tem atuado na promoção da gestão sustentável dos recursos pesqueiros em águas interiores, como rios e lagos, com ênfase na geração de renda, no abastecimento de alimentos e na subsistência das comunidades locais. Ainda que represente apenas uma fração da produção global, a pesca continental tem vital importância para grandes contingentes populacionais que vivem em regiões rurais isoladas. Segundo a FAO, essa contribuição é especialmente importante para a segurança alimentar e a subsistência das grandes populações ribeirinhas rurais dos principais rios e lagos (FAO, [s.d.]).

Em fóruns recentes, como o Territórios do Futuro (2025) e a cúpula técnica dos BRICS (bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) têm ganhado relevância nas discussões econômicas globais, a FAO reforçou a urgência de ampliar a chamada *Transformação Azul*, com foco na sustentabilidade dos sistemas alimentares aquáticos. A organização alerta que a pesca e a aquicultura são responsáveis por prover proteínas a 17% da população mundial, alcançando quase um quarto nos países com déficit alimentar. A crescente pressão da pesca ilegal, das mudanças climáticas e da desigualdade no acesso a políticas públicas torna ainda mais essencial investir em modelos inclusivos e sustentáveis, sobretudo na pesca de pequena escala. Como enfatiza Javier Villanueva, da FAO, “as ações de transformação azul estão transformando os sistemas alimentares aquáticos para alcançar melhor produção, melhor nutrição, um ambiente mais saudável e melhores meios de subsistência, sem deixar ninguém para trás” (FAO, 2025a, 2025b).

O extrativismo pesqueiro tradicional no Brasil apresenta uma complexidade que vai além de suas dimensões econômicas. Ela envolve fatores sociais, culturais, ambientais e institucionais profundamente entrelaçados às especificidades de cada território. Como destaca Silva (2014), essa forma de pesca é marcada por grande diversidade de meios produtivos (como petrechos, embarcações e estratégias

adaptadas aos ambientes locais) e se mostra resiliente frente às mudanças ambientais e socioeconômicas. Mesmo diante de um histórico de marginalização nas políticas públicas, a atividade se mantém como um componente central das economias locais, especialmente em comunidades ribeirinhas e tradicionais, sendo frequentemente associada à qualidade ambiental dos ecossistemas em que ocorre. A pesca de pequeno porte, assim, não é apenas um modo de subsistência, mas também um indicador da saúde ambiental e uma expressão da relação histórica entre os povos das águas e os recursos naturais que os sustentam.

Entretanto, o setor enfrenta sérias limitações institucionais e políticas, marcadas por descontinuidades nos dados estatísticos, ausência de investimentos estratégicos e relações historicamente assimétricas entre o Estado e os trabalhadores da pesca. Como observa Silva (2014), os modelos tradicionais de gestão, muitas vezes impostos de forma vertical, desconsideram os saberes locais e reforçam interesses concentrados, contribuindo para a crise da atividade pesqueira artesanal. Nesse cenário, ganha força a proposta de um manejo compartilhado e participativo, baseado no fortalecimento dos direitos dos pescadores e na valorização de seus conhecimentos sobre os ciclos ecológicos e o uso sustentável dos recursos. Além de contribuir para a segurança alimentar, essa abordagem reforça a função da pesca artesanal como eixo de conservação da biodiversidade e de democratização das decisões que afetam os territórios pesqueiros.

Diante desse conjunto de fragilidades institucionais e da necessidade de uma gestão mais inclusiva, torna-se fundamental analisar os desafios enfrentados pela pesca artesanal no âmbito das políticas públicas.

As políticas públicas voltadas ao extrativismo pesqueiro não devem se limitar apenas aos impactos econômicos imediatos, mas precisam considerar as dimensões sociais, culturais e ambientais que envolvem essa prática tradicional. Moura et al. (2025) apontam que as ações governamentais nesse setor afetam diretamente os modos de vida das comunidades, influenciando a cultura local, o pertencimento territorial e o sentimento de continuidade histórica. Ao reconhecer o pescador artesanal como detentor de saberes tradicionais, o Estado tem o dever de valorizar essas experiências como patrimônio imaterial, o que envolve o reconhecimento simbólico, e o apoio efetivo por meio de políticas públicas estruturadas.

O estudo reforça que a pesca de subsistência contribui de forma significativa para o combate à pobreza, à fome e à exclusão social, especialmente em regiões

onde as comunidades dependem da atividade para subsistência. Ainda assim, os desafios enfrentados pelos pescadores são múltiplos: ausência de incentivos à profissionalização, falta de infraestrutura adequada, exclusão dos processos decisórios, degradação ambiental e disputas territoriais com outras atividades econômicas, como o turismo e o garimpo. Os autores defendem a necessidade de políticas públicas que incentivem o empreendedorismo cooperativo, promovam a capacitação técnica e assegurem o acesso aos mercados — ações que fortaleçam o setor, garantindo a manutenção de saberes que são passados de geração em geração.

Outro ponto de destaque é a urgência em construir e manter uma base de dados qualificada sobre a pesca artesanal. Conforme os autores, a inexistência de informações sistematizadas prejudica tanto o planejamento público quanto a produção acadêmica voltada ao setor. Essa lacuna de dados reflete uma negligência histórica em relação ao papel social e econômico dos pescadores artesanais. Indicam que, para além da coleta de dados, é essencial que as políticas sejam formuladas com a participação direta dos próprios pescadores, garantindo uma escuta ativa e uma gestão compartilhada dos recursos naturais.

Ressalta-se que os desafios da pesca de pequena escala não são apenas estruturais, mas também simbólicos. O apagamento dos saberes locais, a desvalorização da profissão e a falta de políticas que reconheçam o pescador como sujeito de direito contribuem para o enfraquecimento da identidade das comunidades pesqueiras. A valorização da memória, das tradições e do saber-fazer não deve ser tratada como algo folclórico, mas como estratégia de fortalecimento territorial e de justiça social. Preservar o trabalho do pescador artesanal é preservar um modo de vida resiliente, que resiste, se adapta e continua a oferecer respostas sustentáveis a um mundo cada vez mais desigual e impactado pelas mudanças ambientais.

Além da escassez de políticas públicas efetivas, a pesquisa de Moura et al. (2025) revela que os pescadores enfrentam uma série de contradições na relação com as áreas de proteção ambiental. Embora reconheçam sua importância para a preservação da biodiversidade e dos saberes tradicionais, muitos consideram que a criação dessas zonas tem sido feita sem diálogo e sem critérios técnicos adequados. A falta de infraestrutura e de fiscalização, somada às prorrogações indevidas de restrições, afeta diretamente a atividade pesqueira e a autonomia das comunidades. Isso demonstra o quanto a ausência de participação social no planejamento das

políticas ambientais gera tensões e desconfiança entre pescadores e gestores públicos.

Outro aspecto ressaltado é o valor do conhecimento ecológico tradicional, que é vasto, profundo e transmitido oralmente entre gerações. Os pescadores conhecem padrões migratórios, comportamento das espécies e os ciclos naturais das marés, ventos e estações. Esse saber-fazer, muitas vezes invisibilizado pelas instituições oficiais, é um recurso fundamental para uma gestão ambiental realmente sustentável. Eles também destacam o protagonismo das mulheres nas comunidades pesqueiras, seja nas atividades de beneficiamento do pescado, seja na transmissão dos saberes e na defesa dos direitos sociais e ambientais. A invisibilidade desse protagonismo reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis às dimensões de gênero, cultura e território.

A pesca tradicional também enfrenta desafios relacionados à sucessão geracional. Muitos pescadores relutam em incentivar seus filhos a seguir a profissão, dada a instabilidade econômica, a desvalorização da atividade e a ausência de apoio governamental. Essa tendência ameaça a continuidade das práticas tradicionais, que são carregadas de sentido simbólico e de vínculo com o território. A pesquisa evidencia que o saber acumulado pelos mais velhos tende a se perder se não forem criados mecanismos de preservação ativa da memória, da oralidade e das técnicas de pesca de pequena escala. Para isso, é fundamental investir em acervos educativos, centros de memória e políticas públicas de valorização do patrimônio imaterial.

A análise também mostra como a atividade pesqueira de subsistência está profundamente interligada à segurança alimentar das comunidades ribeirinhas e costeiras. Os autores reforçam que, em diversos contextos, o pescado é a principal fonte de proteína e renda para milhares de famílias. Mesmo assim, as políticas neoliberais, a pesca industrial, a especulação imobiliária e os impactos ambientais vêm ameaçando essa base produtiva. Os pescadores seguem como protagonistas de uma resistência silenciosa, enfrentando desafios com criatividade e resiliência. No entanto, sem uma gestão integrada que considere aspectos ecológicos, sociais e econômicos, o risco de colapso da pesca artesanal é real e iminente.

Como apresentado inicialmente na dissertação de Santos (2021) e aprofundado posteriormente no artigo de Santos et al. (2022), embora os pescadores artesanais possuam assentos garantidos em instâncias oficiais de decisão, como o

Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), sua participação muitas vezes é simbólica, servindo para legitimar interesses de outras categorias, sem garantir o protagonismo efetivo desses atores tradicionais. Essa exclusão prática resulta no cerceamento dos territórios pesqueiros, intensificando conflitos e limitando o reconhecimento das concepções tradicionais de uso e domínio desses espaços. Os autores apontam que a gestão participativa, quando verdadeiramente compartilhada, pode ser uma estratégia eficaz para a resolução desses conflitos e valorização dos diferentes atores sociais, mas demanda mudanças estruturais para alcançar sua efetividade.

Outro desafio importante é a escassez de regularização fundiária e a ausência de um marco legal que reconheça os territórios pesqueiros como bens coletivos. Muitas vezes, as terras e águas utilizadas pelos pescadores não têm a devida proteção, o que resulta em conflitos com grandes proprietários ou com atividades predatórias de empresas que exploram os recursos naturais sem preocupação com a sustentabilidade. Esse contexto de insegurança jurídica dificulta a organização dos pescadores e a implementação de políticas públicas eficazes que garantam a continuidade de suas atividades de forma sustentável.

Conforme Carvalho (2023, p. 16):

Do ponto de vista socioeconômico, a regularização fundiária de territórios tradicionais é uma das formas de diminuir a concentração de terras, distribuir riqueza, combater a grilagem de terras e a violência no campo, além de dar maior segurança jurídica a esses grupos invisibilizados, que geralmente vivem do trabalho no campo na perspectiva da agricultura familiar.

No caso dos territórios pesqueiros situados às margens de rios navegáveis, a legislação brasileira estabelece que uma faixa de 15 metros a partir da linha das enchentes ordinárias pertence à União (BRASIL, 1946). A demarcação e gestão desses terrenos foram regulamentadas pela Instrução Normativa SPU/SEDDM/ME nº 28, de 26 de abril de 2022, que detalha os critérios para uso e ocupação dessas áreas. Essa regulamentação estabelece diretrizes para a gestão dessas áreas, influenciando diretamente a organização e os direitos das comunidades pesqueiras (BRASIL, 2022).

Entre os principais desafios, a degradação ambiental dos ecossistemas aquáticos se destaca como fator crítico para a sobrevivência da pesca artesanal. As questões ambientais também são um ponto central nos desafios enfrentados pelas políticas públicas voltadas para a atividade pesqueira artesanal. A degradação dos

ecossistemas aquáticos, embora possa ocorrer de diferentes formas, impacta diretamente a pesca familiar. De acordo com De Paula (2018, p. 94-95), com base em estudos de Silva (2014), no Estuário da Laguna dos Patos e no Rio dos Sinos, a industrialização, o despejo de metais pesados e o crescimento urbano comprometem a qualidade da água e os estoques pesqueiros. No Rio Uruguai, por outro lado, a contaminação da água está relacionada a diferentes fatores. Conforme Retamoso e Gonçalves (2024), a poluição nesse rio tem origem principalmente no despejo de efluentes domésticos sem tratamento, na atividade industrial e na pecuária, especialmente na criação de suínos e aves, concentrada na sub-bacia do Alto Uruguai. Além disso, o uso de agrotóxicos em lavouras de soja, milho, trigo e arroz no Médio Uruguai contribui para a degradação da qualidade da água. Embora a pesca artesanal tenha uma relação mais equilibrada com o meio ambiente, suas práticas continuam vulneráveis às transformações impostas por essas degradações ambientais. A ausência de políticas eficazes para a conservação dos recursos hídricos e a recuperação dos habitats naturais ameaça tanto a sustentabilidade da pesca de pequeno porte tradicional quanto o equilíbrio ecológico do rio.

A pesca de pequena escala, além de ser um dos pilares econômicos das comunidades ribeirinhas e litorâneas, enfrenta uma série de desafios no âmbito das políticas públicas. Embora a atividade tenha relevância para a segurança alimentar e a economia local, muitas vezes a ausência de uma abordagem adequada e integrada do governo dificulta a melhoria das condições de vida e de trabalho dos pescadores. A falta de infraestrutura, de assistência técnica e políticas específicas voltadas para as particularidades do extrativismo pesqueiro restringe o acesso dos pescadores a recursos essenciais, como crédito e equipamentos.

Conforme destacado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura,

Além de sua importância econômica, a atividade pesqueira tem um impacto profundo nas dimensões social e cultural do Brasil. Ela contribui para a segurança alimentar de milhões de brasileiros, fornecendo proteínas essenciais e outros nutrientes. A atividade pesqueira também desempenha um papel significativo na economia nacional, com o setor gerando empregos e contribuindo para o desenvolvimento das economias locais, especialmente em áreas mais isoladas e menos desenvolvidas (BRASIL, 2024).

Entretanto, as políticas públicas do setor tendem a favorecer os grandes produtores e a pesca industrial, excluindo os pescadores artesanais das discussões e dos benefícios. A desigualdade no acesso a recursos e incentivos compromete o

desenvolvimento sustentável da atividade e agrava a vulnerabilidade desse grupo. Um exemplo dessa desigualdade pode ser observado na Nova Lei da Pesca, que, embora reconheça a importância da pesca artesanal, apresenta conceitos vagos ao definir as categorias do setor pesqueiro. A legislação estabelece que o extrativismo pesqueiro pode ocorrer em regime de economia familiar ou de forma autônoma com embarcações de pequeno porte, enquanto a pesca industrial abrange embarcações de pequeno, médio e grande porte. Essa sobreposição nas classificações permite que armadores da pesca industrial se beneficiem de políticas originalmente destinadas aos pescadores artesanais, como o seguro-defeso e o registro na previdência em regime de economia familiar (AZEVEDO; PIERRI, 2014, p. 68).

Além disso, a definição de embarcações de pequeno porte como aquelas com até 20 AB amplia o alcance da pesca industrial nas normas dirigidas aos pescadores artesanais, agravando as dificuldades de acesso às políticas públicas específicas para esse grupo. A ambiguidade na legislação pode ainda fomentar a informalidade no setor, com empresas capitalizadas operando sob regimes que deveriam ser exclusivos da pesca tradicional.

Apesar da promulgação da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que buscou corrigir as deficiências da legislação anterior, a equidade e a proteção necessárias para os pescadores artesanais ainda não foram plenamente alcançadas (BRASIL, 2009). Embora a nova lei tenha representado um avanço ao reconhecer a importância desse setor, ela apresenta lacunas que dificultam a adaptação dos pescadores às mudanças ambientais e de mercado. Assim, a persistência da escassez de políticas públicas inclusivas evidencia a marginalização dos pescadores artesanais, comprometendo sua capacidade de adaptação em um setor cada vez mais complexo e competitivo.

A atividade de captura local enfrenta um obstáculo recorrente nas políticas públicas: a falta de assistência técnica avançada. Diferentemente da agricultura, onde os serviços de extensão rural são mais consolidados, os pescadores muitas vezes lidam com profissionais que não possuem formação específica para as particularidades da pesca. Como observado por Costa e Almeida (2021), os técnicos da Emater, em geral, não têm conhecimento sobre os ciclos dos peixes, as artes da pesca e as dinâmicas da atividade, o que acaba criando um abismo entre a assistência oferecida e as necessidades dos pescadores.

Além disso, políticas públicas como o crédito rural também revelam um problema importante. Quando essas políticas chegam até os pescadores, muitas vezes beneficiam apenas um pequeno número de pessoas, deixando uma grande maioria sem acesso a essas ferramentas que podem auxiliar na melhoria de suas condições de trabalho e subsistência. Esse cenário é uma reflexão sobre as dificuldades estruturais e a falta de um processo de inclusão eficaz no âmbito das políticas públicas voltadas para a pesca familiar. A falta de acesso a crédito, juntamente com a carência de suporte técnico adequado, compromete o acesso dos pescadores a inovações, estratégias de negociações e práticas sustentáveis, deixando-os mais vulneráveis às incertezas do mercado e às variações ambientais. Superar essas barreiras exige, além da capacitação dos técnicos, uma abordagem que respeite e compreenda a lógica própria da pesca artesanal, garantindo que as políticas públicas, como o crédito e a assistência técnica, cheguem de fato a todos e não apenas a uma parte da comunidade pesqueira.

A ausência de políticas de inclusão e de reconhecimento das especificidades culturais da pesca de subsistência representa um obstáculo para as comunidades pesqueiras. Essas comunidades possuem modos de vida próprios e uma forte identidade cultural, frequentemente desconsiderada nas políticas públicas. Como observam Costa e Almeida (2021), a falta de reconhecimento das práticas pesqueiras tradicionais e das realidades dos pescadores contribui para o distanciamento entre as políticas do governo e as necessidades reais dessas populações.

Como sabemos, isso é um aspecto que só demonstra o não efetivo entendimento da realidade das comunidades pesqueiras em nosso país, que alteram a sua atividade da pesca com a agricultura, caça e outras atividades, até mesmo com atividades urbanas, mesmo porque o incentivo e as restrições à perpetuação exclusiva nessa atividade são historicamente negados (MORENO, 2015, p. 25).

No entanto, a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os pescadores artesanais começaram a conquistar alguns direitos sociais, como o seguro-desemprego e a seguridade social, embora esses avanços tenham ocorrido de forma gradual e apenas após longos anos de mobilização. Segundo Moreno (2015, p. 24-25), a equiparação das colônias de pescadores a sindicatos e a conquista da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991 (BRASIL, 1991), que autorizou o pagamento de seguro-desemprego aos pescadores, representou marco importante. Contudo, ainda

faltava uma legislação específica que reconhecesse as condições singulares de trabalho e os direitos dos pescadores. Apesar da conquista da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), que regulamentou pela primeira vez a pesca artesanal no Brasil, incluindo as questões previdenciárias e trabalhistas, essa legislação ainda não reflete adequadamente as particularidades culturais e laborais dos pescadores artesanais.

Diante desse percurso histórico de avanços normativos ainda marcados por lacunas e insuficiências, torna-se necessário refletir sobre a sustentabilidade social e ambiental da pesca artesanal.

A sustentabilidade na atividade pesqueira artesanal transcende a noção restrita de preservação ambiental, pois envolve também dimensões sociais, culturais e econômicas que se entrelaçam no cotidiano das comunidades. Mais do que uma forma de obtenção de renda, essa prática constitui um modo de vida estruturado por saberes, vínculos comunitários e relações de cuidado com a natureza (SILVA, 2014; SANTOS et al., 2019; DIEGUES, 2001). Essa visão dialoga com as reflexões de Pecqueur (2005, 2024) e Baudelle (2011), para quem o território é uma construção social que só se sustenta quando preservação ecológica e fortalecimento comunitário caminham juntas, reforçando-se mutuamente.

A dimensão social da sustentabilidade manifesta-se no bem-estar das comunidades, na segurança alimentar, na preservação de práticas culturais, na geração de renda e na inclusão social. Moura et al. (2025) apontam que as políticas públicas para o setor impactam diretamente o sentimento de pertencimento e a continuidade histórica dos grupos pesqueiros. A FAO (2017a, 2017b; 2025a, 2025b; [s.d.]) reforça que o extrativismo pesqueiro é estratégico para o abastecimento alimentar, sendo fonte de proteína para milhões de pessoas, especialmente em regiões ribeirinhas e costeiras. No campo cultural, Begossi (2004) e Moreira (2003) mostram que os conhecimentos tradicionais, transmitidos oralmente, asseguram técnicas de manejo sustentável, e a preservação da identidade coletiva. Para Silva (2014), a atividade, mesmo diante da marginalização histórica nas políticas públicas, mantém-se como pilar das economias locais. Já Moreno (2015) e Carvalho (2023) evidenciam que a inclusão social está diretamente associada à regularização fundiária e ao reconhecimento jurídico dos territórios, medidas que fortalecem a autonomia comunitária e combatem desigualdades históricas.

No campo da dimensão ambiental, a sustentabilidade implica conservar os estoques pesqueiros, respeitar os períodos de defeso, manter o equilíbrio dos ecossistemas e mitigar impactos decorrentes de atividades externas. De Paula (2018) demonstra como a poluição industrial, o despejo de efluentes e o crescimento urbano comprometem a qualidade da água e a biodiversidade, ameaçando a atividade pesqueira. A Lei nº 10.779/2003 (BRASIL, 2003), que regulamenta o seguro-defeso, é um exemplo de instrumento que, ao proteger as espécies durante a reprodução, garante simultaneamente a subsistência dos pescadores. Retamoso e Gonçalves (2024) evidenciam, no caso do Rio Uruguai, como o uso intensivo de agrotóxicos e a agropecuária comprometem a saúde ambiental e alteram habitats essenciais. Tanto De Paula (2018) quanto Retamoso e Gonçalves (2024) convergem ao demonstrar que, embora seja uma prática de baixo impacto, a pesca artesanal é extremamente vulnerável aos efeitos cumulativos da degradação ambiental.

As dimensões social e ambiental não se sustentam isoladamente. Moura et al. (2025) e Silva (2014) evidenciam que a degradação ecológica repercute diretamente na renda, na segurança alimentar e na coesão social das comunidades pesqueiras. Pecqueur (2005, 2024) e Hirczak et al. (2022) reforçam que políticas públicas efetivas precisam articular conservação e fortalecimento social, apostando na ação coletiva como estratégia-chave para um desenvolvimento territorial sustentável.

A literatura também apresenta exemplos concretos dessa integração. A FAO (2017a, 2017b) documenta experiências de manejo participativo que associam diálogo, saber local e conservação ambiental, resultando em maior resiliência das comunidades. Já a proposta da Cesta de Bens e Serviços Territoriais, discutida por Cazella et al. (2020, 2022), demonstra como a articulação entre recursos endógenos, cultura e ecologia pode sustentar processos de desenvolvimento mais justos. Hirczak et al. (2022) acrescentam que a inteligência coletiva — a capacidade de refletir e agir de forma conjunta — é elemento decisivo para enfrentar os desafios socioambientais contemporâneos.

Assim, a sustentabilidade social e ambiental da prática pesqueira sustentável deve ser compreendida como um processo indissociável, no qual preservar os recursos naturais, garantir direitos sociais e valorizar saberes tradicionais são ações complementares. Compreender essa integração também implica reconhecer seu potencial de articulação com outras estratégias de desenvolvimento, como a

economia criativa, que será discutida na próxima subseção, evidenciando caminhos para a valorização cultural e econômica dos territórios pesqueiros.

2.3 Economia Criativa

A economia criativa, conceito que ganhou relevância no início dos anos 2000, é entendida como um conjunto de atividades que têm origem no conhecimento, na criatividade e no capital intelectual, com potencial para gerar valor econômico, cultural e social (HOWKINS, 2001; UNCTAD, 2010). Para a Conferência das Nações Unidas sobre comércio e desenvolvimento – UNCTAD (2010, 2022), ela representa um novo paradigma de desenvolvimento que combina cultura, inovação, tecnologia e inclusão social, abrangendo desde setores culturais tradicionais até atividades que incorporam processos criativos em seus modelos de produção.

Howkins (2001) foi um dos pioneiros na sistematização do termo, destacando que a criatividade pode ser transformada em produto, serviço ou experiência comercializável, constituindo uma das principais forças econômicas do século XXI. Segundo Madeira (2014, p. 54), ao interpretar a obra de Howkins, a economia criativa pode ser compreendida como:

Ao relacionar criatividade a ideias, John Howkins define economia criativa como uma economia em que as pessoas passam grande parte do tempo tendo ideias, não quaisquer umas, mas aquelas que geram produtos comercializáveis. A transição do abstrato ao prático é de difícil apreensão, mas de forma geral, ocorre quando a ideia é identificada, aplicada e se torna uma propriedade. O produto criativo, em suma, deve atender a duas condições: resultar da criatividade e possuir reconhecido valor econômico. Na perspectiva desse autor, compõem a economia criativa as seguintes quinze indústrias criativas: pesquisa e desenvolvimento, publicação, software, televisão e rádio, design, música, cinema, brinquedos e jogos, propaganda, arquitetura, artes performáticas, artesanato, jogos eletrônicos, moda e arte.

Florida (2002) contribuiu ao relacionar a ascensão da “classe criativa” com a dinamização econômica e a valorização dos territórios, ressaltando que o capital humano e cultural se tornara ativo central no desenvolvimento regional. No Brasil, Reis (2008) se destaca por discutir economia criativa como inclusão, cultura e desenvolvimento simbólico, enquanto Lima (2012) introduz critérios para analisar polos criativos como arranjos que combinam dinâmicas econômicas, identitárias e sociais. De Marchi (2014) complementa ao definir economia criativa como produção a

partir do saber local, carregada de valor simbólico e geradora de inovação comunitária.

A abrangência da economia criativa, segundo a UNCTAD (2010), inclui setores como patrimônio cultural, artes visuais e performáticas, mídia, criações funcionais, design, turismo e gastronomia. No caso de comunidades tradicionais, como as pesqueiras, destacam-se atividades que integram saberes e identidade cultural: gastronomia baseada no pescado local, artesanato vinculado ao universo da pesca, festas populares, produção audiovisual e turismo de experiência. Essas atividades permitem agregar valor simbólico e econômico aos produtos e serviços, diversificando as fontes de renda e fortalecendo a coesão comunitária (GOMES et al., 2024).

A relação entre economia criativa e territórios tradicionais pode ser compreendida por meio da valorização do capital simbólico (BOURDIEU, 1986) e da endogeneidade do desenvolvimento (PECQUEUR, 2005). Nessa perspectiva, as práticas culturais e os conhecimentos locais deixam de ser vistos apenas como herança imaterial, passando a constituir elementos estratégicos para a geração de trabalho e renda. Cazella et al. (2020, 2022) apontam que, quando articulada a políticas públicas e à participação comunitária, a economia criativa potencializa o uso sustentável dos recursos locais, promovendo um desenvolvimento que respeita a identidade e o meio ambiente.

No contexto internacional, a valorização de comunidades pesqueiras por meio da economia criativa tem se materializado em iniciativas como o turismo comunitário na Galícia (Espanha), impulsionado por políticas públicas europeias que diversificaram as fontes de renda da pesca artesanal, apesar das limitações em emprego gerado diretamente pelos pescadores (GONZÁLEZ; ANTELO, 2020). Em Malta, esforços de digitalização permitiram a co-criação de roteiros de patrimônio pesqueiro com plataformas como *izi.TRAVEL*, uma ferramenta de storytelling amplamente utilizada para compartilhar visitas guiadas em áudio, permitindo que a comunidade de Marsaxlokk conectasse seus artefatos, saberes e práticas ligadas à pesca com o turismo (MACIAS et al., 2023). No Chile, a 'Ruta de los Abastos' consolida a economia criativa rural ao incluir pescadores e coletoras de algas marinhas em experiências culinárias e turísticas autênticas (AP NEWS, 2024).

Apesar das oportunidades, a implementação da economia criativa em comunidades tradicionais enfrenta desafios importantes — como falta de infraestrutura, dificuldade de acesso a mercados, carência de capacitação técnica e

entraves burocráticos à formalização — que limitam a escala e a sustentabilidade das iniciativas locais (DE MARCHI, 2014; DRAVET et al., 2022; GOMES et al., 2024). Contudo, as possibilidades permanecem expressivas: uso de plataformas digitais para divulgação e comercialização, certificações de origem, parcerias com universidades e integração com políticas de turismo sustentável (UNCTAD, 2010; MADEIRA, 2014).

Apesar de seu potencial, a economia criativa também é alvo de críticas no campo acadêmico. Alguns autores alertam que, quando apropriada de forma meramente mercadológica, ela pode reduzir expressões culturais a produtos comercializáveis, esvaziando seu significado simbólico e gerando benefícios restritos a poucos agentes econômicos (DRAVET et al., 2022; GOMES et al., 2024). Para que atenda de fato a objetivos de inclusão e fortalecimento comunitário, é necessário que esteja ancorada em processos participativos, respeite o protagonismo local e se articule a políticas públicas integradas, que contemplem dimensões sociais, culturais e ambientais. No caso de comunidades tradicionais, como as pesqueiras, isso significa assegurar que a apropriação econômica dos saberes e práticas culturais ocorra de forma ética, com retorno social proporcional e estímulo à manutenção das identidades.

A economia criativa, ao reconhecer e valorizar o capital cultural, a biodiversidade e os saberes tradicionais, representa uma oportunidade para que atividades como a pesca artesanal ampliem sua importância econômica sem comprometer sua identidade social e ambiental. A partir dessa perspectiva, serão exploradas outras dimensões que, integradas à economia criativa, fundamentam a compreensão das estratégias de desenvolvimento em territórios onde convivem comunidades ribeirinhas, pesqueiras e tradicionais.

No capítulo seguinte, o olhar se volta para o majestoso Rio Uruguai e para essas comunidades, revelando as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que nele se entrelaçam.

3. RIO URUGUAI: TERRITÓRIO ENTRELAÇADO DE COMUNIDADE RIBEIRINHA E PESQUEIRA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o Rio Uruguai e a comunidade ribeirinha de São Borja como elemento central na organização territorial, econômica, social e cultural da região. A análise parte da compreensão do rio enquanto espaço de vida e subsistência, considerando sua relevância ecológica e simbólica, para então explorar as características dessa população, suas práticas tradicionais e os vínculos construídos com o ambiente natural.

A abordagem articula aspectos físicos e ambientais do Rio Uruguai, fundamentos teóricos sobre a noção de território e identidade cultural, bem como estudos sobre comunidades tradicionais e pesca artesanal. Busca-se compreender como os elementos naturais, culturais e econômicos se inter-relacionam, formando um tecido social marcado pela interdependência entre ser humano e natureza.

Por fim, será discutido como a manutenção desse patrimônio natural e cultural enfrenta desafios contemporâneos, tais como pressões ambientais, mudanças nas dinâmicas econômicas e transformações nas práticas socioculturais, temas que servirão de base para reflexões posteriores sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável voltadas a esses grupos sociais.

3.1 O Rio Uruguai como território de vida e subsistência

Segundo Krenak (2019), o rio Doce, chamado de Watu pela comunidade, deve ser compreendido como elemento central na vida e na identidade de quem dele depende. Embora o autor se refira ao rio Doce, sua perspectiva contribui para a compreensão de outros rios, como o Uruguai, que deve ser visto como território vivo, carregado de significado cultural, social e ambiental.

O Rio Uruguai se estende por cerca de 2.200 quilômetros, percorrendo áreas de relevância ecológica, histórica e econômica no Sul do Brasil, bem como em regiões fronteiriças da Argentina e do Uruguai. Sua bacia hidrográfica ocupa aproximadamente 174.533 km² no território brasileiro, correspondendo a 2% do país e englobando 384 municípios. A bacia está dividida em 13 unidades hidrográficas, quatro em Santa Catarina e nove no Rio Grande do Sul. O rio nasce na Serra Geral, a partir da confluência dos rios Pelotas e Canoas, sendo o Pelotas sua nascente

principal, localizada cerca de 65 quilômetros do litoral atlântico. Inicialmente, segue para oeste e, ao receber as águas do Rio Peperi-Guaçu, muda para sudoeste, servindo como fronteira entre Brasil e Argentina até a confluência com o Rio Quaraí, que delimita a fronteira com o Uruguai, e deságua no Rio da Prata, próximo a Nueva Palmira (HESS, 2025; MARCUZZO, 2017).

O Rio Uruguai, a partir de sua trajetória histórica, configura-se como um território ancestral que atravessa séculos de ocupação humana e memória cultural. Povos indígenas originários estabeleceram relações de subsistência, cultura e espiritualidade com o rio, moldando vínculos que persistem até hoje. Nos séculos XVII e XVIII, as reduções jesuíticas, como a de São Francisco de Borja, promoveram complexos processos de organização social, cultural e artística, estabelecendo formas singulares de convivência e produção cultural (COLVERO; MAURER, 2009). O rio, portanto, não é apenas um recurso natural, mas um espaço vivido, carregado de significado para os grupos humanos que dele dependem.

A dimensão simbólica do território é enfatizada por Raffestin (1993), que argumenta que o território é fruto da apropriação e atribuição de sentidos por um grupo social. Nesse contexto, para as comunidades ribeirinhas e pesqueiras, o Rio Uruguai é um espaço de pertencimento, solidariedade e reprodução sociocultural. Diegues (2001, p. 83) reforça que “o território depende não somente do tipo de meio-físico explorado, mas também das relações sociais existentes”. Nesse sentido, a perspectiva de Krenak (2019) sobre rios e florestas dialoga com os saberes tradicionais e práticas locais de manejo do Uruguai. Assim, o rio é simultaneamente um ecossistema e um eixo estruturante da identidade local, influenciando práticas econômicas, memórias coletivas e modos de vida tradicionais.

As comunidades pesqueiras que habitam a bacia demonstram amplo conhecimento ambiental baseado em saberes transmitidos de geração em geração. A percepção desses grupos inclui o reconhecimento das espécies nativas, dos ciclos hidrológicos e das variações sazonais, que orientam a pesca e a organização do trabalho familiar. Apesar do baixo desenvolvimento socioeconômico, os pescadores compreendem os efeitos de ações humanas sobre o rio, como desmatamento das margens, poluição agrícola, construção de barragens e captura ilegal, embora nem sempre consigam implementar manejo efetivo dos recursos (STEFANELLO et al., 2024b).

A pesca artesanal desempenha papel central na subsistência e na economia locais, garantindo renda e segurança alimentar. Estudos indicam que a prática está estreitamente vinculada aos ciclos hidrológicos, às espécies nativas e aos ritmos naturais do rio. No entanto, os estoques pesqueiros sofrem pressões severas, motivadas principalmente por poluição doméstica e agrícola, mineração, barragens e captura predatória. Frente a isso, os próprios ribeirinhos propõem medidas mitigatórias, como fortalecimento da fiscalização, programas de repovoamento e gestão comunitária dos recursos, destacando a importância de integrar o conhecimento local nas políticas de conservação e manejo ambiental (BIASSI et al., 2017).

Do ponto de vista ambiental, a bacia apresenta grande diversidade de ecossistemas. Originalmente, contava com campos e florestas de araucária nas nascentes e, na porção sudoeste, predominava a Mata do Alto Uruguai, parte do bioma Mata Atlântica. Atualmente, pressões antrópicas, como erosão, instabilidade de encostas, poluição hídrica e expansão agrícola, ameaçam a qualidade ambiental e a sustentabilidade da bacia (CRUZ et al., 2014). As áreas de maior fragilidade coincidem com regiões de maior densidade populacional e atividades agrícolas intensivas, enquanto zonas de baixa pressão apresentam relevo mais suave e menor risco de degradação.

O potencial hidrelétrico do Rio Uruguai é elevado devido aos vales estreitos e profundos formados em rochas duras da Serra Geral. Grandes usinas, como Itá, Machadinho e Campos Novos, já foram implantadas, e projetos como Panambi e Garabi enfrentaram resistência social e judicial, resultando em suspensão, preservando trechos essenciais para ecossistemas e modos de vida tradicionais (TRF4, 2015).

A bacia está inserida no bioma Pampa, com 122 áreas protegidas distribuídas entre Brasil, Argentina e Uruguai. No Brasil, predominam categorias de uso sustentável, enquanto na Argentina se destacam as de proteção integral. Embora essas unidades representem apenas 1,5% do território do Pampa, são fundamentais para a conservação da biodiversidade e a manutenção dos modos de vida tradicionais, principalmente diante da expansão de monoculturas e silvicultura (GABRIEL et al., 2021).

Outro fator de transformação do uso do rio é a infraestrutura humana, como a construção da Ponte Internacional de Integração entre São Borja e Santo Tomé.

Antes, o rio era via de circulação e comércio informal, marcado por balsas e pelo comércio formiga. Após a ponte, a travessia aquática diminuiu, alterando a paisagem cultural, a mobilidade e a relação cotidiana das comunidades com o rio. A redução do tráfego fluvial diminuiu impactos diretos, mas aumentou pressões indiretas, como urbanização das margens e poluição difusa (RETAMOSO; GONÇALVES, 2024).

O Rio Uruguai, portanto, configura-se como um território multifacetado: ecossistema aquático relevante, espaço de práticas sociais e econômicas, patrimônio cultural e eixo de identidade para a comunidade ribeirinha. Reconhecer suas dimensões naturais, culturais e históricas é essencial para compreender as dinâmicas ambientais, sociais e econômicas que permeiam a região de São Borja, subsidiando políticas públicas e estratégias de conservação mais eficazes.

3.2 Panorama da comunidade ribeirinha e do Rio Uruguai

A comunidade pesqueira ribeirinha de São Borja, localizada no bairro do Passo, desempenha papel central na subsistência e na identidade local, integrando práticas de pesca artesanal com a preservação de saberes tradicionais transmitidos de geração em geração. Essas práticas estruturam o cotidiano das famílias, organizam relações sociais e contribuem para a construção de uma identidade cultural sólida, refletida tanto na vida doméstica quanto nas interações comunitárias. Conforme Gonçalves (2024), a relação histórica com a pesca e com o rio Uruguai confere ao espaço ribeirinho, em especial ao Cais do Porto, um caráter simbólico e cultural que vai além da dimensão econômica, firmando vínculos de pertencimento e valorizando as manifestações culturais locais.

O Rio Uruguai oferece o cenário natural e estrutural em que essa comunidade se organiza, determinando os pontos de pesca, o transporte até os pescadores, os períodos de captura e até aspectos da moradia. As variações de nível do rio, as cheias sazonais, os afluentes e o acompanhamento empírico das chuvas influenciam diretamente a rotina diária, moldando hábitos e decisões que garantem a sobrevivência e a manutenção dos saberes tradicionais (DIEGUES, 2001). Nesse contexto, o rio não é apenas fonte de alimento, mas também elemento que define a organização social e cultural das famílias ribeirinhas.

A abordagem desta pesquisa combina observações de campo e referências teóricas, permitindo que a análise seja fundamentada tanto na experiência concreta quanto na literatura especializada sobre comunidades tradicionais, pesca artesanal e sustentabilidade. Esse método possibilita compreender o cotidiano ribeirinho de forma detalhada, observando práticas, hábitos e estratégias de sobrevivência, enquanto situa essas observações em um referencial conceitual sólido (STEFANELLO et al., 2024b).

Ao integrar teoria e prática, busca-se evidenciar como a comunidade articula subsistência, tradição e identidade, mantendo práticas adaptativas frente às mudanças ambientais e sociais. A literatura indica que essa integração é fundamental para entender o extrativismo pesqueiro como atividade produtiva, e como prática cultural, simbólica e estratégica, que fortalece a coesão social e contribui para a preservação do patrimônio imaterial (MOURA et al., 2025).

Além disso, a análise contextualiza São Borja na Bacia do Rio Uruguai, ressaltando sua importância para a região e a centralidade do rio na vida da comunidade. Essa perspectiva permite compreender o modo como o território, o ambiente e os recursos naturais moldam as atividades produtivas, sociais e culturais, e como o núcleo social se adapta e se organiza para garantir subsistência e continuidade dos saberes tradicionais.

Finalizando esta contextualização, nota-se que o Rio Uruguai exerce papel central ao moldar as práticas de subsistência, organizar a vida social e reforçar a identidade cultural da comunidade ribeirinha de São Borja.

As dimensões apresentadas (o uso do território, os saberes tradicionais e a interação cotidiana com o rio) sustentam a análise detalhada das atividades diárias, da economia familiar e dos desafios ambientais que se seguem, permitindo compreender a complexidade da vida ribeirinha sem antecipar interpretações complexas.

Com base nesse contexto de práticas adaptativas e resiliência comunitária, passa-se a detalhar o perfil da comunidade ribeirinha e seus modos de vida.

As famílias ribeirinhas de São Borja vivem próximas às margens do Rio Uruguai, adaptando suas moradias às condições do ambiente, como cheias sazonais e mudanças no nível da água. Essa proximidade permite fácil acesso aos pontos de pesca, favorecendo a organização do trabalho cotidiano e a integração com o território, que é parte inseparável do modo de vida comunitário (MOURA et al., 2025).

A estrutura das residências reflete conhecimentos tradicionais transmitidos de geração em geração, demonstrando a capacidade de adaptação e a resiliência dessas comunidades frente às variações ambientais.

O extrativismo pesqueiro exerce papel essencial na alimentação e na renda das famílias, sendo complementada por atividades temporárias na cidade ou em propriedades rurais próximas, tais como marcenaria, construção civil e monitoramento de bombas de irrigação. Essas ocupações servem para reforçar a renda obtida com a pesca. As mulheres contribuem para a economia doméstica por meio da produção e venda de pães, bolos e guloseimas, além de costura e artesanato. Todas essas práticas são organizadas de acordo com os ciclos de pesca e a dinâmica do rio, evidenciando como os saberes práticos orientam decisões e sustentam a vida comunitária (DIEGUES, 2001). Embora, a atividade pesqueira seja central para os pescadores, ela não constitui a única forma de subsistência da comunidade. Muitos moradores trabalham no comércio do bairro e do centro da cidade, nas lavouras de soja e indústrias de beneficiamento de arroz. Ainda assim, todos compartilham o mesmo espaço ribeirinho, vivenciando diariamente a influência do rio em suas rotinas e relações.

O saber-prático desempenha papel central, abrangendo a identificação de cardumes, migração de espécies, confecção de redes, construção de chalana e técnicas de pesca específicas. Esses saberes são transmitidos por meio de práticas cotidianas e convivência familiar, reforçando laços intergeracionais e fortalecendo a identidade cultural das comunidades. A transmissão desse patrimônio de experiências garante a continuidade das práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que possibilita adaptação frente a mudanças ambientais e sociais (DIEGUES; VIANA, 2004).

Além das atividades produtivas, a vida comunitária é marcada por rituais, trocas e cooperação social, que fortalecem os vínculos entre famílias e vizinhos. Festividades locais e ajuda mútua em períodos de cheia refletem a coesão característica da sociedade local. Essas práticas reforçam valores de solidariedade, respeito ao ambiente e manutenção do patrimônio cultural, evidenciando a dimensão simbólica da pesca artesanal.

O rio atua como elemento estruturante para a economia, a vida social e cultural. Ele define rotinas, locais de encontro, formas de lazer e modos de transmissão de conhecimento. Assim, a atividade de captura local se apresenta como prática cultural complexa, que combina aspectos econômicos, ecológicos e simbólicos, articulando o

cotidiano das famílias com a preservação do território e das tradições (DIEGUES, 2001).

Por fim, o perfil da comunidade ribeirinha evidencia a interdependência entre meio ambiente, subsistência e identidade cultural. A organização do espaço, a divisão do trabalho, os saberes tradicionais e os vínculos comunitários demonstram que o modo de vida ribeirinho é fruto de séculos de experiência acumulada e ajustada às condições do Rio Uruguai. Essa compreensão sustenta a próxima seção, que examina a economia e a subsistência das famílias, evidenciando as práticas produtivas e estratégias de sobrevivência que estruturam o cotidiano comunitário.

A partir dessa compreensão sobre os modos de vida e a organização comunitária, torna-se possível analisar a economia ribeirinha e as estratégias de subsistência que sustentam o cotidiano das famílias.

A pesca artesanal é a principal fonte de alimento para as famílias ribeirinhas de São Borja, garantindo proteínas essenciais e complementando a dieta doméstica. Espécies como piava, pintado-amarelo, pati e outros peixes nativos são capturadas de acordo com os ciclos de reprodução, que determinam períodos de maior abundância e épocas de defeso (BIASSI et al., 2017). Esse conhecimento detalhado das espécies é parte do saber tradicional, transmitido de geração em geração, e garante que a pesca seja sustentável e adaptada às condições do rio.

O consumo doméstico do pescado é central para a segurança alimentar, reduzindo a dependência de mercados externos e garantindo proteína de alta qualidade para toda a família. Em muitos casos, a quantidade capturada permite que os alimentos sejam compartilhados com vizinhos e parentes, reforçando laços comunitários e práticas de solidariedade, que são características marcantes das comunidades ribeirinhas (BIASSI et al., 2017).

A venda do pescado representa uma fonte de renda, permitindo às famílias adquirirem bens essenciais, pagar despesas com educação, saúde e manutenção das embarcações e equipamentos de pesca. A economia informal, que muitas vezes não possui registro oficial, é um traço característico da pesca de pequena escala, evidenciando a autonomia local e a flexibilidade necessária para lidar com os desafios do contexto econômico regional (STEFANELLO et al., 2024b).

A sazonalidade da pesca e as variações do nível do rio influenciam diretamente a organização do trabalho. Durante períodos de cheia, certos pontos de pesca tornam-se inacessíveis, exigindo deslocamento para áreas alternativas, enquanto em épocas

de vazante, os cardumes podem se concentrar em trechos específicos. Essas condições naturais moldam a rotina das famílias e reforçam a importância do conhecimento intergeracional sobre o comportamento das espécies e as particularidades do rio (DIEGUES, 2001).

Além da pesca, algumas famílias complementam a subsistência com trabalhos ocasionais, tanto urbanos quanto em propriedades rurais próximas aos pesqueiros, envolvendo ofícios como marcenaria, carpintaria, construção civil e monitoramento de bombas de irrigação. As mulheres, por sua vez, contribuem com a economia doméstica por meio da confecção e venda de pães, bolos e guloseimas, além de costura e artesanato. Essa diversificação contribui para reduzir riscos e aumentar a resiliência econômica, permitindo que as comunidades enfrentem períodos de baixa produtividade ou restrições impostas por políticas públicas, como o defeso (SANTOS et al., 2014).

O manejo do pescado e a divisão das tarefas refletem a organização familiar e a forma como cada unidade doméstica se articula em relação à comunidade. Embora a pesca seja realizada individualmente por cada família, ela segue práticas que respeitam os ciclos do rio e o conhecimento transmitido de geração em geração. Essa lógica assegura eficiência econômica, manutenção cultural e contribui para a coesão social, na medida em que os saberes e experiências compartilhados entre famílias reforçam valores comunitários e práticas tradicionais (DIEGUES, 2004).

A economia ribeirinha também é afetada por fatores externos, como poluição, alterações na hidrologia do rio e regulamentações ambientais, que podem reduzir a disponibilidade de peixes e impactar diretamente a renda familiar. Em resposta, os pescadores desenvolvem estratégias adaptativas, como alteração de pontos de pesca, modificação de técnicas e participação em associações comunitárias, garantindo que a subsistência seja mantida mesmo diante de desafios estruturais (DIEGUES, 2001).

Entre as sugestões apresentadas pelos pescadores para a preservação ambiental, destacam-se o repovoamento de espécies e a proteção de áreas de reprodução, medidas que, embora ainda não implementadas, refletem a preocupação da comunidade com a manutenção dos recursos naturais. Tais propostas revelam que a sustentabilidade é percebida como parte da lógica produtiva, buscando equilibrar necessidades econômicas e conservação ecológica (BIASSI et al., 2017).

O papel da pesca de pequena escala vai além da economia imediata; ele está relacionado à preservação cultural e identidade comunitária, pois as atividades produtivas estruturam hábitos, ritualizam práticas e fortalecem os vínculos sociais. A continuidade da pesca é, portanto, também um meio de manter viva a memória coletiva e o patrimônio imaterial das famílias ribeirinhas (DIEGUES, 2001).

Em suma, a economia e a subsistência da comunidade ribeirinha de São Borja resultam de uma integração complexa entre conhecimento tradicional, práticas de pesca e atividades econômicas complementares adotadas como estratégia de sobrevivência diante da escassez de oportunidades de trabalho digno, e não pela existência de ampla oferta de alternativas. Nesse cenário, o Rio Uruguai permanece como elemento central, sustentando a alimentação e a renda, a organização social, a identidade cultural e a memória coletiva. A pesca artesanal, assim, transcende o aspecto econômico, constituindo-se em prática que estrutura o modo de vida e se entrelaça aos desafios ambientais enfrentados por essas comunidades.

Essa integração entre economia, subsistência e modo de vida ribeirinho, entretanto, ocorre em um contexto marcado por pressões ambientais crescentes, que incidem diretamente sobre o rio e sobre a continuidade da pesca artesanal.

A comunidade ribeirinha de São Borja enfrenta diversos desafios ambientais que impactam diretamente a pesca tradicional e a subsistência familiar. A poluição das águas, proveniente "[...] do lançamento de efluentes domésticos sem tratamento, industriais e de atividades pecuárias (criação de suínos e de aves), concentradas na sub-bacia do Alto Uruguai, e agrícolas, procedentes de áreas de cultivo de soja, milho, trigo e arroz, no Médio Uruguai (RETAMOSO; GONÇALVES, 2024)", compromete a qualidade do pescado e representa risco à saúde das famílias, afetando tanto o consumo doméstico quanto a comercialização.

A construção de barragens e usinas hidrelétricas representa outro fator de impacto significativo. Alterações no regime hídrico do Rio Uruguai modificam habitats naturais, afetam a migração de espécies e podem restringir o acesso a pontos tradicionais de pesca, exigindo adaptações constantes por parte dos pescadores (BIASSI et al., 2017).

A expansão urbana em São Borja, destacada pela construção da Avenida Beira Rio e pelas atividades comerciais concentradas no cais do porto, tem alterado significativamente o território ribeirinho. A destruição da mata ciliar e a interferência direta nas margens do Rio Uruguai comprometem zonas de lazer, moradia e

produção, além de aumentar a vulnerabilidade a enchentes. Essas transformações forçam as comunidades ribeirinhas a adotarem estratégias de reorganização, como deslocamento para novos pontos de pesca e adaptação das moradias, evidenciando como a urbanização, mesmo localizada, pode gerar impactos ambientais e sociais que afetam diretamente a atividade pesqueira artesanal e a subsistência familiar, reforçando a importância do reconhecimento e valorização dos saberes tradicionais que orientam a relação dessas comunidades com o rio (DIEGUES, 2001).

A degradação ambiental influencia também a disponibilidade de espécies comerciais, alterando a frequência e o volume das capturas. Em períodos de escassez, as famílias precisam ampliar esforços, modificar técnicas de pesca ou buscar pontos alternativos, mostrando a relação direta entre saúde ecológica e subsistência econômica (STEFANELLO et al., 2024b; BIASI et al., 2017).

As mudanças climáticas e eventos extremos, como enchentes e secas prolongadas, impõem desafios adicionais. Esses fenômenos alteram a sazonalidade da pesca, dificultam a reprodução natural das espécies e exigem capacidade de adaptação rápida das comunidades, reforçando a importância do conhecimento tradicional e da experiência acumulada ao longo de gerações (DIEGUES, 2001).

Diante desses desafios, os pescadores sugerem medidas de manejo sustentável, como o reestabelecimento populacional de peixes e a criação de uma rede informal de compartilhamento de informações sobre os pontos de pesca. Embora essas ações ainda não sejam implementadas de forma sistemática, elas evidenciam a preocupação das comunidades com a sustentabilidade do rio e a manutenção da pesca artesanal como fonte de subsistência. Além disso, as famílias respeitam restrições legais à captura de determinadas espécies, como o dourado e o surubim, mostrando que as práticas pesqueiras são moldadas tanto pelos saberes tradicionais quanto por normas ambientais vigentes (BIASSI et al., 2017).

Políticas públicas e regulamentações ambientais, como períodos de defeso e restrições à pesca de espécies migratórias, impactam a rotina das comunidades. Embora algumas medidas possam limitar temporariamente a captura, elas visam proteger recursos essenciais e assegurar a continuidade do extrativismo pesqueiro a longo prazo (IBAMA, 2007).

O desafio das pressões ambientais é, portanto, multifacetado, envolvendo poluição, mudanças no regime hídrico, urbanização, eventos climáticos extremos e regulação estatal. A resposta das comunidades combina conhecimento tradicional e

estratégias adaptativas, mostrando como a subsistência ribeirinha é moldada por fatores naturais, sociais e institucionais (STEFANELLO et al., 2024b).

Em síntese, os desafios ambientais evidenciam a interdependência entre rio, subsistência e cultura, destacando a necessidade de compreender as comunidades ribeirinhas como atores econômicos, e guardiões de saberes, práticas e territórios que articulam vida, identidade e conservação ambiental. Essa compreensão prepara o terreno para a subseção final de síntese e transição, que conectará os elementos descritos à análise das dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Diante desse conjunto de pressões e das respostas construídas ao longo do tempo, torna-se necessário integrar os elementos analisados, articulando ambiente, economia e cultura para compreender o modo de vida ribeirinho.

A comunidade ribeirinha de São Borja revela uma profunda interdependência entre rio, subsistência e identidade cultural, na qual o Rio Uruguai atua como elemento estruturante da vida cotidiana. O modo de vida das famílias combina saberes tradicionais, organização comunitária e estratégias adaptativas, garantindo o acesso a alimentos e renda, e a preservação de práticas culturais e patrimoniais transmitidas ao longo de gerações (DIEGUES, 2001).

A análise das atividades diárias mostra que a pesca artesanal vai além de uma simples prática econômica: ela organiza rotinas, fortalece vínculos sociais e consolida a memória coletiva. As famílias adaptam-se constantemente às variações sazonais, aos desafios ambientais e às políticas públicas, mostrando resiliência e capacidade de inovar dentro de um quadro tradicionalmente orientado pelo conhecimento acumulado sobre o rio e suas espécies (BIASSI et al., 2017).

As pressões ambientais e econômicas destacam a importância de compreender essas comunidades como atores ativos na preservação do território e na sustentabilidade local, e não apenas como beneficiários de políticas públicas. A relação entre subsistência, cultura e ecossistema demonstra que a continuidade da vida ribeirinha depende da manutenção do equilíbrio entre uso dos recursos naturais e respeito aos ciclos ecológicos, evidenciando um modelo de desenvolvimento que integra práticas sociais, econômicas e ambientais (STEFANELLO et al., 2024b).

Esta subseção estabelece a base para a próxima análise, centrada nas tradições, no pertencimento e na relação da comunidade ribeirinha de São Borja com a natureza. O enfoque descritivo permite compreender como fatores estruturais, institucionais e culturais moldam o cotidiano, a identidade e a subsistência das

famílias, sem antecipar as discussões mais complexas que serão desenvolvidas em seguida.

3.3 Tradições, pertencimento e relação com a natureza

Nesta subseção, buscamos compreender como tradições, senso de pertencimento e a íntima relação da comunidade ribeirinha com o Rio Uruguai se entrelaçam, revelando dimensões históricas, culturais, simbólicas e sociais que estruturam a vida, a memória e a identidade local.

As margens do Rio Uruguai em São Borja não são apenas cenário geográfico ou recurso natural, mas lugar de memória, identidade e pertencimento para a população ribeirinha. Desde os povos indígenas até os habitantes contemporâneos, o rio tem sido espaço de espiritualidade, sobrevivência e convivência, estruturando relações sociais, culturais e simbólicas. Ao longo da história, o Rio Uruguai se consolidou como referência essencial para a comunidade pesqueira de São Borja, transformando-se em fio condutor de suas histórias, práticas e resistências transmitidas de geração em geração.

A presença dos jesuítas e a formação dos Sete Povos das Missões conferiram centralidade ao território, marcando a circulação de pessoas, mercadorias e conhecimentos. Esses acontecimentos moldaram a memória coletiva e deixaram marcas que ainda hoje se expressam na pesca artesanal, na culinária típica, no artesanato e nos rituais comunitários. Tais costumes não são apenas lembranças, mas experiências vivas transmitidas entre gerações, que fortalecem o pertencimento e reafirmam o papel do rio como elemento estruturador da identidade local.

Esse vínculo histórico também foi reforçado pelo comércio fluvial no século XIX, quando a navegação tornou o Uruguai um elo fundamental para a circulação de bens e experiências. Pinto (2015) observa que o rio deixou de ser apenas sustento e se transformou em caminho, parte inseparável da memória coletiva de São Borja. Como afirma o autor:

Cabe destacar que, por muitas décadas, as regiões ribeirinhas de São Borja e Santo Tomé estiveram inseridas nas rotas comerciais da Bacia do Prata, que ligava o rio Uruguai até os portos de Montevideo e Buenos Aires. No século XIX, essa região possuía uma ligação fluvial até Salto, no Uruguai (PINTO, 2015, p. 83).

A dimensão histórica da navegação e do comércio revela como o rio foi, e ainda é, mediador de laços culturais e econômicos que moldam a experiência ribeirinha.

No dia a dia, a memória coletiva se manifesta na oralidade e no convívio com o rio. Histórias, lendas e saberes são repassados dos mais velhos aos mais jovens, não apenas pela palavra, mas também pelos hábitos. Essa herança aparece na pesca artesanal, nas receitas culinárias à base de peixe, no artesanato e em diversas expressões culturais. Gonçalves (2024, p. 34) ressalta que “[...] foi possível observar que o rio Uruguai e suas imediações contêm um considerável número de paisagens culturais, cujos elementos simbólicos desempenham um papel significativo para a comunidade local”. Em sua pesquisa, o autor acrescenta:

Nesse sentido, a memória cultural que abarca as trocas realizadas no Cais do Porto constitui um exemplo significativo da memória e identidade daqueles que hoje ocupam esse espaço. Embora tais práticas não estejam mais em vigor, elas deixaram marcas históricas e culturais duradouras. Essas marcas são preservadas por meio da comunicação oral e da fotografia, pertencentes a muitos dos atores ou familiares daqueles que vivenciaram essa época (GONÇALVES, 2024, p. 13).

Apesar da força da tradição, observa-se um dilema contemporâneo: se, por um lado, a pesca é herança e fonte de identidade, por outro, muitos pais já não a percebem como futuro para os filhos, em razão das dificuldades econômicas e da falta de incentivos. Essa tensão entre preservar a tradição e buscar novos caminhos expressa as transformações vividas pela população pesqueira local diante da modernidade e das pressões externas, como o agronegócio e as políticas públicas insuficientes.

Nessa perspectiva, o território não pode ser compreendido apenas como recorte físico ou administrativo, mas como espaço vivido, tecido pelas práticas cotidianas, pelas relações de poder e pelas estratégias coletivas de permanência. Pinto (2015) sublinha que os territórios ribeirinhos de São Borja se configuram como resultado das interações humanas, das memórias e da resignificação constante do espaço. Assim, o território pesqueiro é mais do que meio de subsistência: é espaço simbólico de resistência, solidariedade e identidade, que reafirma a importância da vida comunitária frente às pressões externas.

A centralidade dos grupos pesqueiros tradicionais na manutenção da diversidade cultural e na preservação ambiental é destacada por Diegues e Viana (2004), que ressaltam o papel do saber intergeracional na continuidade cultural e no

equilíbrio ecológico. Esse argumento converge com Begossi (2004), que chama atenção para o valor do conhecimento ecológico do lugar no manejo sustentável dos recursos pesqueiros. O diálogo entre saber científico e saber tradicional, nesse sentido, pode gerar estratégias mais eficazes de preservação ambiental, fortalecendo tanto a atividade econômica quanto a continuidade cultural da atividade pesqueira artesanal.

Além do aspecto ambiental, as comunidades pesqueiras contribuem diretamente para a segurança alimentar. Segundo Diegues e Viana (2004), a pesca artesanal garante acesso a alimentos frescos e de qualidade, desempenhando função estratégica no abastecimento regional. Tal perspectiva amplia a relevância dessas práticas, que não se restringem ao campo cultural, mas envolvem também a dimensão social e nutricional, assegurando soberania alimentar e condições básicas de vida para a população ribeirinha.

No entanto, a invisibilidade histórica dessas populações diante das políticas públicas compromete sua reprodução social e a sustentabilidade de seus territórios. Little (2018) ressalta a necessidade de políticas específicas para garantir a permanência e o fortalecimento dos grupos tradicionais, em especial aquelas mais vulneráveis. A ausência de amparo legal e institucional ao extrativismo pesqueiro aprofunda as desigualdades e amplia os riscos de enfraquecimento cultural, o que evidencia a urgência de políticas integradas que articulem segurança alimentar, proteção cultural e preservação ambiental.

O aprendizado do conhecimento tradicional dos moradores das margens do Uruguai não se limita a técnicas isoladas, mas se constrói no convívio, na partilha e na experiência cotidiana com o rio.

Freire (1996) destaca que a sabedoria nasce do diálogo entre a prática concreta e a reflexão crítica, o que permite que os pescadores se reconheçam como sujeitos de saber. Assim, os ensinamentos sobre o fluxo do rio, os ciclos de reprodução dos peixes e as variações sazonais constituem técnicas educativas carregadas de sentido, transmitidas entre gerações. Vygotsky (1991), por sua vez, contribui ao enfatizar que o aprendizado é mediado socialmente: a criança que aprende a manejar a rede o faz acompanhando os adultos, internalizando significados e traquejos até alcançar autonomia, em processo próximo à sua noção de zona de desenvolvimento proximal.

Essas rotinas, mais do que simples técnicas, configuram uma verdadeira teia de significados, como aponta Geertz (2004), na qual cultura, identidade e coletividade

se entrelaçam. A vida ribeirinha, nesse sentido, pode ser compreendida como um patrimônio cultural vivo, transmitido pela oralidade e pelas experiências compartilhadas. Nesse mesmo caminho, Le Goff (1990) lembra que a história não se reduz a fatos políticos ou cronológicos, mas se revela no cotidiano, nas condutas sociais e nas representações coletivas. Aplicado ao contexto de São Borja, esse olhar permite reconhecer que a pesca tradicional, os rituais comunitários, o artesanato e a culinária compõem expressões de uma memória histórica e cultural que se perpetua no tempo, atribuindo sentido e identidade ao território.

Assim, compreender as tradições, o pertencimento e a relação das comunidades ribeirinhas com o Rio Uruguai exigem considerar a dimensão histórica, cultural, simbólica e social que o atravessa. A pesca artesanal, enquanto atividade econômica e cultural, reafirma-se como espaço de aprendizado, de transferência de conhecimentos e de resistência, onde o rio deixa de ser apenas recurso natural para se tornar lugar de vida, memória e identidade coletiva.

A dimensão espiritual do rio constitui elemento central para compreender esse pertencimento. Como lembra Krenak (2019), quando os povos indígenas afirmam que o rio é sagrado, ou que a montanha anuncia a chuva, tais percepções são muitas vezes reduzidas a “folclore” por uma visão ocidental que despersonaliza a natureza. Esse distanciamento da integração com o meio libera o território para ser tratado como resíduo das atividades industriais e extrativistas, rompendo a relação vital entre humanos e Terra.

Ao reconhecer o rio como ser vivo e sagrado, os ribeirinhos de São Borja preservam uma ética de cuidado e reciprocidade, na qual o rio se torna parte constitutiva da vida comunitária, orientando práticas, decisões e rituais cotidianos, e fortalecendo tanto a identidade quanto a preservação ambiental.

Nessa perspectiva, o vínculo com o território não se limita ao físico ou ao econômico: ele é também espiritual, cultural e identitário, constituindo a base de estilos de vida, transmissão de saberes e continuidade de uma cultura viva. O rio guia o aprendizado, a convivência e a organização social, mostrando que tradição, cultura, subsistência e cuidado ambiental estão indissociavelmente entrelaçados na experiência ribeirinha.

A dimensão estética e simbólica do rio se revela também na música, que atua como veículo de memória, tradição e identidade ribeirinha. Em *Cantiga de Rio & Remo*, João de Almeida Neto (2018) expressa essa relação ao cantar: *óia o dourado...*

trás a canoa que rio fundo não dá pé, evocando o cotidiano da pesca, os ritmos da natureza e a intimidade com o rio Uruguai e o Ibicuí.

A canção transforma o rio em um personagem vivo, capaz de ensinar, inspirar e marcar a vida de quem dele depende, evidenciando o entrelaçamento entre a atividade de subsistência, informações ancestrais e afetividade comunitária. Ao registrar poeticamente a experiência dos pescadores, a cantiga reafirma que a cultura do território não se restringe à economia, mas também se expressa de forma estética e simbólica, na qual o rio, a pesca e a convivência social formam elementos inseparáveis da identidade onde vivem.

Dessa forma, a música preserva experiências e rotinas, celebrando a vida, a tradição e o vínculo profundo entre comunidade, natureza e território. Essa dimensão poética do rio, capturada na cantiga, reforça como a vivência ribeirinha se transmite entre as gerações, integrando tradições, identidade e modos de atuação, evidenciando que os aprendizados da pesca artesanal não se limitam à técnica, mas se entrelaçam à cultura, à convivência e à relação afetiva com o território. Para além do plano local, essas expressões e vínculos da comunidade pesqueira de São Borja podem ser observados em contato com práticas ribeirinhas de outras regiões, revelando o caráter transfronteiriço da cultura local.

A transmissão de práticas entre adultos e jovens nos grupos ribeirinhos de São Borja se manifesta como um processo vivo, que vai muito além da simples repetição de técnicas de pesca. Tal como evidenciado em estudos sobre famílias de pescadores artesanais (GARCIA, 2007), a compreensão sobre técnicas e materiais são historicamente mediadores da identidade e da continuidade cultural, mas sofrem transformações à medida que os modelos educativos evoluem do autoritarismo para o diálogo e a afetividade.

No entanto, na região, a presença reduzida de jovens na atividade pesqueira artesanal indica que essa transmissão enfrenta desafios específicos, tornando-se um processo mais restrito e dependente da participação dos poucos jovens envolvidos. Nesse contexto, crianças, jovens e idosos participam ativamente da aprendizagem, promovendo o compartilhamento de experiências, memórias e valores ligados ao rio, à pesca e ao cuidado com o território.

A continuidade da pesca artesanal nas populações ribeirinhas evidencia a resiliência cultural e social frente às mudanças ambientais e econômicas. A adaptação das gerações mais jovens, ao incorporar novas técnicas ou reorganizar as formas de

convivência familiar, mostra que a transmissão de saberes não é rígida, mas flexível e reflexiva. Essa capacidade de adaptação permite que o aprendizado tradicional se mantenha relevante, ao mesmo tempo em que promove formas de enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais e preserva os vínculos com o território.

A participação ativa de diferentes gerações na vida comunitária, na tomada de decisões e na gestão das atividades de pesca demonstra que o conhecimento se constrói coletivamente, fortalecendo tanto a identidade ribeirinha quanto a capacidade de inovar e garantir a sustentabilidade do extrativismo pesqueiro.

Apesar da força dessas tradições e da capacidade de adaptação local, a realidade contemporânea dos ribeirinhos apresenta desafios que colocam em tensão a continuidade desses saberes e ações, abrindo espaço para reflexões sobre mudanças sociais, ambientais e econômicas que impactam o cotidiano da pesca de pequena escala.

A vida ribeirinha em São Borja evidencia como a prática da pesca, a música e outras manifestações culturais se entrelaçam para constituir um repertório de habilidades e memórias coletivas que transcendem o limite político do rio Uruguai. Embora o rio marque a fronteira entre Brasil e Argentina, a experiência cotidiana das famílias de pescadores demonstra que os vínculos sociais e culturais não se interrompem nesse divisor geopolítico.

Esse fenômeno se aproxima da noção de *cultura de fronteira*, conforme proposta por Retamoso (2020), na qual a convivência entre grupos locais e transfronteiriços assume caráter híbrido, integrando práxis, tradições e afetos comuns. Nesse sentido, o rio deixa de ser apenas recurso natural ou linha divisória, tornando-se em território vivido, onde experiências, hábitos de subsistência e identidades comunitárias circulam entre gerações, reafirmando que as fronteiras políticas não coincidem com as fronteiras culturais.

A percepção da cultura fronteiriça em São Borja também pode ser ampliada a partir das análises de Pinto e Colvero (2015), que exploram o papel do rio Uruguai como elemento articulador de condutas sociais e simbólicas. Antes da construção da Ponte Internacional da Integração, em 1997, a travessia se dava por balsa, e o rio não se configurava como obstáculo, mas como elo de circulação de pessoas, mercadorias e estilos de informações tradicionais, com destaque para a erva-mate e para os deslocamentos durante a Guerra do Paraguai. Após a instalação da ponte, a mobilidade adquiriu novos contornos, mas a vivência fronteiriça manteve a

característica de porosidade, na qual a linha diplomática que separa Brasil e Argentina é constantemente relativizada pelos atos cotidianos. Assim, a identidade missioneira, simultaneamente gaúcha e ribeirinha, expressa-se na valorização de tradições compartilhadas, na circulação de bens culturais e na ressignificação contínua das margens do rio, confirmando que a fronteira é, sobretudo, espaço de intercâmbio e não de clausura.

Tendo compreendido a riqueza das tradições, do pertencimento e a íntima relação das comunidades ribeirinhas com o Rio Uruguai, avançamos agora para a análise das dinâmicas do cotidiano, revelando como essas memórias, saberes e práticas se concretizam na vida dos pescadores e na gestão do território.

4. DINÂMICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS

O território da pesca artesanal em São Borja revela-se como um espaço vivo, onde a vida dos pescadores se entrelaça com o ritmo do rio Uruguai. Não se trata apenas da captura de peixes: esse território é moldado por relações sociais, práticas culturais, formas de organização econômica e articulações políticas, todas profundamente conectadas ao ambiente natural. Compreender essas dimensões é essencial para perceber como os pescadores constroem suas identidades, sobrevivem e se organizam diante dos desafios socioeconômicos e ambientais.

Este capítulo propõe-se a analisar três eixos principais que estruturam a atividade de captura local: a dinâmica social, cultural e natural, que aborda relações comunitárias, práticas tradicionais e a interação com o rio e suas transformações; a dinâmica econômica, que explora a pesca como subsistência, o mercado do pescado, a dependência do seguro defeso e as estratégias de sobrevivência frente à economia do agronegócio; e a dinâmica política, que trata da representatividade dos pescadores, da relação com o poder público, das políticas públicas aplicáveis e dos conflitos territoriais.

Ao longo do capítulo, busca-se evidenciar como essas dimensões se entrelaçam, mostrando que o território do extrativismo pesqueiro é mais do que um espaço geográfico: é um ambiente dinâmico, onde cultura, economia, política e natureza interagem continuamente. Nesse território, pescadores e ribeirinhos constroem modos de vida e estratégias diversas, que refletem suas histórias, tradições e relações com o rio. As seções seguintes mergulham nessas experiências, iniciando pela dinâmica social, que revela como essas pessoas se organizam, se relacionam e preservam seus saberes e práticas tradicionais.

4.1 Dinâmica social, cultural e natural

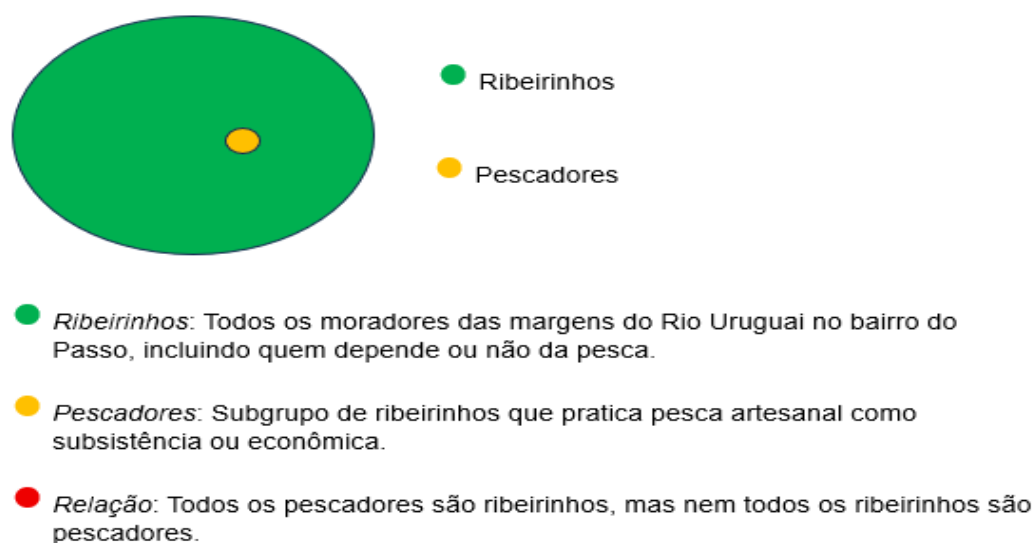
A atividade pesqueira artesanal em São Borja não é apenas uma prática econômica, mas um eixo central que articula relações sociais e culturais profundas. A maioria dos pescadores e ribeirinhos reside no bairro do Passo, periferia da cidade, enquanto uma minoria permanece em áreas rurais ao longo do rio.

Essa distribuição no espaço reflete uma trajetória histórica ligada à formação do primeiro dos Sete Povos das Missões, que moldou práticas de ocupação, trabalho e convivência junto ao rio, influenciando ainda hoje a vida cotidiana da comunidade (COLVERO; MAURER, 2009). Entre os pescadores, os laços familiares e de vizinhança fortalecem a solidariedade comunitária, sendo essenciais para a transmissão de conhecimentos sobre técnicas de pesca e manejo dos recursos do rio.

Essa organização territorial influencia diretamente as interações cotidianas, o acesso ao rio e a cooperação entre os membros da comunidade, fortalecendo práticas coletivas e identidades compartilhadas. Além dos pescadores, o bairro também é habitado por ribeirinhos que encontram no trabalho informal a principal forma de sustento. Entre eles estão artesãos, costureiras, marceneiros, pedreiros, carpinteiros e ambulantes, entre outros, que, assim como os pescadores, dependem da criatividade e da força de trabalho para garantir a renda familiar.

Essa diversidade de ocupações evidencia que a subsistência local não se restringe apenas à pesca, mas abrange diferentes formas de trabalho que se articulam no território e refletem a realidade socioeconômica do bairro. A figura a seguir ilustra a inserção dos pescadores nesse universo ribeirinho.

Figura 7 - Diagrama representando a população de ribeirinhos e pescadores artesanais em São Borja



Fonte: Elaborado pela autora

A Figura 7 apresenta a relação entre ribeirinhos e pescadores artesanais no bairro do Passo, evidenciando que todos os pescadores pertencem ao grupo dos ribeirinhos, embora nem todos os ribeirinhos exerçam a atividade pesqueira. Essa distinção reforça a necessidade de observar também os espaços institucionais de organização da categoria.

O Bairro do Passo, situado na divisa de São Borja com a Argentina, é reconhecido como o mais antigo do município, tendo surgido com ranchos e casebres erguidos nas proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e do antigo largo do porto. Desde os primeiros tempos, manteve uma ligação direta com a cidade vizinha de Santo Tomé, atuando como espaço de travessia e de trocas comerciais pelo rio Uruguai.

Durante a Guerra do Paraguai, foi palco de episódios marcantes, como a invasão paraguaia, cujas vítimas foram sepultadas em cemitério local, hoje transformado em ponto turístico. Em 1935, a área portuária foi oficialmente estabelecida, consolidando o bairro como elo entre São Borja e portos importantes da região platina, além de concentrar práticas culturais e sociais, como festas, procissões fluviais e a pesca, atividade que se consolidou como tradição da comunidade ribeirinha e se estruturou por meio da Associação de Pescadores e da Colônia Z21. Ainda assim, o bairro também guarda na memória os impactos das enchentes periódicas, como as de 1983 e 2014, que reafirmam a estreita relação entre seus moradores e o rio (PINTO; SILVA, 2015, p. 60-61).

Além dos acontecimentos históricos e das práticas culturais, o bairro também foi moldado por processos urbanos e econômicos, refletindo as desigualdades geradas pelo crescimento do agronegócio na região.

O bairro do Passo, em São Borja, não surgiu como periferia de forma natural, mas foi resultado de um processo histórico ligado às características da cidade, marcada pela condição de fronteira com a Argentina e pela força do agronegócio. O crescimento de atividades como arroz e soja concentrou riquezas e reforçou desigualdades, fazendo com que certos espaços urbanos fossem vistos como secundários. Nesse contexto, o Passo foi sendo fragmentado em diferentes vilas e carregou ao longo do tempo um estigma social, como se estivesse fora da cidade. Essa marca aparece inclusive nas falas dos moradores, que lembram da separação entre centro e periferia e das rivalidades antigas entre os grupos.

Ao mesmo tempo, o bairro não é homogêneo nem pode ser reduzido apenas à imagem de pobreza. Ele apresenta uma espacialidade híbrida, onde o rural e o urbano se encontram, com hortas, criações, comércio e fortes vínculos comunitários. Assim, mais do que um espaço marginalizado, o Passo é um território dinâmico e cheio de significados, que guarda memórias, identidades e modos de vida próprios. Compreender essa complexidade permite ir além dos estereótipos e olhar a periferia como parte viva e ativa da cidade (GAMALHO, 2024). Essa dinâmica espacial e social se reflete nas práticas culturais e simbólicas dos moradores, que reforçam a identidade do bairro e fortalecem os laços comunitários.

Costumes e práticas culturais – como festas locais e crenças ligadas à pesca – revelam a dimensão cultural da atividade, enquanto a ligação simbólica com o rio Uruguai ultrapassa a utilidade econômica, configurando-se como elemento identitário da comunidade.

A vivência cultural se manifesta em eventos como a Festa do Peixe, realizada em cinco edições no município de São Borja, surgindo como um espaço de valorização da pesca artesanal e de incentivo à interação comunitária. O evento contou com a participação de instituições como Emater, Colônia de Pescadores Z-21, Associação de Pescadores, Instituto Federal Farroupilha e Prefeitura Municipal, apoiados pela Delegacia Fluvial de Uruguaiana e Marinha do Brasil, reunindo atividades culturais, gastronômicas, artesanais e recreativas. Entre os destaques estavam concursos de pesca de barranca, de causos de pescador e Chalaneiros Velocistas, também a construção de chalana, as apresentações artísticas e a degustação de pratos típicos à base de peixe, como o peixe na taquara.

Mais do que uma celebração festiva, a iniciativa buscava aproximar pescadores, comunidade e poder público, criando alternativas de visibilidade e fortalecendo os laços comunitários. Durante o evento, trabalhadores da pesca, familiares e ribeirinhos compartilhavam experiências, transmitiam saberes tradicionais e participavam de atividades coletivas, reforçando a identidade cultural local e a cooperação entre gerações.

Como destaca Pecqueur (2005), os territórios se constroem tanto pelas atividades produtivas quanto pelas práticas simbólicas, sendo a festa uma ocasião em que o pescado, elemento central da subsistência, também assume valor cultural e social.

Assim como as festas fortalecem os laços comunitários e a transmissão de saberes, a religiosidade emerge como elemento central da identidade dos ribeirinhos, orientando práticas, protegendo a atividade e reforçando a coesão social.

A fé que permeia o cotidiano dos pescadores, é evidenciada na devoção a figuras religiosas como Nossa Senhora dos Navegantes, Nossa Senhora da Conceição e Iemanjá, que simbolizam proteção nas águas e guiam aqueles que dependem da pesca para seu sustento. As figuras a seguir ilustram a crença religiosa.

Figura 8 - Nossa Senhora dos Navegantes



Fonte: a autora

A figura 8 demonstra a devoção presente entre os pescadores, Nossa Senhora dos Navegantes é reverenciada protetora das águas e dos que delas vivem. Sua fé acompanha os trajetos do rio e os corações dos que navegam.

Figura 9 - Nossa Senhora da Conceição



Fonte: a autora

A figura 9 representa um símbolo de pureza e força espiritual, Nossa Senhora da Conceição também habita o imaginário dos pescadores de São Borja, sendo invocada em preces por proteção e fartura.

Figura 10 - Iemanjá



Fonte: a autora

A figura 10 apresenta que entre flores e cantos, Iemanjá, orixá das águas, ocupa lugar especial na fé de alguns pescadores. Seu culto, marcado pelo sincretismo religioso, revela a presença viva das tradições afro-brasileiras no cotidiano da pesca.

Essa dimensão simbólica e cultural da pesca se articula também com experiências práticas e parcerias institucionais, que demonstram a integração entre tradição, conhecimento local e apoio acadêmico.

Durante conversas com pescadores, emergiu a lembrança de uma parceria estabelecida entre um pescador e uma Universidade da região, que se manteve por aproximadamente oito anos. Essa colaboração envolvia professores e estudantes do curso de Ciências Biológicas, consistindo na realização de aulas práticas e projetos de pesquisa. Os relatos revelam que o pescador atuava como guia e mediador, indicando os locais certos para coleta, conduzindo os alunos e orientando com seus saberes práticos, enquanto o professor descrevia o que precisava. Durante essas atividades, ele utilizava e demonstrava técnicas tradicionais de pesca, como rede de emalhe com maromba, poita e espinhel, qual o melhor local para pescar e qual o tipo de peixe poderia estar ali, evidenciando o conhecimento técnico acumulado e adaptado ao rio e às suas espécies.

Segundo Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial é construído a partir das interações entre atores locais e instituições externas, sendo o conhecimento local um recurso estratégico para o fortalecimento das comunidades.

Nesse sentido, a parceria com a Universidade ilustra o diálogo entre saberes tradicionais e científicos, no qual o conhecimento empírico do pescador era indispensável para o sucesso das atividades de campo. A remuneração recebida pelo pescador reforça a valorização econômica e simbólica de seu saber, evidenciando que o reconhecimento social e material é fundamental para consolidar parcerias duradouras.

Contudo, a suspensão dos recursos financeiros mostrou a fragilidade institucional dessas iniciativas, evidenciando que a continuidade de projetos que integram diferentes saberes depende de políticas de apoio e financiamento. Como argumenta Baudelle (2011), a efetivação de políticas de desenvolvimento local requer o reconhecimento das capacidades dos atores, e a criação de condições institucionais que permitam a sustentabilidade das interações entre saberes tradicionais e científicos.

Dessa forma, o episódio analisado mostra como a dinâmica social e cultural da pesca artesanal em São Borja se entrelaça com a ciência acadêmica, revelando a importância de reconhecer e valorizar os saberes tradicionais como parte integrante

de processos de aprendizagem, cooperação e desenvolvimento territorial, mantendo vivos tanto os conhecimentos locais quanto as práticas de pesca.

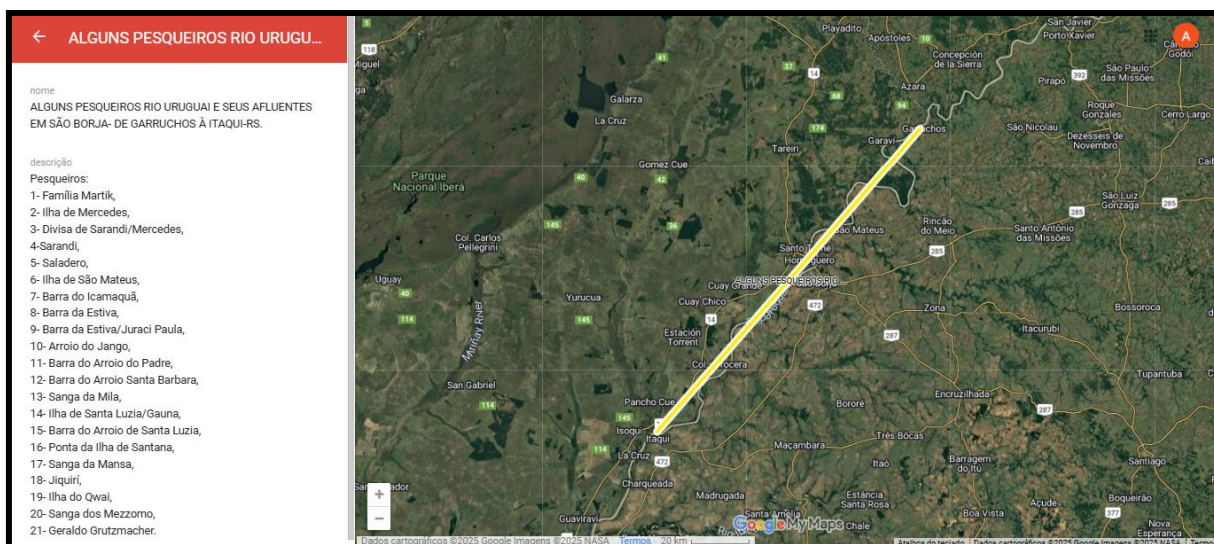
Dentro desse contexto de valorização dos saberes locais, destacam-se técnicas tradicionais, como a pesca com rede de emalhe, que ilustram a transmissão intergeracional de conhecimento e a adaptação às condições do rio.

A pesca com rede de emalhe é uma prática tradicional dos pescadores da região, na qual a rede é posicionada de forma fixa na água, permitindo a captura de peixes que nela se enroscam. A maromba, boia ou suporte de madeira, mantém a rede esticada, enquanto a poita, geralmente um peso de pedra ou metal, fixa a rede no fundo do rio. Essa técnica demonstra o conhecimento prático acumulado pelos pescadores, adaptado às condições específicas do Rio Uruguai e suas margens.

O espinhel é outro método de pesca utilizado, caracterizado por linhas com anzóis dispostos de forma que os peixes sejam capturados de modo passivo, enquanto o pescador monitora o equipamento de tempo em tempo. Ambas as técnicas representam saberes técnicos tradicionais, transmitidos entre gerações e adaptados às condições ecológicas e sociais do rio, sendo exemplos da riqueza do conhecimento local e da prática cultural da atividade pesqueira artesanal (BIASSI, 2017; STEFANELLO, 2024a). Esses saberes técnicos, além de orientar a prática da pesca, também influenciam a forma como os pescadores se organizam ao longo do rio, respeitando distâncias e acordos informais entre eles.

O rio Uruguai possui vários pesqueiros em sua extensão no município de São Borja, e segundo informações, a distância entre eles é em torno de 1000 a 1500m. Durante a escuta com o presidente da Colônia de Pescadores, foi relatado que os pescadores evitam posicionar-se próximo a bebedouros de gado e às bombas de irrigação das lavouras. Essa prática, resultado de acordos informais com proprietários locais, tem como objetivo preservar a segurança durante a pesca e evitar prejuízos decorrentes de acidentes ou do roubo de equipamentos. Esse cuidado evidencia como normas não formalizadas estruturam a convivência entre os atores envolvidos, delimitando os espaços de atuação e a forma como os pescadores organizam sua produção (escuta de campo, Colônia de Pescadores, 2025). A figura a seguir apresenta alguns dos vários pontos de pesca que existem em nosso município.

Figura 11 - Mapeamento de 21 pesqueiros indicados pelos pescadores artesanais de São Borja



Fonte: Adaptado pela autora de Google My Maps (2025).

A Figura 11 ilustra a localização dos 21 pesqueiros artesanais indicados pelos pescadores em São Borja, apresentando a distribuição dos locais de pesca ao longo do rio Uruguai.

Observa-se que os pesqueiros estão distanciados em torno de 1000 a 1500 metros, o que reforça a necessidade de organização e de acordos informais entre os pescadores para garantir a segurança, a convivência harmoniosa e o respeito aos espaços de cada um. Vale ressaltar que esses são apenas alguns dos vários pontos de acampamentos existentes na região, demonstrando a abrangência territorial da atividade de captura local e reforçando a importância desses espaços para a atividade pesqueira.

Além da organização dos pesqueiros e dos acordos entre os pescadores, os fatores ambientais também desempenham papel central na dinâmica da pesca artesanal. Essas dinâmicas territoriais e ambientais também se refletem nos tipos de moradia adotados pelos pescadores artesanais, como ilustrado na Figura 12.

Figura 12 - Tipos de moradia dos pescadores artesanais



Fonte: a autora

A Figura 12 ilustra dois tipos de moradia dos pescadores artesanais: móvel, são acampamentos temporários montados e desmontados conforme o período de pesca ou deslocamento pelo rio e fixa, representada por pequenas casas próximas ao rio, geralmente cedidas pelo proprietário da área, sendo comum que o morador cuide das bombas ou estruturas locais.

No caso do acampamento fixo, além da moradia, o espaço também se conecta ao uso da bomba de sucção, que impacta diretamente o ambiente aquático, como mostra a Figura 13.

Figura 13 - Bomba de sucção e retenção de peixes: acampamento fixo



Fonte: a autora

A Figura 13 apresenta a sequência de imagens que mostra o píer onde os barcos ficam atracados, a bomba de sucção utilizada pelos proprietários para irrigação

das lavouras de soja e o pequeno açude formado pela água represada, onde os peixes ficam retidos, podendo resultar em mortalidade. O acampamento fixo, geralmente cedido pelo proprietário, envolve o cuidado do pescador com o equipamento em troca de um valor simbólico.

A análise dos tipos de moradia permite avançar para a compreensão das estruturas associadas ao acampamento fixo, como o sistema de captação de água, cuja presença interfere tanto na organização do espaço quanto no equilíbrio ambiental.

As transformações ambientais, incluindo estiagens, cheias, poluição e alterações na fauna aquática, impõem limites à pesca, moldando o cotidiano dos pescadores. Nesse sentido, a natureza não é apenas cenário, mas agente que estrutura modos de vida, práticas sociais e estratégias de sobrevivência, evidenciando a interdependência entre sociedade e meio ambiente.

De acordo com Retamoso e Gonçalves (2024) “os afluentes da margem brasileira contribuem com uma alta carga de fósforo, originados pelo carreamento superficial de solos, provenientes da intensa atividade agrícola”. Hess (2025) aponta que os estudos indicam que a baixa cobertura do tratamento de esgotos domésticos, somada ao elevado volume de resíduos gerados pela pecuária e ao uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras, acarreta sérios riscos tanto para a qualidade ambiental quanto para a saúde humana na região da Bacia do Rio Uruguai em território brasileiro, exigindo, assim, respostas conjuntas do poder público e da sociedade no enfrentamento desses problemas.

Durante uma tarde chuvosa, em visita à residência de pescadores, a esposa do senhor responsável pela construção de chalanas compartilhou relatos sobre as enchentes e seus impactos na vida cotidiana da comunidade ribeirinha. Ela mencionou um episódio ocorrido em Porto Alegre, em que conheceu um homem que havia perdido todos os bens, exceto a casa, destacando que perdas importantes, inclusive de moradias, são frequentes em contextos de cheia intensa.

Em relação à realidade local, a pescadora comentou que, embora o monitoramento do rio permita a retirada de móveis e roupas antes que a água atinja níveis críticos, os objetos eventualmente se deterioram devido ao constante transporte entre os locais seguros e a residência. Ela relatou, ainda, uma ocasião em que o rio parou de subir e a família decidiu permanecer em casa. Entretanto, durante a madrugada, a água atingiu o colchão da cama em que dormiam, coincidente com a

retomada de fortes chuvas. Nesse contexto, a disponibilidade de uma chalana no pátio, foi fundamental para a remoção de roupas e alimentos para um terreno mais elevado, garantindo a segurança de todos.

Durante o período de enchente, montavam uma barraca construída por eles, composta por lonas que permitiam a separação de dois ambientes. Tábuas eram utilizadas para revestir o chão, servindo como piso, e o espaço comportava cama, geladeira e fogão a gás, além de utensílios de cozinha limitados a uma ou duas panelas, devido à dificuldade de manutenção e limpeza. Roupas do dia a dia e roupas de cama eram transportadas para a barraca, possibilitando a permanência no local até que o rio baixasse e a limpeza da casa fosse possível.

Moradias, geralmente, são construídas em madeira, exigindo manutenção constante, com substituição de tábuas à medida que se deterioram. Durante o período de enchente, recursos como água e eletricidade são compartilhados entre vizinhos, evidenciando a solidariedade comunitária. Um dado curioso observado foi que, apesar de ficarem dois ou três meses afastados de suas residências submersas, a fatura de energia elétrica era zerada, enquanto a de água continuava sendo cobrada, calculada a partir da média dos meses anteriores.

Cada residência de ribeirinho, seja na Vila da Praia ou na Vila Porto do Angico, possui registros próprios de enchentes, reforçando que esses eventos naturais configuram experiências coletivas que moldam práticas, estratégias de sobrevivência e relações comunitárias no território ribeirinho de São Borja. A adaptação dos ribeirinhos às enchentes, com a construção de abrigos temporários e a organização da rotina familiar durante o período de cheia, ilustra a íntima relação entre a comunidade e o rio, conforme discutido por Diegues (2001). Essas estratégias de adaptação cotidiana são complementadas por instituições locais, como a colônia e a associação de pescadores, que estruturam a convivência comunitária e fortalecem a transmissão de saberes tradicionais.

A Figura 14 ilustra os efeitos da enchente na zona ribeirinha de São Borja, evidenciando como a população local se organiza e adapta sua rotina durante os períodos de cheia.

Figura 14 - Enchente no rio Uruguai: áreas ribeirinhas afetadas



Fonte: a autora

As imagens registram os impactos da inundação sobre residências e estruturas externas, mostrando a relação da comunidade ribeirinha com o rio durante os períodos de enchente.

Esses desafios cotidianos se articulam com a atuação das instituições locais, que promovem cooperação e fortalecem a identidade comunitária.

A colônia e a associação de pescadores constituem espaços institucionais que organizam as relações coletivas, promovem a cooperação e garantem a representação da classe. Esses espaços também se consolidam como centros simbólicos de pertencimento e transmissão de saberes tradicionais, reforçando a identidade da comunidade pesqueira. Além de orientar os membros sobre direitos e deveres, desempenham papel essencial na mediação de políticas públicas, como o seguro defeso, que assegura a subsistência durante o período de reprodução dos peixes. Esse benefício impacta diretamente a economia familiar e fortalece a solidariedade comunitária, pois os pescadores trocam informações sobre documentação, prazos e procedimentos, colaborando para que todos tenham acesso ao recurso.

A história da Colônia de Pescadores Z-21 está entrelaçada à promulgação da Lei nº 8.287, de 20 de dezembro 1991, que assegurou aos pescadores artesanais o direito ao seguro-desemprego durante o período de defeso. Para ter acesso ao benefício, era necessário apresentar atestados emitidos por uma colônia ou sindicato reconhecidos. Na época, a única forma de organização existente era a associação, que reunia pescadores e mantinha um vínculo comunitário forte, mas não tinha

legitimidade legal para certificar a profissão perante o Estado. Em São Borja, essa função era desempenhada por um presidente de colônia de outro município, que se deslocava até a cidade para atender os pescadores locais. Embora essa prática garantisse o direito ao benefício, ela gerava custos adicionais e dependência, colocando os trabalhadores em uma posição de vulnerabilidade. Com o tempo, essa situação se mostrou insustentável, e foi nesse contexto que surgiu a iniciativa do senhor Edson Fraga, idealizador da Colônia de Pescadores Z-21 em São Borja, contando com o apoio de outros pescadores que contribuíram inclusive com recursos financeiros para viabilizar a sua criação (BRASIL, 1991).

Mais do que um simples trâmite burocrático, a fundação da colônia marcou um momento de virada: trouxe autonomia, garantiu acesso ao seguro defeso e redefiniu a organização social da pesca artesanal no município. A partir disso, os pescadores se dividiram em dois subgrupos — aqueles vinculados à colônia e os que permaneceram na associação.

Assim, uma lei nacional, pensada em ampla escala, repercutiu diretamente no cotidiano local, levando os pescadores da cidade a se reorganizarem para garantir seus direitos. Nesse movimento, a colônia se consolidou como requisito legal, símbolo de autonomia, identidade e luta coletiva, além de representar uma estrutura capaz de reduzir gastos, fortalecer a representatividade e assegurar, de maneira digna e acessível, o exercício da atividade.

A análise da Ata de Fundação e do Estatuto Social revela que, desde sua origem, a entidade possui atribuições que vão muito além da simples organização da atividade pesqueira. O documento estabelece competências formais, como colaboração com órgãos federais e estaduais, representação de associados, mediação junto a instituições de previdência e saúde, promoção de atividades sociais e culturais e incentivo à formação de cooperativas.

Um ponto central é a prerrogativa de emitir declarações do exercício do extrativismo pesqueiro, essenciais para garantir direitos previdenciários e o seguro defeso. Embora nem todas essas funções sejam plenamente exercidas na prática — devido a limitações de recursos, pessoal ou iniciativa —, a colônia consolidou-se como espaço de articulação, aprendizado, solidariedade e transmissão de saberes, fortalecendo a identidade da classe e contribuindo para maior controle sobre a subsistência e reconhecimento social dos participantes.

Formalmente constituída conforme sua Ata e Estatuto Social registrados em cartório, a Colônia de Pescadores Z-21 serve como núcleo central de organização e apoio à comunidade pesqueira de São Borja. Seu papel vai além da mera formalidade: orienta os pescadores sobre direitos e deveres, garante a representação da classe e organiza atividades coletivas que fortalecem a cooperação. Atua também como mediadora no acesso a políticas públicas, assegurando a subsistência das famílias durante o período de reprodução dos peixes.

Em março de 2025, a Colônia de Pescadores Z-21 contava com 90 pescadores, distribuídos entre 59 homens (65,56%) e 31 mulheres (34,44%), predominando indivíduos na faixa etária de 51 a 70 anos, o que evidencia um grupo mais envelhecido. Quanto à escolaridade, 93% possuem ensino fundamental e apenas 7% completaram o ensino médio, mostrando o predomínio do analfabetismo funcional na comunidade, conforme compreendido por Freire (1970), que o relaciona à limitação do indivíduo em compreender, interpretar e intervir criticamente na realidade social. Estes dados refletem a realidade socioeducacional da pesca artesanal local e ajudam a compreender os desafios enfrentados no cotidiano das atividades pesqueiras.

A associação de pescadores existente em São Borja desempenha um papel relevante de congregar trabalhadores e manter vínculos comunitários, embora, no passado, enfrentasse limitações tanto de legitimidade institucional quanto de organização interna. Essas fragilidades dificultavam sua atuação como representante formal da categoria, especialmente diante das exigências legais criadas pela Lei nº 8.287/1991, revogada posteriormente pela Lei nº 10.779/2003. Nesse contexto histórico, a criação da Colônia de Pescadores Z-21 supriu uma lacuna jurídica, e ofereceu uma alternativa estruturada de representatividade, capaz de garantir direitos e reduzir a dependência de instâncias externas.

Além da colônia, a associação de pescadores representa outro espaço de organização coletiva, com 111 membros, sendo 80 homens e 31 mulheres. A associação fortalece o senso de pertencimento, permitindo que os pescadores troquem saberes tradicionais, experiências e informações práticas sobre documentação, prazos e procedimentos, promovendo solidariedade e cooperação. Juntas, colônia e associação consolidam-se como pilares da vida comunitária, articulando tanto a dimensão simbólica quanto prática da atividade de captura local.

Enquanto a associação representa outro espaço de trocas e pertencimento, a Colônia de Pescadores ocupa seu lugar físico e visível na cidade, como mostra a Figura 15.

Figura 15 - Fachada e entorno da Colônia de Pescadores Z-21 em São Borja



Fonte: a autora

A primeira imagem evidencia a simplicidade e a funcionalidade da fachada da Colônia, com destaque para a placa institucional e a presença de pessoas, transmitindo a vida comunitária do local. A segunda imagem mostra o contexto urbano do entorno, com árvores e veículos, indicando a integração da Colônia à cidade e a visibilidade do espaço institucional, mesmo em sua modéstia estrutural.

Se a dinâmica social dos pescadores evidencia solidariedade, divisão de pesqueiros e formas de organização coletiva, esses mesmos elementos repercutem diretamente na forma como a pesca tradicional se desenvolve em São Borja, influenciando a economia ribeirinha e as estratégias de subsistência da comunidade.

4.2 Dinâmica econômica

A atividade pesqueira representa uma dupla função para a população do extrativismo pesqueiro, garantindo a subsistência imediata e complementando a renda familiar (FAO, 2017a). Durante o trabalho de campo em São Borja, verificou-se que a comercialização do pescado ocorre em níveis locais, concentrando-se em pequenas empresas do bairro, como o Armazém, o Mercado e a Casa do Peixe, bem como nos restaurantes do Cais do Porto e na comunidade. Essa proximidade entre produtor e consumidor favorece uma relação direta, na qual os pescadores podem negociar

preços e entregar o pescado já limpo e conservado, mas também evidencia a dependência econômica do mercado local.

Observou-se, também, a ausência de transporte adequado e de canais de distribuição para outros pontos da cidade ou regiões próximas, o que limita o alcance da produção pesqueira, restringindo a expansão da renda e dificultando a inserção da pesca artesanal em circuitos comerciais e mercados mais amplos, reforçando o caráter restrito e comunitário da atividade, tão singular quanto a própria vida ribeirinha, que pulsa em cada chalana, em cada rede e em cada conversa à beira do rio. Se por um lado, a comercialização do pescado garante sustento imediato, por outro evidencia as limitações estruturais da economia ribeirinha, mostrando que a sobrevivência comunitária se apoia em mais do que apenas a pesca.

A proximidade entre produtores e consumidores, aliada à diversidade de ocupações informais desenvolvidas pelos ribeirinhos, revela como a economia local é sustentada por uma teia de solidariedade, imaginação e esforço coletivo. Essa combinação reforça a interdependência entre pesca e outras atividades, garantindo a subsistência e fortalecendo os laços comunitários, em uma espécie de dança contínua entre necessidades, talentos e saberes compartilhados.

Além da pesca, os ribeirinhos desenvolvem atividades informais diversas, que se configuram como fontes essenciais e complementares de subsistência, especialmente durante o período de defeso. Entre essas variadas e criativas ocupações temos artesãos, costureiras, marceneiros, pedreiros, carpinteiros, ambulantes, entre tantas outras (SANTOS et al., 2014).

Tal diversidade demonstra que a economia ribeirinha não depende exclusivamente da pesca, mas se sustenta em uma rede de criatividade, habilidade e força de trabalho, na qual cada membro da comunidade contribui com recursos e conhecimentos próprios, assegurando a manutenção da renda familiar e fortalecendo os laços de cooperação, numa verdadeira sinfonia de esforços cotidianos. Nesse contexto de múltiplas estratégias de sobrevivência, os eventos comunitários ganham relevo como celebrações culturais, espaços de circulação econômica e instâncias de afirmação da identidade ribeirinha.

A realização de alguns eventos mostra como práticas tradicionais podem se transformar em oportunidades econômicas, agregando valor aos produtos e aproximando produtores e consumidores. A Festa do Peixe, realizada em algumas edições, permitia a comercialização direta de pescado e de produtos derivados,

incluindo pratos à base de peixe, confecção de redes e a construção de uma chalana, que servia de prêmio para competições.

Embora não tenham sido continuadas, a iniciativa da Emater visava transferir a responsabilidade para os próprios pescadores, fortalecendo o protagonismo comunitário e consolidando a cultura local, enquanto lembranças de sabores, aromas e risadas permanecem na memória de quem participou. Essas celebrações evidenciam o potencial de transformação das tradições em renda, mas também ressaltam a fragilidade econômica quando a pesca é interrompida, como acontece durante o período de defeso.

Enquanto as festividades demonstram alternativas de geração de renda, o período de defeso expõe a vulnerabilidade econômica da comunidade. O seguro-desemprego do pescador atua como fonte essencial e complementar de sustento durante a suspensão da pesca, lembrando que a sustentabilidade da atividade depende também de políticas públicas acessíveis e eficientes, que se entrelaçam à vida cotidiana como fios invisíveis, sustentando sonhos e sobrevivência. Essa dependência do seguro se intensifica diante do peso do agronegócio no município, cujas forças moldam a economia e acabam por relegar a pesca a um papel secundário.

A economia de São Borja, profundamente influenciada pelo agronegócio – com produção intensiva de soja, arroz e comércio associado – marginaliza a pesca de pequena escala, impondo desafios estruturais ao sustento do ribeirinho. Esse cenário reflete o que De Paula (2018) e Silva (2014) observam em diferentes contextos da pesca artesanal brasileira, onde atividades econômicas mais fortes ocupam territórios, gerando disputas e restringindo a permanência das comunidades tradicionais. Frente a isso, os pescadores recorrem a estratégias diversificadas e temporárias, mostrando resiliência e capacidade de adaptação às pressões econômicas e ambientais, transformando limitações em criatividade e soluções próprias, tal como um rio que contorna pedras sem perder o fluxo. Além do peso do agronegócio, há também as restrições ambientais, que, embora necessárias, impactam diretamente o cotidiano de quem vive da pesca.

As proibições de captura de espécies nobres, como o dourado e o surubim (BIASSI, 2017; STEFANELLO, 2024b) impactam diretamente a renda da comunidade, reforçando a dependência do seguro defeso. Essa realidade mostra o delicado equilíbrio entre preservação ambiental, regulamentação e sobrevivência econômica,

demonstrando a necessidade de políticas que considerem a realidade ribeirinha, entremeando cuidado ecológico e vida cotidiana. Se as normas de conservação limitam a captura, as grandes intervenções estruturais, como a construção de hidrelétricas, transformam profundamente a lógica da pesca.

Assim como as normas de proteção do meio ambiente, as hidrelétricas modificam o ecossistema e alteram a disponibilidade de peixes, exigindo que os pescadores adaptem práticas e percorram novos pesqueiros (BIASSI, 2017; STEFANELLO, 2024a). Essa situação mostra como decisões estruturais de grande escala repercutem diretamente nas estratégias de resistência e nas oportunidades econômicas da comunidade, lembrando que escolhas feitas longe das margens do rio repercutem diretamente até a chalana e ao anzol. Mesmo quando não se trata de grandes empreendimentos, condições naturais, como a presença das palometas, impactam diretamente a pesca tradicional, reduzindo o rendimento, danificando redes e exigindo maior atenção dos extrativistas.

A proliferação das palometas não apenas afeta a rentabilidade da pesca, mas também destaca a necessidade urgente de medidas específicas para lidar com espécies invasivas e não comerciais que possam comprometer o ecossistema local, enfatizando a importância de uma gestão ambiental abrangente (STEFANELLO, 2024a).

Esses elementos reforçam que a economia ribeirinha depende de uma série de variáveis interconectadas, nas quais cada detalhe do ambiente natural ou social pode influenciar a manutenção das práticas tradicionais, lembrando que, em cada curva do rio, cada pedra ou árvore, existem histórias e soluções escondidas. Diante desse conjunto de circunstâncias, a seguir apresenta-se a matriz SWOT, que sintetiza as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que atravessam a economia da pesca artesanal em São Borja.

Figura 16 - Matriz SWOT da Pesca Artesanal em São Borja

	POSITIVA	NEGATIVA
INTERNAS	<p>FORÇAS 🍊</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento tradicional e empírico dos pescadores. • Rede comunitária de apoio e solidariedade. • Proximidade entre produtores e consumidores locais. • Diversificação de atividades (artesanato, serviços, agricultura de subsistência, etc.) • Reconhecimento cultural da pesca como identidade ribeirinha. 	<p>FRAQUEZAS ⚠️</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de transporte e infraestrutura de distribuição. • Dependência do mercado local e baixo alcance comercial. • Necessidade do seguro-defeso para complementar a renda. • Fragilidade na capacitação em gestão, empreendedorismo e boas práticas de beneficiamento do pescado. • Estruturas frágeis de organização coletiva (associações).
EXTERNAS	<p>OPORTUNIDADES 🌞</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parceria com universidades e instituições para capacitação. • Eventos gastronômicos e culturais (como a Festa do Peixe). • Agregação de valor ao pescado (produtos derivados, pratos típicos). • Projeto de recuperação ambiental com envolvimento dos pescadores. • Expansão de mercados através de políticas públicas de incentivo. 	<p>AMEAÇAS 🌪️</p> <ul style="list-style-type: none"> • Redução de estoques pesqueiros. • Presença de espécies invasoras (palometas). • Restrições ambientais e proibição de espécies nobres (dourado e surubim). • Impactos de hidrelétricas no ecossistema. • Pressão do agronegócio e marginalização da pesca artesanal.

Fonte: Elaborado pela autora

A matriz SWOT, enquanto ferramenta de gestão, possibilita realizar a análise da atividade pesqueira artesanal no município, permitindo compreender os componentes que favorecem ou dificultam a continuidade dessa prática.

Entre os pontos positivos, observa-se o conhecimento prático e tradicional dos pescadores, aliado a uma rede de apoio comunitário e à proximidade com os consumidores locais, fortalecendo relações sociais e econômicas. Além disso, a diversidade de ocupações, como o trabalho informal, e a identificação cultural do povo ribeirinho como símbolo representativo contribuem para a resiliência e sustentabilidade da pesca.

As oportunidades apontam possibilidades de expansão e aprimoramento da atividade, incluindo a participação em programas de capacitação promovidos por instituições acadêmicas, a valorização do pescado e da cultura local por meio de eventos, a criação de produtos com maior valor agregado, a implementação de ações ambientais com envolvimento direto dos pescadores e a abertura de novos mercados, com suporte de políticas públicas.

Entre as fraquezas, destacam-se a inexistência de transporte e infraestrutura para comercialização, a dependência de mercados restritos, a necessidade de complementação de renda via seguro-defeso, lacunas em formação voltada à gestão,

empreendedorismo e ao beneficiamento do pescado, e a fragilidade de associações e formas de organização coletiva.

Por fim, o extrativismo pesqueiro local está sujeito a desafios externos que podem comprometer sua continuidade e valorização. Entre eles, sobressaem-se a redução de estoques naturais, a proliferação de espécies invasoras, as restrições legais à captura de peixes de maior valor, os impactos ambientais provocados pelas hidrelétricas e a pressão exercida pelo agronegócio, fatores que aumentam a vulnerabilidade da atividade e exigem atenção para sua sustentabilidade.

A análise da dinâmica econômica mostra que a atividade pesqueira está intensamente vinculada às condições locais e sujeita a restrições ambientais e sociais. Para avançar na compreensão desse fenômeno, é preciso examinar também a dinâmica política, onde se definem os instrumentos e as políticas que moldam a atividade.

4.3 Dinâmica política

A pesca artesanal em São Borja constitui uma prática enraizada na história e na cultura local, atravessando gerações de famílias que encontram no rio Uruguai a base de sua subsistência, e um elemento de identidade coletiva. O rio, com suas margens e ciclos naturais, é parte integrante da memória social desses grupos, funcionando como espaço de trabalho, de transmissão de saberes e de sociabilidade comunitária. Entretanto, a relevância desse modo de vida foi gradualmente obscurecida pelas transformações estruturais que ocorreram no território, em especial pela expansão do agronegócio e pela instalação de barragens ao longo da bacia hidrográfica. Esses processos, longe de serem neutros, refletem escolhas políticas e econômicas que privilegiaram atividades produtivas de larga escala, em detrimento de formas tradicionais de uso dos recursos naturais (SANTOS, 2007; MARTINS, 1997).

Milton Santos (2007) contribui para compreender esse fenômeno ao afirmar que o território, enquanto espaço efetivamente vivido e apropriado pelos diferentes agentes, é resultado de disputas, onde os mais poderosos impõem sua lógica de apropriação. No caso da cidade, o agronegócio do arroz e da soja moldou a economia local, e as prioridades políticas e institucionais, marginalizando atividades como a atividade pesqueira artesanal, sem a mesma capacidade de mobilização econômica

e política. Essa marginalização não é apenas econômica, mas também simbólica: a ausência de estatísticas sistemáticas sobre a pesca artesanal e a escassez de políticas públicas específicas revelam uma produção de invisibilidade que acompanha a trajetória histórica desses trabalhadores.

A invisibilidade da pesca tradicional no município, pode ser lida também, a partir da crítica de Martins (1997) sobre a marginalidade social no campo brasileiro. Segundo o autor, determinados grupos rurais vivem em permanente condição de subordinação, situando-se nas bordas do sistema econômico dominante, o que os torna politicamente frágeis. No caso dos pescadores, sua atividade é constantemente vista como complementar ou secundária, sendo relegada a um papel de subsistência em vez de reconhecida como setor produtivo de relevância cultural e econômica. Essa condição demonstra uma desigualdade histórica, onde os direitos de uns se consolidam como garantias, enquanto outros permanecem apenas como concessões instáveis.

A análise desse contexto histórico permite afirmar que a invisibilidade da pesca de pequena escala não resulta apenas de um processo espontâneo de mudança econômica, mas de uma escolha política sobre quais setores devem ser priorizados no território. A aposta no agronegócio como motor do desenvolvimento regional reforça a lógica descrita por Furtado (2005), que já apontava a seletividade das políticas de planejamento e expansão econômica no Brasil, frequentemente excludentes e incapazes de promover integração social ampla. Dessa forma, compreender o extrativismo pesqueiro local implica reconhecer que sua marginalidade não é acidental, mas consequência de um modelo de progresso econômico que privilegia setores de grande escala e deixa de lado formas de produção que, embora menos rentáveis, carregam forte valor cultural, social e ambiental.

A dinâmica política que envolve a pesca ribeirinha é composta por uma rede de atores institucionais e sociais que, embora atuem no mesmo território, ocupam posições bastante desiguais em termos de poder e influência. Entre os protagonistas estão a Colônia e a Associação de Pescadores, espaços associativos que buscam representar os trabalhadores da atividade, funcionando como instância de articulação, apoio e reivindicação de direitos.

Sua atuação, no entanto, é limitada pela escassez de recursos materiais e pela falta de reconhecimento político efetivo. As entidades aparecem mais como um

espaço de resistência e organização comunitária do que como um ator com capacidade de pautar políticas públicas de forma relevante.

Do lado das instituições estatais, a Prefeitura Municipal, suas secretarias e conselhos, em especial os ligados ao meio ambiente e ao desenvolvimento social, assumem papel central. Contudo, sua presença junto aos pescadores costuma ser marcada por ações pontuais e fragmentadas, sem articulação de longo prazo.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por sua vez, exerce sobretudo uma função fiscalizadora, reforçando a percepção de que o Estado se aproxima dos pescadores mais como agente de controle do que como parceiro no fortalecimento da atividade.

No município, essa assimetria se evidencia ainda mais pelo fato de que, até o momento, a principal forma de apoio direto oferecida pelo poder público aos pescadores foi a distribuição de cestas básicas. Essa ação, embora alivie necessidades imediatas, revela a ausência de políticas estruturantes voltadas para o fortalecimento da atividade, reduzindo os pescadores à condição de meros beneficiários assistenciais, em vez de reconhecê-los como trabalhadores fundamentais para a economia e para a cultura local (FAORO, 2001).

Outro ator relevante, mas ainda distante, é a universidade pública. Instituições como a UNIPAMPA e a UERGS poderiam desempenhar papel estratégico ao promover pesquisas aplicadas, projetos de extensão e parcerias que aproximassem o saber científico do conhecimento tradicional dos pescadores. No entanto, essa aproximação permanece frágil e incipiente, em grande parte porque a universidade e os pescadores ocupam territórios distintos, tornando difícil a troca efetiva de saberes. A educação não-formal surge como caminho possível para superar essa lacuna, seja levando o conhecimento científico até a comunidade, seja criando espaços acolhedores na universidade onde os pescadores se sintam valorizados e respeitados. Nessas condições, os saberes científicos e tradicionais poderiam dialogar de forma produtiva, fortalecendo a cidadania, a organização comunitária e o capital social dos pescadores, ao mesmo tempo em que a universidade cumpriria sua função social de forma mais efetiva (GOHN, 2006).

Essa configuração de atores revela uma clara hierarquia de poder: enquanto o agronegócio e setores ligados ao comércio e à indústria local gozam de reconhecimento político e acesso privilegiado a instâncias decisórias, os pescadores permanecem em posição periférica.

Essa desigualdade na participação política reflete o que Carvalho (2002) descreve sobre a cidadania no Brasil: embora todos sejam formalmente titulares de direitos civis, políticos e sociais, seu exercício efetivo nem sempre é equitativo. A participação popular sempre foi marcada por assimetrias, nas quais determinados grupos têm sua voz amplificada, enquanto outros permanecem em silêncio.

Assim, a marginalização política dos pescadores artesanais não é acidental, mas resultado de estruturas históricas e institucionais que privilegiam setores mais poderosos, dificultando que experiências e saberes tradicionais se transformem em instrumentos de valorização social, econômica e cultural.

No município de São Borja, as relações de poder no contexto do extrativismo pesqueiro revelam disparidades significativas entre os diferentes agentes que atuam no território. O agronegócio concentra recursos financeiros, influência política e acesso a canais de decisão, garantindo que seus interesses sejam prioritariamente atendidos.

Em contrapartida, os pescadores artesanais ocupam uma posição periférica, lutando para assegurar direitos básicos e a sobrevivência econômica de suas famílias. Essa desigualdade não se limita à esfera econômica, estendendo-se aos planos simbólico e político, uma vez que os pescadores possuem menor visibilidade e voz nas decisões locais.

Esse cenário confirma a análise de Souza (2017), que demonstra como grupos com maior capital econômico e social tendem a capturar privilégios e moldar políticas públicas a seu favor, enquanto os setores menos favorecidos permanecem à margem, reforçando a desigualdade e limitando o exercício pleno da cidadania.

Carvalho (2002) oferece um olhar crítico que permite compreender essa realidade: as desigualdades estruturais não se limitam à economia, mas permeiam a política e as relações sociais, reproduzindo padrões históricos de exclusão. Furtado (2005) acrescenta que o desenvolvimento brasileiro sempre teve caráter seletivo e excludente, favorecendo setores específicos em detrimento de outros. Assim, a marginalização da pesca artesanal não é fruto de ausência de organização, mas de um contexto político e econômico que favorece atores mais fortes e mantém os pescadores à margem das decisões, limitando suas possibilidades de autonomia e participação efetiva.

A atividade pesqueira depende de uma complexa rede de mecanismos institucionais e informais. Entre os instrumentos formais, destaca-se o seguro-defeso,

política que garante renda aos pescadores durante o período de reprodução dos peixes, impedindo a atividade nesse momento crítico. Apesar de sua relevância, tal medida apresenta limites, pois oferece apenas um amparo temporário e mantém os pescadores em situação de dependência frente a políticas compensatórias (TORRES; GIANNELLA, 2020). Paralelamente, atuam mecanismos informais, como redes de solidariedade entre famílias, empréstimos pessoais, atividades complementares sazonais e a venda de estoques de pescado. Esses arranjos, embora essenciais para a reprodução social da comunidade pesqueira, mostram-se frágeis por não possuírem garantias institucionais e por exporem os pescadores à instabilidade econômica.

Leal (2012) e Faoro (2001) descrevem a persistência do patrimonialismo e do clientelismo, que tornam o acesso aos direitos dependente de articulações pessoais e relações informais. Além disso, a presença limitada da universidade e de projetos de extensão representa outro desafio institucional, impedindo que o conhecimento acadêmico fortaleça a categoria (GOHN, 2006). Dessa forma, os mecanismos institucionais e informais revelam uma estrutura dual e desigual, na qual os pescadores permanecem subordinados e dependentes de articulações externas para acessar seus direitos.

A dinâmica política desigual e os mecanismos institucionais limitados têm impactos diretos sobre a vida dos pescadores. A instabilidade de renda e a dependência do seguro-defeso mantêm a categoria vulnerável economicamente, limitando sua autonomia (COUTINHO, 2008). Santos (2007) reforça que a distribuição desigual de oportunidades no território restringe a capacidade de certos grupos exercerem cidadania plena. Outro efeito relevante é a reprodução de desigualdades internas, em que relações informais podem beneficiar alguns membros da categoria em detrimento de outros (OLIVEIRA, 2003).

Assim, a marginalização e a dependência persistem, e se reproduzem, consolidando um ciclo de vulnerabilidade estrutural.

A análise da dinâmica política evidencia exclusão, desigualdade e assimetria de poder. Apesar de organizados e detentores de saberes tradicionais, os pescadores permanecem subordinados às decisões políticas que privilegiam setores economicamente mais fortes (MARTINS, 1997). No entanto, existem elementos de resistência e potencial de transformação. A organização coletiva dos pescadores por meio da Colônia e da associação, o conhecimento tradicional e a disposição para parcerias com universidades representam possibilidades concretas de fortalecimento

(PECQUEUR, 2005). Iniciativas que valorizem o conhecimento local, promovam capacitação e diversifiquem a economia podem reduzir a dependência de políticas compensatórias, fortalecendo a autonomia da categoria e garantindo a sustentabilidade ambiental da pesca de pequeno porte.

Essas políticas compensatórias manifestam-se, sobretudo, no âmbito assistencialista, como o seguro-defeso, que garante uma renda temporária durante o período de proibição da pesca, e a distribuição de cestas básicas em momentos de maior vulnerabilidade. Embora atenuem os efeitos imediatos da exclusão social, tais medidas não modificam as condições estruturais que mantêm a categoria em situação de dependência. Ao contrário, reforçam a lógica de tutela estatal, limitando a autonomia dos pescadores e adiando soluções mais efetivas voltadas à sustentabilidade econômica e ambiental da atividade.

Essas dinâmicas – social, cultural, natural, econômica e política – não operam isoladamente. A organização comunitária influencia as estratégias econômicas; a percepção cultural do rio condiciona práticas de manejo e conservação; e a marginalização econômica se traduz em desafios políticos, reforçando a invisibilidade da pesca de pequena escala. Ao observar essas dimensões de maneira integrada, percebe-se que o território ribeirinho é um espaço vivo, moldado por interações complexas entre pessoas, cultura, economia e natureza, abrindo caminho para a formulação de políticas públicas que promovam reconhecimento, autonomia e inovação na atividade pesqueira local.

Diante desse cenário de dependência e desigualdade, torna-se urgente discutir caminhos que potencializem a autonomia dos pescadores e valorizem seu conhecimento tradicional, abrindo espaço para uma agenda de políticas públicas que fortaleça a pesca artesanal, incentive práticas inovadoras e promova o desenvolvimento econômico e cultural na fronteira.

5. AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A VALORIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL PELA ECONOMIA CRIATIVA NA FRONTEIRA

O extrativismo pesqueiro, para além de uma atividade econômica, é um universo de saberes, histórias e práticas que se entrelaçam com o rio, suas margens e a vida da comunidade ribeirinha. Em São Borja, esses saberes sustentam famílias, configuram modos de vida, e trazem consigo a memória cultural de gerações que aprenderam a ler o fluxo da água, a respeitar os ciclos da fauna aquática e a conviver com a imprevisibilidade da natureza.

Entretanto, apesar de sua relevância social e ambiental, a atividade pesqueira artesanal enfrenta invisibilidade institucional, fragilidade política e lacunas profundas nas políticas públicas, que muitas vezes ignoram a complexidade do espaço ribeirinho e a riqueza do conhecimento tradicional.

Este capítulo propõe, portanto, uma agenda de políticas públicas que reconheça e valorize a pesca de pequena escala, articulando o resgate e a promoção dos saberes locais, a cultura ribeirinha e o potencial criativo da economia territorial. Serão examinadas as carências existentes nas políticas vigentes, delineadas propostas concretas de valorização cultural e econômica e apresentada a ideia da Casa do Povo Ribeirinho como uma política pública alternativa, capaz de integrar práticas culturais, sociais e econômicas de forma inovadora.

Além disso, será discutido o papel mediador da universidade, que atua como ponte entre o Estado e as comunidades tradicionais, fomentando diálogo, capacitação e iniciativas de desenvolvimento sustentável. Por fim, será explorada a perspectiva de uma rede intermunicipal ribeirinha, que promova complementariedade ecológica, cooperação territorial e a construção de soluções conjuntas para os desafios que atravessam a vida dessa população.

Dessa forma, o capítulo busca apresentar um diagnóstico das necessidades e limitações existentes, e sinalizar caminhos possíveis e necessários, celebrando os saberes locais e propondo ações integradas que valorizem o patrimônio cultural e natural da pesca familiar, enquanto fortalecem a economia criativa e a sustentabilidade da fronteira.

O primeiro passo, portanto, é olhar para as falhas que atravessam as políticas públicas destinadas aos pescadores artesanais, reconhecendo nelas brechas de gestão e sintomas de uma invisibilidade histórica.

5.1 Diagnóstico das lacunas nas políticas públicas para os pescadores artesanais

O diagnóstico das lacunas que atravessam a atividade pesqueira artesanal em São Borja exige mais do que uma análise fria de políticas públicas: pede sensibilidade para ouvir as margens, perceber o murmúrio das águas e o ritmo da vida que nelas se desenrola, compreender os silêncios e enxergar os espaços vazios aonde as políticas não chegam. Ouvir as margens significa escutar histórias, desafios e estratégias cotidianas, perceber o que não é dito nos relatórios oficiais, mas que se manifesta na experiência diária de quem depende do rio para sobreviver (PECQUEUR, 2005).

Antes de mergulhar na realidade local, é preciso lembrar que a pesca artesanal, em sua dimensão nacional, representa séculos de saberes transmitidos de geração em geração. São práticas sustentáveis, rituais de manejo da fauna aquática e formas de convivência com os rios e lagos que frequentemente passam despercebidos pelos planejamentos oficiais. Em muitas regiões do país, comunidades ribeirinhas enfrentam invisibilidade, embora seus modos de vida preservem ecossistemas, mantenham tradições culturais e sustentem economias locais que escapam ao olhar institucional (GARCIA, 2007).

Reconhecer essas lacunas é compreender o que falta em termos institucionais e o valor invisível que pulsa nas comunidades. Cada gesto, cada técnica de pesca, cada história contada à beira do rio carrega memórias e soluções que poderiam inspirar políticas mais integradas e justas. É nesse entrelaçamento de história, cultura e subsistência que se revela a urgência de olhar para o que está à margem, valorizando o invisível e dando visibilidade ao que mantém viva a pesca familiar no território (SILVA, 2014; PECQUEUR, 2005).

A região ribeirinha, marcada pela memória e pelo esforço cotidiano, evidencia que a ausência de políticas adequadas não é apenas um dado técnico, mas uma condição que fragiliza famílias inteiras e invisibiliza modos de vida. Cada amanhecer nos barcos, cada preparo de redes e cada história contada à beira do rio evidencia a importância de práticas que sustentam a subsistência e preservam tradições centenárias, ao mesmo tempo em que revelam inteligência e criatividade silenciosa, desenvolvidas à margem das políticas convencionais (MOURA et al., 2025).

A primeira grande omissão se manifesta na invisibilidade institucional, nos silêncios do Estado, que durante décadas negligenciou o reconhecimento da pesca familiar como prática central para a vida ribeirinha. As políticas públicas se voltaram quase exclusivamente para setores considerados mais estratégicos, como a soja e o arroz, que movimentam a economia regional e moldam prioridades governamentais, enquanto os modos de vida ligados ao rio permanecem à margem. Nesse contexto, os pescadores artesanais tornam-se personagens secundários, lembrados apenas em momentos de crise ambiental ou social (SANTOS et al., 2022).

O resultado dessa negligência é que a pesca familiar é frequentemente vista como atividade de sobrevivência, e não como prática que sustenta economias locais, preserva culturas e fortalece vínculos comunitários. Cada barco, cada rede, cada gesto cotidiano carrega conhecimento que poderia guiar políticas mais justas e integradas, mas que permanece à sombra, esperando ser reconhecido e valorizado. Essa falta de reconhecimento formal reforça estigmas e perpetua a marginalização, tornando invisíveis saberes, histórias e memórias culturais construídas ao longo de gerações (MOURA et al., 2025).

A marginalização também se manifesta na percepção social mais ampla. Para muitos fora da comunidade, a pesca familiar é vista apenas como recurso econômico menor, ignorando seu papel na preservação ambiental, na transmissão de saberes tradicionais e na coesão social. Reconhecer e valorizar esses elementos é essencial para transformar invisibilidade em protagonismo, dando ao território ribeirinho a importância que historicamente lhe é devida (SILVA, 2014).

Outra dimensão crítica refere-se às limitações na implementação das políticas já existentes, que muitas vezes se mostram distantes da realidade cotidiana das famílias ribeirinhas. Programas como o seguro-defeso, concebidos para garantir renda durante os períodos de reprodução dos peixes, enfrentam atrasos significativos, exigências burocráticas complexas e dificuldades de acesso, minando a confiança das famílias. A promessa de proteção, quando não se concretiza, transforma-se em fonte de frustração e instabilidade, lembrando que direitos formalmente garantidos podem se tornar quase inalcançáveis no cotidiano do rio (MORENO, 2015).

Essas barreiras não afetam apenas a economia familiar, mas reverberam na vida social e emocional das comunidades. Conforme observado por Moreno (2015), cada demora, cada papel ou carimbo exigido nas repartições públicas gera ansiedade, insegurança e sensação de abandono. A prática da pesca, que deveria ser sustentada

e valorizada, fica vulnerável, e os saberes tradicionais que estruturam a atividade permanecem à mercê da burocracia, sem reconhecimento ou apoio adequados (SILVA, 2014).

Além disso, as políticas sociais — assistência técnica, capacitação e outros programas de apoio — raramente se mostram condizentes com a realidade ribeirinha, funcionando de forma padronizada, sem diálogo com o chão. O que é planejado nos gabinetes frequentemente ignora a singularidade do território, os ritmos do rio e as particularidades das comunidades que dependem dele para viver (COSTA; ALMEIDA, 2021).

Segundo Costa e Almeida (2021), pequenos detalhes — como acesso a insumos, transporte, armazenamento do pescado e assistência prática — tornam-se obstáculos diários que se acumulam, evidenciando que o problema vai muito além da burocracia. São essas pequenas falhas, repetidas dia após dia, que fragilizam a atividade, testam a resiliência das famílias e demonstram que políticas bem-intencionadas só se tornam eficazes quando dialogam de fato com o território e os saberes locais.

Há ainda uma deficiência relacionada à escassez de políticas integradas, capazes de articular dimensões econômicas, ambientais e culturais. Muitas vezes, cada iniciativa parece caminhar isolada, como ilhas desconectadas, sem reconhecer que o rio e a vida ribeirinha são sistemas interdependentes, onde economia, cultura e meio ambiente se entrelaçam. Essa fragmentação impede que a pesca artesanal seja percebida como patrimônio cultural imaterial e parte de uma economia criativa, reduzindo o potencial do território e desconsiderando a riqueza simbólica e material das comunidades (DRAVET et al., 2022; GOMES et al., 2024).

A cultura ribeirinha, que poderia ser valorizada em políticas de turismo, educação e cultura, permanece desarticulada da agenda ambiental e produtiva. Cada saber tradicional, ritual ou técnica passada de geração em geração carrega potencial para fortalecer identidade e economia local, mas permanece isolado, invisível às políticas públicas setoriais. Pequenas iniciativas que poderiam integrar saberes, produção e cultura esbarram na falta de articulação entre setores, perpetuando fragmentação e subaproveitamento do potencial criativo do território (MOREIRA, 2003; SILVA, 2014; SANTOS et al., 2019).

Por fim, as consequências sociais e territoriais dessas fragilidades tornam-se visíveis no dia a dia das comunidades pesqueiras. A precariedade das condições de

trabalho, a instabilidade da renda e a falta de reconhecimento social produzem vulnerabilidade econômica, colocando famílias inteiras em situação de constante insegurança. Muitos jovens, diante da ausência de perspectivas, abandonam a pesca familiar, ameaçando a continuidade de modos de vida transmitidos por gerações (OLIVEIRA; SOUZA, 2010).

O território, que poderia ser espaço de pertencimento, inovação e criatividade, acaba marcado por perdas simbólicas e materiais. Cada espaço do rio e de suas margens carrega memórias, práticas e identidades que, quando não valorizadas, tornam-se lacunas invisíveis, fragilizando vínculos comunitários e reduzindo o potencial do território como espaço de desenvolvimento sustentável e culturalmente rico (DIEGUES, 2001).

Nesse cenário, o diagnóstico não se limita a retratar falhas políticas, mas funciona como convite a repensar a relação do Estado com as margens. Reconhecer nelas não um resíduo, mas um centro pulsante de vida, cultura e possibilidades, é compreender que políticas públicas podem — e devem — transformar vulnerabilidade em valorização, invisibilidade em protagonismo e tradição em estratégia para um futuro mais justo e sustentável. Cada brecha evidencia a urgência de um olhar atento, sensível e participativo, capaz de ouvir as margens, dialogar com os saberes locais e articular iniciativas que fortaleçam a pesca familiar, os vínculos comunitários e a riqueza simbólica e material do território ribeirinho.

Se as brechas revelam ausências, também apontam caminhos: é a partir dos saberes tradicionais e da cultura ribeirinha que se pode construir propostas capazes de transformar invisibilidade em força coletiva.

5.2 Propostas de valorização dos saberes tradicionais e da cultura ribeirinha

Os saberes tradicionais e a cultura ribeirinha não se limitam a práticas do cotidiano; eles constituem mapas vivos de sobrevivência, identidade e memória (MOREIRA, 2003; SANTOS et al., 2019; SILVA, 2014). Cada gesto de lançar a rede, cada história contada à beira do rio, cada cuidado com os peixes e com as margens carrega conhecimento acumulado ao longo de gerações, transmitido oralmente, por observação e experiência prática (MOURA et al., 2025). Esse patrimônio imaterial sustenta modos de vida inteiros, abrangendo a compreensão do clima, das estações,

do comportamento dos cardumes e da vegetação ribeirinha — um saber profundamente conectado à natureza e às transformações ambientais.

Valorizar esses saberes significa reconhecer a pesca familiar como prática estratégica e fonte de inovação silenciosa. Não se trata apenas de retirar o peixe do rio, mas de interpretar sinais da natureza, planejar o tempo de pesca, escolher técnicas adequadas e adaptar-se às mudanças ambientais — um conhecimento que floresce à margem das grandes estatísticas e políticas convencionais (SANTOS et al., 2019; DIEGUES, 2004).

Cada decisão à beira do rio envolve cálculo, experiência e criatividade, mostrando que tradição e inovação caminham lado a lado, sem perder a essência do saber territorial (MOURA et al., 2025). Esses conhecimentos também podem ser integrados em estratégias de economia criativa, fortalecendo identidade, valores comunitários e geração de valor local (DRAVET et al., 2022; GOMES et al., 2024).

Além disso, eles funcionam como núcleos de resistência frente às pressões externas (MOURA et al., 2025). Em contextos de expansão do agronegócio, degradação ambiental ou ausência de políticas públicas, as práticas ribeirinhas preservam histórias e vínculos que mantêm o pertencimento das famílias ao território. Cada gesto cotidiano carrega força simbólica e social, tornando a pesca familiar muito mais do que atividade econômica: é memória viva e instrumento de sobrevivência.

A transmissão intergeracional é outro aspecto central. Pais, avós e vizinhos ensinam às crianças técnicas de pesca, e formas de respeito à natureza, solidariedade comunitária e maneiras de lidar com a incerteza do rio. Esse processo garante que a memória ribeirinha se mantenha viva, fortalecendo vínculos sociais, perpetuando tradições e abrindo espaço para inovações que surgem do próprio conhecimento da comunidade (OLIVEIRA; SOUZA, 2010).

Os saberes ribeirinhos também funcionam como instrumentos de protagonismo social. Comunidades que reconhecem seu valor podem articular associações, participar de projetos de educação ambiental e turismo comunitário e influenciar políticas públicas que respeitem sua cultura e fortaleçam sua economia (PECQUEUR, 2005; DIEGUES, 2001). Assim, cada gesto cotidiano se transforma em ato de resistência, cada técnica preservada torna-se símbolo de identidade, e cada experiência compartilhada reforça o poder do território como espaço de vida, aprendizado e criação.

Diante desse cenário, as propostas de valorização devem transcender o discurso e se materializar em ações concretas que dialoguem com o cotidiano das comunidades. Não basta falar em reconhecimento; políticas, programas e iniciativas precisam tocar a vida diária de quem vive à beira do rio, respeitando seus tempos, ritmos e desafios. Cada ação deve surgir da escuta atenta das necessidades locais, garantindo que a voz dos pescadores e pescadoras seja protagonista no desenho de soluções, e que o saber tradicional oriente a inovação e adaptação às mudanças ambientais e sociais.

Programas de capacitação que considerem os ritmos do rio permitem que pescadores e pescadoras aprendam e compartilhem técnicas sem interromper a rotina da pesca familiar, integrando saberes antigos e contemporâneos. Ao incluir atividades práticas e momentos de troca de experiências, essas capacitações reforçam autoconfiança, protagonismo comunitário e autonomia, transformando conhecimento tradicional em ferramenta de desenvolvimento (DRAVET et al., 2022; GOMES et al., 2024; DE MARCHI, 2014).

Oficinas de resgate de técnicas tradicionais, como confecção de redes, manejo de espécies e cuidado com os ecossistemas aquáticos, fortalecem a memória coletiva e garantem que conhecimentos milenares não se percam. Elas permitem que práticas culturais invisibilizadas ganhem visibilidade e reconhecimento, contribuindo para fortalecimento da identidade ribeirinha e valorização de atividades econômicas ligadas à pesca e à produção artesanal local (GOMES et al., 2024; UNCTAD, 2010; MADEIRA, 2014).

Iniciativas de documentação audiovisual, como entrevistas, registros fotográficos e vídeos das práticas de pesca e das festas e rituais do rio, criam arquivos vivos que servem tanto para pesquisa quanto para educação comunitária. Transformam o patrimônio imaterial em recurso tangível, fortalecendo turismo cultural, exposições educativas e projetos de economia criativa, criando pontes entre saberes locais e oportunidades de mercado sustentável (DRAVET et al., 2022; GOMES et al., 2024; UNCTAD, 2010).

Programas de educação ambiental que integrem crianças e jovens funcionam como pontes intergeracionais, transmitindo valores de cuidado, respeito e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que estimulam criatividade e consciência ecológica. Quando pensados de forma articulada, transformam o conhecimento tradicional em patrimônio ativo, ferramenta de fortalecimento social, cultural e

econômico da comunidade (DRAVET et al., 2022; GOMES et al., 2024; PECQUEUR, 2005), garantindo que a pesca familiar continue sendo fonte de identidade, aprendido.

É fundamental que a valorização não se limite à dimensão econômica, mas também contemple aspectos simbólicos e culturais da pesca familiar. Cada festa, ritual ou prática cotidiana carrega significados que vão além do sustento imediato, estruturando a identidade comunitária e conectando passado, presente e futuro em uma rede viva de memória e pertencimento (GONÇALVES, 2024; DIEGUES, 2001; MOURA et al., 2025). Esse patrimônio simbólico cria raízes profundas, sustentando modos de vida, orgulho coletivo, coesão social e capacidade de enfrentar adversidades externas (DIEGUES; VIANA, 2004; STEFANELLO et al., 2024b).

Festivais e feiras locais celebram o peixe ou o rio, transformando o território em palco de reconhecimento social, onde saberes, histórias e talentos são visibilizados e compartilhados. Mostras de culinária típica preservam receitas, técnicas e sabores que contam a história da região, consolidando a relação entre alimentação, tradição e território, reforçando a memória coletiva e o patrimônio cultural da pesca artesanal, além de estimular iniciativas de empreendedorismo local (MOURA et al., 2025).

Práticas de turismo comunitário ampliam esse alcance simbólico, permitindo que visitantes experienciem o cotidiano ribeirinho, enquanto geram oportunidades econômicas e promovem o protagonismo da comunidade. Quando planejadas em conjunto com a associação e colônia de pescadores, lojas, bares e restaurantes do bairro fortalecem a governança comunitária, garantindo que decisões, recursos e benefícios permaneçam nas mãos de quem conhece, vive e protege o rio (DIEGUES, 2001).

Nesse contexto, a educação ambiental surge como eixo integrador, conectando saberes tradicionais à ciência e ampliando a percepção das comunidades sobre os impactos ambientais e sociais da pesca artesanal. Essa dimensão contribui para práticas sustentáveis, e fortalece a valorização do território e a qualidade de vida das famílias, consolidando a pesca artesanal como patrimônio cultural, fonte de subsistência e instrumento de desenvolvimento local (STEFANELLO et al., 2024a).

A valorização simbólica e cultural vai além de um complemento econômico; ela se coloca como elemento central na construção de políticas públicas capazes de reconhecer a riqueza dos saberes tradicionais, fortalecer a economia criativa e consolidar a pesca familiar como espaço de resistência, memória e inovação social.

Ao entrelaçar tradição, criatividade e pertencimento, abre-se caminho para um futuro em que cultura, educação e economia caminham lado a lado, transformando o território em lugar de identidade, aprendizado e oportunidades sustentáveis.

Reconhecer o protagonismo local é essencial. Não se trata apenas de criar estruturas formais, mas de fortificar a capacidade das comunidades de decidir, organizar e agir em prol de seus interesses, respeitando seus tempos e modos de vida (PECQUEUR, 2005; SANTOS, 2006). Incentivar associação e colônia de pescadores, bem como redes comunitárias, permite que cada grupo, família e pescador participe ativamente na definição de prioridades, escolha caminhos de desenvolvimento e conduza iniciativas que dialoguem com a realidade concreta do rio (SANTOS 2006; HARVEY, 2005).

Essa atuação corrobora com a autonomia da localidade e promove soluções criativas que emergem do cotidiano, conectando tradição e inovação (PECQUEUR, 2024). Projetos de manejo sustentável, economia criativa e preservação ambiental, conduzidos pela comunidade, demonstram que saberes tradicionais podem ser motores de transformação, preservando identidade, memória e pertencimento (GEERTZ, 2004; GONZÁLEZ; ANTELO, 2020; HOWKINS, 2001; FLORIDA, 2002; MADEIRA, 2014).

Quando o protagonismo cultural e social é efetivo, ele vai além do simbolismo: transforma a gestão de recursos, a economia familiar e a relação com o território. Cada decisão coletiva, iniciativa realizada ou ação compartilhada reforça autoestima, pertencimento e continuidade histórica, além de promover aprendizado contínuo entre gerações, garantindo que jovens absorvam práticas antigas e incorporem inovações (BOURDIEU, 1986; REIS, 2008; GOMES et al., 2024).

Redes comunitárias bem estruturadas funcionam como pontes entre comunidades e municípios, permitindo troca de experiências, articulação de estratégias e construção conjunta de políticas públicas que considerem os saberes e a cultura ribeirinha (SILVA, 2014; MOURA et al., 2025; RETAMOSO; GONÇALVES, 2024; SANTOS, 2021). Essa cooperação amplia o impacto das iniciativas, fortalece a identidade como patrimônio coletivo e potencializa desenvolvimento sustentável e criativo, transformando a governança em instrumento vivo de resistência, inovação e valorização cultural (SANTOS et al., 2022).

A capacitação contínua complementa essa valorização, respeitando os saberes existentes e introduzindo novas técnicas, ferramentas e conhecimentos. Cursos,

oficinas e treinamentos em pesca sustentável, gestão de recursos, economia criativa e comunicação fortalecem competências individuais e coletivas, permitindo que cada ribeirinho, adulto ou jovem participe da construção de soluções inovadoras (FREIRE, 1996; MOREIRA, 2003; FAO, 2017a; COSTA; ALMEIDA, 2021).

Essa aprendizagem permanente reforça autonomia, cria redes de conhecimento entre comunidades, conecta tradições a novas práticas e garante que a memória ribeirinha evolua sem perder sua essência. Capacitar é, portanto, investir em futuro, assegurando que os saberes tradicionais continuem vivos, produtivos e reconhecidos, transformando cada gesto cotidiano em estratégia de desenvolvimento, resistência cultural e fortalecimento social (FAO, 2025a; SILVA, 2014).

Por fim, a integração entre cultura, educação e economia criativa abre oportunidades únicas de desenvolvimento territorial sustentável (PECQUEUR, 2005; SANTOS, 2006). Ao olhar para a pesca familiar e a cultura ribeirinha como ativos estratégicos, percebe-se que tradição e inovação caminham juntas, fortalecendo identidades, estreitando laços comunitários e gerando riqueza de múltiplas formas (GEERTZ, 2004; GONZÁLEZ; ANTELO, 2020; HOWKINS, 2001; FLORIDA, 2002; MADEIRA, 2014).

Políticas públicas construídas a partir dessa perspectiva respeitam práticas tradicionais e estimulam novas possibilidades de aprendizado, produção e circulação de saberes (SILVA, 2014; COSTA; ALMEIDA, 2021; FAO, 2017a). Projetos educativos que combinam experiência prática, educação formal e oficinas culturais podem transformar crianças e jovens em guardiões da memória ribeirinha, enquanto adultos ampliam horizontes de inovação econômica sem perder ligação com os ciclos do rio, o cuidado com os ecossistemas e a vida comunitária (MOREIRA, 2003; MOURA et al., 2025; RETAMOSO; GONÇALVES, 2024).

Ao valorizar a economia criativa — turismo comunitário, gastronomia típica, artesanato e expressões culturais — a comunidade ribeirinha tem novas oportunidades de geração de renda, ao mesmo tempo em que fortalece identidade e visibilidade social (REIS, 2008; GOMES et al., 2024; LIMA, 2012). Cada produto, experiência turística ou evento cultural deixa de ser apenas mercadoria ou lazer, tornando-se veículo de transmissão de saberes, preservação de práticas e afirmação da cultura local (MACIAS et al., 2023; AP NEWS, 2024).

Assim, memória, saberes e práticas das margens do rio tornam-se forças motrizes de transformação (PECQUEUR, 2024; SANTOS, 2006). O patrimônio

cultural deixa de ser invisível e simbólico apenas, ganhando papel central em estratégias de desenvolvimento que promovem justiça social, inovação sustentável e fortalecimento das comunidades, transformando tradição em caminho real para o futuro (HARVEY, 2005; SANTOS et al., 2022). Além disso, a integração cria espaços de diálogo entre governo, universidades e sociedade civil, promovendo políticas públicas mais sensíveis, inclusivas e capazes de reconhecer plenamente o valor da pesca familiar e da cultura ribeirinha, garantindo que o rio e suas margens continuem sendo fonte de vida, identidade e oportunidades (FAO, 2025a; SILVA, 2014).

Essa integração entre saberes, práticas e políticas estabelece a base para modelos de intervenção que valorizam a comunidade, abrindo caminho para iniciativas como a Casa do Povo Ribeirinho.

5.3 A Casa do Povo Ribeirinho como proposta de política pública alternativa, cultural e econômica

A proposta da Casa do Povo Ribeirinho emerge diretamente das fragilidades identificadas no território ribeirinho de São Borja, marcado por desigualdades de poder entre seus atores institucionais e pela baixa capacidade de influenciar políticas públicas. Sob a perspectiva de Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial só se concretiza quando a própria comunidade se torna protagonista na definição de suas prioridades, fortalecendo seus recursos específicos, culturais, sociais e produtivos. Nesse sentido, a ideia da Casa se apresenta como um arranjo territorial capaz de articular memória, formação, apoio social e geração de renda, transformando o território em motor de desenvolvimento. A Unipampa desempenha papel central nesse processo ao atuar como mediadora técnico-institucional, aproximando universidade e comunidade para a construção de soluções compartilhadas, conforme já discutido anteriormente.

A inspiração para a criação da Casa do Povo Ribeirinho surge da analogia com a Casa do Estudante, política pública consolidada que garante moradia e condições básicas para que jovens de outras cidades possam estudar no Campus de São Borja (LACERDA; VALENTINI, 2018; IMPERATORI, 2017). Da mesma forma, ela poderá se configurar como um espaço de acolhimento e fortalecimento, mas voltado especificamente à comunidade ribeirinha de São Borja. Mais do que uma sede física, trata-se de uma proposta de política pública territorializada, com o objetivo de integrar

cultura, economia, assistência e desenvolvimento comunitário (DIAS; SEIXAS, 2020). Além disso, ela teria potencial para funcionar como um espaço de extensão universitária da Unipampa, articulando ensino, pesquisa e atividades práticas com a comunidade ribeirinha. Essa articulação aproxima-se da proposta freireana de uma educação libertadora, na qual universidade e comunidade constroem juntas respostas para os seus desafios (FREIRE, 1996).

Um aspecto central para a viabilidade do projeto diz respeito à sua estrutura de financiamento e manutenção. A experiência da Unipampa com a Resolução nº 84/2014 (UNIPAMPA, 2014), fundamentada no Decreto nº 7.234/2010, que organiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), demonstra que arranjos institucionais podem garantir a construção de equipamentos públicos — entendidos aqui como infraestruturas coletivas de apoio, tais como restaurantes universitários, casas de estudante e bibliotecas —, o que abre espaço para pensar a iniciativa nessa mesma lógica, e a sua sustentabilidade ao longo do tempo (BRASIL, 2010). Inspirando-se nesse modelo, ela poderia ser concebida em duas etapas. Ao mesmo tempo, no que se refere às atividades a serem desenvolvidas em seu interior, a proposta dialoga com a concepção freireana de que a educação deve partir da realidade concreta e promover trocas de saberes entre universidade e comunidade, em um movimento de extensão crítico e transformador (FREIRE, 1996).

Na primeira etapa, caberia à Unipampa, em parceria com fundações de apoio e órgãos de fomento, submeter propostas a editais de agências como CNPq, Finep, Fapergs e ministérios ligados à cultura, meio ambiente e assistência social (BRASIL, 2025b). Nesse estágio, a universidade atuaria como proponente principal, superando a dificuldade das associações ribeirinhas sem fins lucrativos (OSCs) em elaborar e gerir propostas de maior complexidade técnica. A justificativa social, cultural e educacional do programa estaria ancorada na relevância do território ribeirinho, legitimando a construção da Casa como espaço de uso comunitário, vinculado à extensão universitária e às atividades acadêmicas (DIAS; SEIXAS, 2020; PECQUEUR, 2005).

A segunda etapa refere-se à manutenção e sustentabilidade da Casa. Uma vez estruturado o espaço físico, os recursos poderiam advir de fontes diversificadas: programas como o PNAES, convênios com governos municipal, estadual e federal, bem como editais específicos voltados ao fomento cultural e à pesca artesanal (BRASIL, 2025b). A gestão compartilhada entre a universidade e as associações

ribeirinhas sem fins lucrativos (OSCs) seria um elemento-chave, garantindo que a Casa não se configure como um espaço meramente acadêmico, mas sim como um centro enraizado na vida comunitária, articulando estagiários, professores e ribeirinhos em práticas de ensino, extensão e inovação social.

Dessa forma, o modelo de financiamento da instalação física revela-se como uma alternativa possível e consistente, que combina a expertise acadêmica da Unipampa com a legitimidade social da comunidade ribeirinha, estabelecendo uma política pública alternativa que integra dimensões culturais, econômicas e sociais (PAIVA; SILVA, 2020).

O conceito do espaço comunitário ribeirinho parte da ideia de que políticas públicas eficazes não se limitam a distribuir benefícios, mas criam condições para autonomia e protagonismo social (PECQUEUR, 2005). Diferentemente do assistencialismo, esse espaço se propõe a ser um polo de desenvolvimento territorial sustentável, no qual a comunidade participa ativamente na definição de prioridades e demandas, enquanto a Unipampa, por meio de seus docentes, discentes e fundações de apoio, oferece o suporte técnico necessário para transformar essas demandas em programas articulados com políticas governamentais já existentes (DIAS; SEIXAS, 2020).

Nesse sentido, a proposta aproxima-se da lógica da mediação comunitária, compreendida como uma política pública inovadora que busca solucionar conflitos de forma democrática, com ampla participação social e comunitária (KOPS; ZITZKE, 2015). Tal perspectiva reforça a importância da Casa do Povo Ribeirinho como espaço de articulação, escuta e construção coletiva de soluções, capaz de transformar demandas locais em políticas concretas.

O centro de referência ribeirinho seria um ponto de informações e direcionamento para os órgãos responsáveis, incluindo encaminhamento no atendimento jurídico à Defensoria Pública, bem como no atendimento psicossocial e nos benefícios sociais — como CadÚnico e Bolsa Família — para os Centros de Referência. Além disso, teria um espaço destinado à preservação da memória histórica e cultural da comunidade, local para contação de histórias por pescadores e oficinas de capacitação, bem como um centro de inovação comunitária, no qual os ribeirinhos participam ativamente da elaboração, execução e gestão de projetos em parceria com a universidade (FREIRE, 1996; PECQUEUR, 2005).

A Casa atuaria em duas frentes:

1. Execução e facilitação de políticas públicas já existentes, funcionando como ponte entre o Estado e os cidadãos, garantindo acesso efetivo a direitos sociais (BRASIL, 2025);
2. Criação de programas próprios adaptados à realidade local, valorizando saberes tradicionais, promovendo capacitação, estimulando a economia criativa e incentivando práticas sustentáveis de convivência com o rio (PAIVA; SILVA, 2020).

A sustentabilidade dessa ação exige uma articulação institucional sólida. Destacam-se aqui as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), especialmente as colônias e associações de pescadores com CNPJ e histórico de atuação. Quando regularizadas, podem buscar a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), garantindo maior legitimidade para captar recursos junto a governos, fundações e organismos internacionais, conforme previsto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014) e na legislação que instituiu a qualificação de OSCIP (Lei nº 9.790/1999) (BRASIL, 1999; 2014). Esse arranjo reforça a viabilidade da estratégia, permitindo financiamento por repasses estatais e parcerias externas, sempre com foco em impacto social e ambiental (DIAS; SEIXAS, 2020).

O programa deve ser compreendido como uma política pública viva e dinâmica, com programas próprios, financiamento híbrido e participação efetiva da comunidade. Não se trata de um espaço meramente acadêmico ou de prestação de serviços, mas de um território de ação concreta, no qual os ribeirinhos são protagonistas de seu desenvolvimento (PECQUEUR, 2005; FREIRE, 1996). Ao “dar a vara e ensinar a pescar”, a iniciativa transforma benefícios em consequência do trabalho coletivo, não em dependência passiva.

A estrutura funcional do espaço comunitário ribeirinho poderá ser organizada em cinco eixos articulados, que refletem o ciclo de fortalecimento comunitário:

1. *Memória* – O Memorial Águas do Rio Uruguai e a Biblioteca guardam fotografias, objetos, narrativas orais e documentos que preservam a história ribeirinha, valorizando identidades e fortalecendo vínculos culturais (PECQUEUR, 2005).

2. *Formação* – O Centro Cultural da Pesca Artesanal e as oficinas de capacitação transmitem saberes tradicionais e conhecimentos técnicos, preparando crianças, jovens e adultos para enfrentar os desafios contemporâneos sem romper com as práticas herdadas. Inclui oficinas de técnicas tradicionais de pesca ministradas pelos próprios pescadores, valorizando sua experiência prática. Esse processo

educativo dialoga com a concepção freireana de que ensinar e aprender são atos coletivos, em que todos se reconhecem como sujeitos da aprendizagem (FREIRE, 1996).

3. *Apoio* – Salas de atendimento psicossocial, jurídico e social oferecem orientação, escuta e encaminhamento a serviços públicos (CRAS, CAPS, Defensoria Pública), assegurando direitos básicos e promovendo cidadania plena; nessas atividades, participam estagiários, bolsistas da Unipampa e profissionais cedidos por órgãos públicos (BRASIL, 2025).

4. *Produção e Sustentabilidade* – A cozinha comunitária, a agroindústria Sabor Ribeirinho, a horta social e ações como o replantio da mata ciliar e o cultivo de plantas medicinais promovem segurança alimentar, geração de renda e equilíbrio ambiental (PAIVA; SILVA, 2020).

5. *Gestão e Articulação* – O espaço administrativo permite gestão participativa, articulação com universidades, OSCs, prefeituras e órgãos ambientais, além da captação de recursos externos para viabilizar programas (DIAS; SEIXAS, 2020).

Além desses eixos, o polo comunitário pode abrigar iniciativas de economia criativa e inovação comunitária, como turismo sustentável com passeios de barco durante o período de defeso, feiras gastronômicas e de artesanato, e oficinas de carpintaria, marcenaria, corte e costura, unindo tradição e inovação (PAIVA; SILVA, 2020).

Em síntese, a Casa do Povo Ribeirinho representa uma proposta inovadora de política pública, integrando execução de programas sociais com criação de ações próprias, estruturadas segundo o desenvolvimento territorial sustentável (PECQUEUR, 2005). Trata-se de uma iniciativa exequível, participativa e transformadora, capaz de promover justiça social, valorização cultural e fortalecimento econômico. Ao articular memória, formação, apoio social, produção e gestão democrática, a proposta vislumbra um futuro no qual os ribeirinhos deixam de ser vistos como vulneráveis e passam a ser reconhecidos como protagonistas de sua própria história e do desenvolvimento da região (FREIRE, 1996).

Essa perspectiva reforça a importância da universidade como elo entre o Estado e as comunidades tradicionais, promovendo a implementação e o fortalecimento de políticas públicas locais.

Na sequência, a figura demonstra como os diferentes eixos da Casa do Povo Ribeirinho se articulam para apoiar a implementação de políticas territoriais participativas.

Figura 17 - Mapa mental dos cinco eixos articulados para o fortalecimento comunitário



Fonte: Elaborado pela autora

A Figura 17 apresenta o resumo visual das principais dimensões de atuação da Casa do Povo Ribeirinho, evidenciando seus eixos de memória, formação, apoio, produção e gestão, integrados à proposta de política pública territorializada e participativa.

5.4 O papel da universidade na mediação entre Estado e comunidades tradicionais

A universidade exerce um papel estratégico na mediação entre o Estado e as comunidades tradicionais, funcionando como ponte institucional capaz de facilitar o acesso a direitos sociais e programas governamentais (GADOTTI, 2017). Segundo Frutuoso e Silva (2021), a Extensão Universitária atua como prática de mediação que conecta universidade e sociedade, dinamizando a interação e promovendo

transformações sociais por meio de ações educativas, culturais e informacionais. Entende-se, portanto, como comunidades tradicionais aqueles grupos que mantêm saberes e práticas culturais históricas (BRASIL, 2025b).

Nesse sentido, a Unipampa articula-se com órgãos como CRAS, CAPS, Defensoria Pública e outros serviços, contribuindo para que as políticas públicas alcancem à população ribeirinha. Essa articulação não é apenas teórica, o Campus São Borja, por exemplo, firmou acordo de cooperação com a Defensoria Pública do RS, envolvendo ações extensionistas junto aos CRAS do município (UNIPAMPA, 2023).

A extensão universitária, fundamentada na proposta freireana de educação libertadora, aproxima-se da realidade concreta da comunidade, promovendo trocas de saberes entre acadêmicos e ribeirinhos (FREIRE, 1996).

Essa mediação se manifesta concretamente em iniciativas como a Casa do Povo Ribeirinho, espaço multifuncional que articula dimensões culturais, educativas e sociais, promovendo a preservação dos saberes e práticas ribeirinhas.

Inspirada em experiências como a Casa do Povo, reconhecida como espaço cultural de memória, arte e engajamento social (CASA DO POVO, [s.d.]), o projeto funciona como centro de encontro, formação e experimentação, onde a comunidade participa ativamente, contribuindo para a construção de práticas locais sustentáveis e para o fortalecimento da identidade ribeirinha, valorizando o diálogo entre o conhecimento tradicional e as experiências locais como fonte legítima de aprendizado.

Segundo Ewald et al. (2023), a presença de saberes e conhecimentos populares e tradicionais na universidade potencializa a transformação social, aproximando a academia das realidades comunitárias e promovendo intervenções de ensino, pesquisa e extensão mais inclusivas. Oficinas, cursos e projetos pedagógicos tornam-se instrumentos de construção coletiva do conhecimento, envolvendo crianças, jovens e adultos em processos de aprendizagem intergeracional.

Além da mediação junto às comunidades ribeirinhas, a universidade tem desempenhado papel relevante na inclusão de estudantes indígenas no ensino superior. Estudos recentes evidenciam que, no Paraná, acadêmicos Kaingang têm buscado o ensino superior com foco na coletividade, articulando suas trajetórias acadêmicas às necessidades e interesses de suas aldeias (AYRES et al., 2023). Esse processo mostra que a universidade, ao receber estudantes indígenas, torna-se

espaço de negociação entre saberes acadêmicos e tradicionais, reconhecendo a diversidade cultural como elemento central da formação.

A presença desses estudantes contribui para a integração do conhecimento tradicional no contexto universitário, rompendo com paradigmas coloniais e promovendo a construção coletiva do saber. Experiências relatadas mostram que a participação de estudantes indígenas no ensino superior não se limita à absorção de conteúdos acadêmicos, mas envolve práticas que aproximam a universidade da realidade das comunidades indígenas, fortalecendo identidades culturais e estimulando iniciativas voltadas ao desenvolvimento social e territorial (AYRES et al., 2023). Somando-se às atividades extensionistas, a universidade promove pesquisa participativa, permitindo que a comunidade seja coautora do conhecimento gerado.

Além de promover a troca de saberes, a universidade oferece suporte técnico e institucional para a elaboração de propostas e submissão de ações a órgãos de fomento, como CNPq, Finep, Fapergs e ministérios ligados à cultura, meio ambiente e assistência social.

No âmbito universitário, OSCs e OSCIPs se tornam parceiras estratégicas, colaborando na implementação de projetos sociais, na promoção de práticas educativas e na construção de redes de apoio à comunidade. Essas parcerias fortalecem as organizações e possibilitam uma atuação mais articulada e eficaz junto às populações atendidas. Segundo Santos Júnior (2013), a extensão universitária, quando realizada de forma dialógica, permite o entrelaçamento de saberes acadêmicos e populares, gerando conhecimentos que fortalecem tanto a universidade quanto as organizações parceiras, promovendo processos de cooperação, aprendizagem mútua e desenvolvimento social sustentável.

Essa articulação dá suporte às associações e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), permitindo que projetos de maior complexidade técnica sejam implementados com segurança, legitimidade e foco em impacto social e ambiental. Por meio desse apoio, as associações ribeirinhas ampliam sua capacidade de gestão e consolidam-se como atores ativos no território.

A valorização dos saberes tradicionais implica reconhecer que o conhecimento local — sobre pesca artesanal, manejo de recursos naturais, culinária, medicina popular e práticas culturais — possui potencial transformador e deve ser incorporado às práticas acadêmicas (GEERTZ, 2004; DIEGUES, 2001). A integração desses saberes em cursos, oficinas e projetos de pesquisa proporciona uma educação

contextualizada, fortalece identidades culturais e promove inovação social. Por exemplo, a Casa do Povo Ribeirinho atua como espaço em que pescadores e ribeirinhos compartilham técnicas de manejo sustentável e cultivam saberes que dialogam com políticas ambientais e de segurança alimentar.

A mediação universitária contribui também para a criação de programas e ações próprias adaptadas à realidade local, como oficinas de capacitação, feiras gastronômicas e de artesanato, projetos de economia criativa e atividades culturais. Essa concepção está alinhada ao entendimento de que a extensão universitária deve promover o diálogo entre saberes acadêmicos e populares, estimulando práticas emancipadoras e participação ativa das comunidades (FREIRE, 1996; DIAS; SEIXAS, 2020). Ao envolver os ribeirinhos na definição de prioridades, no planejamento e na execução de ações voltadas ao seu desenvolvimento, reforça-se o protagonismo social e a autonomia coletiva, elementos essenciais para o desenvolvimento territorial sustentável (PECQUEUR, 2005). Dessa forma, ao valorizar os saberes locais e fomentar processos colaborativos, consolida-se a autoestima comunitária e a percepção de que a população é capaz de transformar seu próprio território.

Conforme apontam Gueiral et al. (2025), a comunidade, quando reconhecida como espaço educativo, amplia os sentidos da educação, possibilitando práticas formativas mais contextualizadas, democráticas e socialmente referenciadas. A atuação dialógica das universidades por meio da extensão e a constituição de espaços participativos se configuram como elementos centrais para a construção de uma pedagogia comprometida com processos de transformação social, na qual escuta qualificada, mediação institucional e corresponsabilidade são essenciais para o protagonismo comunitário.

A atuação da universidade, portanto, não se restringe à gestão de políticas públicas existentes, mas envolve a co-construção de soluções inovadoras que articulam ensino, pesquisa e extensão. Essa atuação integrada garante que as ações sejam contextualizadas, respeitem a cultura local e dialoguem com os desafios socioambientais do território, consolidando práticas de gestão participativa.

Outro aspecto relevante da mediação promovida pela universidade é a criação de estratégias de sustentabilidade e financiamento híbrido. Ao combinar recursos provenientes de políticas públicas, editais de fomento, convênios com governos e parcerias externas, a universidade fortalece a continuidade das ações e garante que iniciativas voltadas ao desenvolvimento comunitário não dependam exclusivamente

de repasses esporádicos. Essa sustentabilidade permite que programas como o da Casa do Povo Ribeirinho se consolidem e gerem impacto a longo prazo.

Por fim, a universidade transforma a mediação em um processo dinâmico, participativo e transformador, consolidando vínculos entre Estado e comunidades ribeirinhas. Ao valorizar saberes tradicionais, promover protagonismo comunitário e integrar ações acadêmicas e sociais, a Unipampa contribui para que políticas públicas locais sejam mais eficazes, inclusivas e sustentáveis, fortalecendo tanto a comunidade quanto a própria instituição acadêmica como agente de desenvolvimento social e territorial.

Dessa forma, a mediação universitária aproxima Estado e comunidades, configurando-se como catalisador de inovação social e preparando o terreno para estratégias de desenvolvimento local sustentável. Essa integração entre universidade e comunidade estabelece as bases para a cooperação intermunicipal, fortalecendo redes ribeirinhas e promovendo a complementariedade ecológica.

5.5 Rede intermunicipal ribeirinha: complementariedade ecológica e cooperação territorial

A concepção de uma articulação intermunicipal ribeirinha surge como estratégia para articular comunidades, órgãos públicos e instituições acadêmicas em prol da gestão sustentável dos rios e territórios adjacentes. Essa cooperação busca integrar diferentes atores locais, promovendo o compartilhamento de saberes tradicionais e científicos, fortalecendo a governança territorial e ampliando a capacidade de resposta a desafios ambientais, sociais e econômicos comuns (SANTOS JÚNIOR, 2013; FREIRE, 1996; SILVA, 2014). A Unipampa, por meio de iniciativas de extensão, entre elas a proposta de criação da Casa do Povo Ribeirinho, poderá atuar na articulação entre os municípios, incentivando a participação comunitária na tomada de decisões e promovendo processos de aprendizagem intergeracional (CASA DO POVO, [s.d.]; GADOTTI, 2017).

Para evitar ambiguidade conceitual, convém explicitar o alcance deste estudo: quando se usa o plural “comunidades”, passa-se do recorte local, da população ribeirinha de São Borja, para um recorte territorial amplo, que inclui outras comunidades situadas ao longo do rio Uruguai e de seus afluentes. Do mesmo modo, “articulação intermunicipal ribeirinha” refere-se à conexão formal e informal entre os

municípios marginais ao rio, ou seja, aqueles que compartilham suas margens, recursos e processos ecológicos. Essa ampliação de escala não é meramente retórica: devido à conectividade hidrológica (migração de peixes, transporte de sedimentos e poluentes, ciclos reprodutivos) e às interdependências socioeconômicas (comercialização, uso comum dos recursos pesqueiros e serviços ecossistêmicos), torna-se evidente que não é viável proteger ou gerir o rio de forma isolada por um único município. Assim, a proposta de arranjo ribeirinho reconhece a necessidade de governança compartilhada, monitoramento integrado, troca de saberes locais e coordenação interinstitucional, condições fundamentais para estratégias de manejo que sejam ambientalmente eficazes, socialmente justas e culturalmente sensíveis (COLLETIS; PECQUEUR, 2018; PECQUEUR, 2005; BAUELLE, 2011).

Além da gestão ambiental, essa coordenação intermunicipal busca integrar dimensões sociais e culturais, valorizando o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais e promovendo políticas públicas inclusivas que fortalecem a segurança alimentar, a renda local e a coesão social (MOURA et al., 2025; SILVA, 2014; FAO, 2017a, 2017b). Conforme Cazella et al. (2020), a adoção da abordagem da cesta de bens e serviços territoriais no Brasil exige atenção à inclusão social, à sustentabilidade do desenvolvimento e à constituição de sistemas de governança territorial que contemplem atores públicos, privados e associativos, reforçando a necessidade de cooperação intermunicipal.

Essa articulação estabelece o contexto para compreender como a cooperação e a gestão compartilhada potencializam a sustentabilidade territorial, ligando princípios ecológicos à ação concreta dos municípios.

Campagne e Pecqueur (2014) destacam que o desenvolvimento territorial emerge da ação combinada de atores locais — privados, públicos e associativos — que valorizam recursos específicos do território e promovem processos de governança participativa. Nessa perspectiva, a integração de saberes tradicionais e científicos, aliada à mediação universitária e à economia criativa, potencializa o uso sustentável dos recursos, fortalece a identidade cultural e amplia oportunidades de desenvolvimento socioeconômico inclusivo (HOWKINS, 2001; MADEIRA, 2014; UNCTAD, 2010; GOMES et al., 2024).

A interdependência entre ecossistemas e atividades humanas constitui um dos princípios centrais desse arranjo ribeirinho. Essa dimensão se manifesta na proteção de estoques pesqueiros, no respeito aos períodos de defeso e na conservação de

habitats naturais, evidenciando que práticas locais sustentáveis, quando combinadas com monitoramento científico, fortalecem a resiliência socioambiental das populações ribeirinhas e promovem a Transformação Azul, ao integrar conservação ambiental e desenvolvimento sustentável (FAO, 2025a; DE PAULA, 2018; RETAMOSO; GONÇALVES, 2024).

A cooperação entre municípios permite adotar estratégias de manejo de recursos naturais que respeitam os ciclos biológicos, promovem a biodiversidade e evitam ações isoladas que comprometam a sustentabilidade territorial (DIEGUES, 2001; GEERTZ, 2004). Iniciativas como a plantação de mudas nas margens dos rios durante o período de reprodução dos peixes, envolvendo pescadores e estudantes, exemplificam como a sinergia ecológica e social gera benefícios mútuos para o meio ambiente e para os territórios locais (SANTOS et al., 2019).

Ademais, essa fusão demonstra que a gestão dos recursos hídricos e pesqueiros deve considerar o território como uma construção social, na qual preservação ambiental, relações comunitárias e dinâmica econômica se articulam de forma complementar (PECQUEUR, 2005; BAUELLE, 2011). Práticas de manejo participativo, aliadas à conservação ambiental, contribuem para a segurança alimentar e para a manutenção das atividades tradicionais de pesca, garantindo o abastecimento proteico para essas populações (FAO, 2017a, 2017b; BEGOSSI, 2004; MOREIRA, 2003).

Além dos benefícios ecológicos, a interdependência entre municípios reforça vínculos sociais, preserva saberes tradicionais e fortalece a identidade cultural local, evidenciando a sustentabilidade social e cultural como componente essencial da gestão territorial (SILVA, 2014; MOURA et al., 2025). A conexão entre monitoramento científico e saberes locais favorece a inteligência coletiva e a inovação comunitária, fortalecendo a capacidade de resposta a impactos ambientais e promovendo decisões mais contextualizadas e estratégicas (HIRCZAK et al., 2022; CAZELLA et al., 2020, 2022). Dentro desse contexto de articulação intermunicipal, um princípio fundamental emerge: a sinergia ecológica, que orienta práticas de manejo sustentável e conservação ambiental.

Por fim, a complementariedade ecológica se fortalece quando integrada a políticas públicas participativas e a estratégias de economia criativa, que potencializam o uso sustentável dos recursos locais, valorizam o capital cultural e promovem desenvolvimento socioeconômico inclusivo e territorialmente equilibrado

(MADEIRA, 2014; UNCTAD, 2010; GOMES et al., 2024). Dessa forma, o arranjo intermunicipal ribeirinho promove a conservação ambiental e fortalece a sustentabilidade social, cultural e econômica, constituindo um modelo de gestão territorial integrado, inovador e resiliente. A concretização dessa articulação ecológica depende, porém, da cooperação efetiva entre municípios e da gestão compartilhada dos recursos naturais e culturais.

A coordenação intermunicipal facilita a criação de estratégias conjuntas de planejamento e execução de projetos, abrangendo monitoramento de pesca, reflorestamento de margens, programas de educação ambiental, capacitação comunitária e implementação de políticas públicas integradas. Ao promover a troca de experiências e informações entre gestores, comunidades, universidades e organizações da sociedade civil, essa estrutura contribui para uma atuação mais eficiente, inclusiva e adaptativa, fortalecendo o protagonismo local, a resiliência territorial e a capacidade de enfrentamento a desafios socioambientais complexos (GUEIRAL et al., 2025; PECQUEUR, 2005; HIRCZAK et al., 2022).

A mediação da universidade, por meio de ações extensionistas e projetos de pesquisa participativa, garante que os conhecimentos tradicionais e científicos se complementem, favorecendo decisões contextualizadas e estratégias de manejo mais sustentáveis (SILVA, 2014; FAO, 2017a, 2017b; CAZELLA et al., 2020, 2022). Essa integração de saberes possibilita a conservação ambiental, e a valorização do capital cultural, a manutenção da identidade comunitária e a geração de oportunidades econômicas por meio de iniciativas de economia criativa (MADEIRA, 2014; UNCTAD, 2010; GOMES et al., 2024).

Além disso, a cooperação intermunicipal fortalece redes de governança territorial ao articular atores públicos, privados e associativos, promovendo a cocriação de soluções inovadoras que consideram a complexidade ecológica, social e econômica do território ribeirinho (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014; COLLETIS; PECQUEUR, 2018). Projetos como oficinas de manejo participativo, programas de educação ambiental nas escolas e ações de monitoramento comunitário de pesca ilustram como a gestão compartilhada combina ciência, saber local e participação comunitária, gerando impactos positivos tangíveis no fortalecimento da governança e na sustentabilidade das práticas locais (SANTOS et al., 2019; DE PAULA, 2020).

Essa coordenação demonstra que os ganhos sociais e culturais se consolidam quando vinculados a práticas ambientais sustentáveis e à cooperação efetiva entre os municípios.

Dessa forma, a articulação intermunicipal ribeirinha se apresenta como um modelo de governança integrada, capaz de promover a conservação ambiental, a coesão social e o desenvolvimento territorial equilibrado, evidenciando que políticas públicas participativas e a articulação de diferentes atores são elementos-chave para o manejo sustentável de rios e territórios adjacentes. Os ganhos socioambientais repercutem diretamente na esfera social e cultural, fortalecendo identidades, saberes e práticas tradicionais das populações ribeirinhas.

No campo social e cultural, essa coordenação intermunicipal estimula o fortalecimento das identidades culturais, preservando saberes tradicionais, práticas comunitárias e modos de vida próprios das populações ribeirinhas. A cooperação possibilita a realização de feiras, oficinas, encontros culturais, festivais e ações educativas, que reforçam vínculos sociais, promovem a colaboração entre diferentes localidades e ampliam a visibilidade das comunidades junto a políticas públicas, organizações privadas e projetos de economia criativa (CASA DO POVO, [s.d.]; GADOTTI, 2017; BOURDIEU, 1986; GOMES et al., 2024).

Projetos desenvolvidos na Casa do Povo Ribeirinho demonstram que a junção entre ensino, pesquisa e extensão, somada à participação ativa da comunidade, gera processos de aprendizagem intergeracional, fortalecendo a transmissão de saberes tradicionais e estimulando práticas locais inovadoras que consolidam o território como espaço de desenvolvimento social e cultural (SILVA, 2014; MOURA et al., 2025; HIRCZAK et al., 2022). Essa aprendizagem contínua contribui para a construção de capital social, favorecendo a cooperação entre os moradores e a organização coletiva, elementos essenciais para a resiliência das comunidades frente a mudanças ambientais e econômicas (FAO, 2017a, 2017b; PECQUEUR, 2005).

Além disso, a articulação de atividades culturais e produtivas, como o artesanato ligado à pesca, festivais gastronômicos baseados no pescado local e experiências de turismo comunitário, demonstra que a valorização simbólica dos territórios ribeirinhos pode gerar renda, fortalecer a identidade coletiva e ampliar o reconhecimento das comunidades nos âmbitos regional e nacional (BEGOSSI, 2004; MOREIRA, 2003; CAZELLA et al., 2020, 2022). Ao promover essa articulação entre cultura, economia e educação, a coordenação intermunicipal contribui para o

desenvolvimento social inclusivo, garantindo que os benefícios do uso sustentável dos recursos naturais repercutam na melhoria da qualidade de vida e na perpetuação das tradições locais.

Em síntese, a articulação intermunicipal ribeirinha demonstra que a gestão territorial efetiva depende da convergência entre conservação ambiental, participação comunitária, valorização cultural e desenvolvimento socioeconômico sustentável. Ao integrar saberes tradicionais e científicos, promover políticas públicas inclusivas e incentivar práticas de economia criativa, esse arranjo constitui um modelo de governança territorial inovador e resiliente, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos da sustentabilidade nos territórios ribeirinhos e fortalecer o protagonismo das comunidades locais.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como propósito compreender de que maneira as políticas públicas voltadas à pesca artesanal se materializam no território ribeirinho de São Borja, considerando os múltiplos desafios enfrentados pelos pescadores, que vão desde a garantia de condições dignas de trabalho até a preservação de seus modos de vida. Mais do que avaliar instrumentos consolidados, como o seguro defeso, a pesquisa buscou evidenciar lacunas em políticas que abarquem dimensões sociais, culturais, naturais, econômicas e políticas dessa atividade tradicional.

A investigação mostrou que a pesca artesanal, invisibilizada frente ao predomínio do agronegócio regional, pode ser reconhecida como componente essencial do desenvolvimento territorial. Sua contribuição se manifesta na segurança alimentar, na preservação de saberes tradicionais e na manutenção de práticas de manejo ambientalmente equilibradas. Nesse contexto, o estudo também refletiu sobre o papel da universidade e da comunidade local na construção de estratégias coletivas de governança, destacando a importância da participação ativa dos ribeirinhos e pescadores na formulação e execução de políticas públicas, promovendo melhor integração entre Estado, instituições acadêmicas e comunidades ribeirinhas.

A análise revelou que, embora instrumentos como o seguro defeso estejam disponíveis, eles não atendem integralmente às demandas reais da atividade, especialmente diante da complexidade social, cultural, econômica e política que a caracteriza. As políticas públicas existentes permanecem fragmentadas, centradas em dimensões econômicas ou ambientais, sem abarcar plenamente os saberes tradicionais, as práticas culturais e a coesão comunitária que sustentam a vida desses grupos.

A pesca artesanal, assim, se apresenta como um modo de vida que sustenta identidades, vínculos comunitários e práticas culturais. Os pescadores mantêm saberes ancestrais e estratégias de manejo que contribuem simultaneamente para a preservação ambiental e a segurança alimentar local, demonstrando que capital cultural e ecológico são intrinsecamente interdependentes. Estes resultados confirmam a relevância de reconhecer a pesca como eixo central do território ribeirinho, em que aspectos socioambientais não podem ser dissociados das dimensões econômicas e políticas.

Dentre os desafios identificados, destacam-se as dificuldades organizacionais e institucionais enfrentadas pelos pescadores. A desconfiança histórica em relação a órgãos públicos e a fragmentação de associações locais restringem a participação efetiva nas decisões que impactam sua subsistência. Além disso, a falta de visibilidade das demandas ribeirinhas limita o acesso a políticas públicas de forma abrangentes, demonstrando a necessidade de governança compartilhada e conexão entre os municípios ribeirinhos para pensar o rio e seus recursos de forma integrada.

A cooperação entre cidades ribeirinhas foi identificada como potencial estratégia para superar desafios compartilhados. Essa união permitiria coordenar ações de manejo sustentável, integrar saberes locais e científicos, promover monitoramento ecológico conjunto e fomentar práticas comunitárias que favoreçam a resiliência social e ambiental. Os resultados indicam que a gestão isolada por município não é suficiente e que a integração intermunicipal representa caminho estratégico para a sustentabilidade territorial.

A mediação universitária seria um ponto central para consolidar a interface entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais. Como desdobramento teórico identificado neste estudo, sugere-se a Casa do Povo Ribeirinho, uma proposta conceitual ainda não implementada, como um espaço de articulação entre universidade e comunidade, promovendo a participação dos pescadores, a valorização de saberes tradicionais e a implementação de práticas inovadoras que fortalecem a sustentabilidade territorial.

A atuação da Unipampa, especialmente por meio desse núcleo comunitário, consistiria como um elemento articulador de projetos de extensão e pesquisa participativa, promovendo integração entre ensino, cultura, ciência e economia criativa. Iniciativas como plantio de mudas nas margens dos rios, programas de educação ambiental e oficinas comunitárias exemplificam como a mediação universitária estimularia processos de aprendizagem intergeracional, transmissão de saberes tradicionais e práticas inovadoras, consolidando o território como espaço de desenvolvimento social, cultural e ambiental.

Do ponto de vista teórico e metodológico, o estudo confirma que políticas públicas para comunidades tradicionais devem ser concebidas sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, fortalecendo a governança participativa, valorizando o capital cultural e promovendo a integração de múltiplos atores (públicos, privados e associativos), componentes centrais para estratégias sustentáveis. A abordagem

qualitativa, baseada em observação participante e coleta de histórias, revelou-se eficiente para captar a riqueza dos saberes locais e compreender a complexidade das relações sociais, culturais e ecológicas que estruturam a pesca artesanal.

Em síntese, os principais resultados indicam que a sustentabilidade territorial depende da convergência entre dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas, da cooperação efetiva entre municípios, da implementação de políticas ambientais estruturadoras da pesca artesanal e da mediação universitária. Quando articulados, esses elementos promovem desenvolvimento inclusivo, fortalecimento comunitário e conservação ambiental, oferecendo caminhos concretos para políticas públicas amplas, participativas e contextualizadas às necessidades das populações ribeirinhas de São Borja e demais localidades marginais ao rio Uruguai.

O estudo oferece contribuições relevantes tanto para o avanço teórico quanto para o aprimoramento metodológico. Teoricamente, apresenta a importância da articulação intermunicipal e da integração de saberes tradicionais e científicos para a governança sustentável de rios e territórios adjacentes. Ao abordar a pesca artesanal de forma sistêmica, contemplando dimensões sociais, culturais, naturais, econômicas e políticas, amplia-se a compreensão sobre como comunidades tradicionais podem ser reconhecidas, valorizadas e consolidadas em estratégias de desenvolvimento territorial inclusivas. Além disso, reforça a pesca artesanal como atividade econômica, prática cultural, fonte de identidade coletiva e vetor de inovação social e ambiental.

Metodologicamente, a pesquisa mostra o potencial de abordagens qualitativas exploratórias, combinando observação participante, registro de narrativas e análise de conteúdo indutiva, para compreender dinâmicas complexas em territórios culturalmente marcados. Valorizar histórias e experiências dos pescadores permitiu acessar informações não documentadas oficialmente, revelando nuances do cotidiano, das interações comunitárias e do impacto de políticas públicas. A metodologia demonstrou eficácia em gerar conhecimento contextualizado, sensível às especificidades locais, servindo de referência para estudos futuros sobre comunidades tradicionais em outros contextos.

Apesar do esforço metodológico, algumas limitações merecem destaque. A investigação concentrou-se principalmente na população ribeirinha de São Borja, com menções a outras comunidades marginais ao rio Uruguai de forma contextual, sem coleta detalhada em cada localidade, restringindo a generalização. A abordagem qualitativa limita a quantificação de impactos socioeconômicos e ambientais da pesca

artesanal, e a relação de confiança entre pesquisador e comunidade nem sempre permitiu acesso a informações mais profundas. Além disso, desafios na análise de políticas públicas e limitações temporais da pesquisa restringem a observação longitudinal de processos sazonais e evolutivos da pesca e ecossistemas fluviais.

Mesmo assim, os resultados fornecem contribuições importantes para compreender a pesca artesanal em São Borja, a articulação intermunicipal e o papel da mediação universitária, oferecendo subsídios sólidos para políticas públicas mais integradas, participativas e sensíveis às especificidades socioeconômicas e culturais das comunidades ribeirinhas.

A partir das análises realizadas, considera-se que a governança compartilhada entre municípios, mediada por instituições acadêmicas, fortaleceria a conservação ambiental e a coesão social e cultural, consolidando a conexão entre saberes tradicionais e científicos. Essa constatação amplia a compreensão sobre como ações coordenadas geram sinergias ecológicas e socioeconômicas em contextos de pesca artesanal.

Do ponto de vista prático, a mediação universitária, por meio de projetos de extensão e pesquisa participativa, atua como catalisador na transmissão intergeracional de saberes, valorização de práticas culturais e promoção de oportunidades econômicas, especialmente associadas à economia criativa. A investigação também mostra lacunas na abrangência e implementação de instrumentos governamentais, como o seguro defeso, reforçando a necessidade de políticas integradas que considerem simultaneamente dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais.

Como desdobramento prático desta pesquisa, elaborou-se um *Guia Rápido de Orientações para Emissão de Notas Fiscais pelo Aplicativo do Governo Estadual*, destinado aos pescadores artesanais de São Borja. O material foi concebido para facilitar a compreensão e o uso da plataforma digital, atendendo a uma das principais dificuldades relatadas durante o trabalho de campo. O guia foi elaborado para atender à demanda urgente dos pescadores, diante da extinção gradual das notas fiscais impressas pelo Governo e da migração para o sistema digital de emissão (app NFF). Esse produto técnico-tecnológico contribui diretamente para a autonomia dos trabalhadores da pesca, permitindo a formalização da atividade e fortalecendo sua inserção em políticas públicas e programas de incentivo, oficializando sua produção e ampliando a visibilidade da categoria. Assim, o guia reforça a proposta desta

dissertação de produzir resultados aplicados, alinhando o conhecimento acadêmico às necessidades concretas da comunidade ribeirinha (ver Apêndice A).

A Figura 18 ilustra a capa do Guia Rápido, resultado direto do esforço em alinhar pesquisa acadêmica e necessidades práticas da comunidade.

Figura 18 - Capa do Guia Rápido para Emissão de Nota Fiscal Fácil (NFF)



Fonte: Elaborado pela autora

As perspectivas futuras incluem aprofundar a análise longitudinal das práticas de pesca e da governança territorial, considerando aspectos sazonais, mudanças climáticas, variações nos estoques pesqueiros e transformações socioeconômicas, bem como ampliar a coleta de dados quantitativos sobre renda, produção pesqueira e fluxos comerciais. Com base nas experiências obtidas, a articulação intermunicipal ribeirinha poderá ser replicada em outros contextos de pesca artesanal e comunidades tradicionais, estimulando o compartilhamento de boas práticas, a inovação comunitária e o desenvolvimento de políticas públicas participativas.

Ao longo deste trabalho, buscou-se compreender e dar visibilidade a um grupo social que permanece invisibilizado há muito tempo: os pescadores ribeirinhos de São Borja, cuja prática de pesca artesanal constitui o objeto central da investigação, e os próprios pescadores, que representam os sujeitos do estudo. A dissertação revela

como esses atores vivenciam desafios relacionados à sustentabilidade territorial e à implementação de políticas públicas, reforçando a importância de sua participação ativa na gestão do território e na construção de alternativas sustentáveis.

O estudo reafirma que a sustentabilidade envolve dimensões ambiental, social, cultural, econômica e política, sendo a valorização do capital humano, cultural e simbólico das populações locais essencial para uma gestão territorial inclusiva e eficaz. Assim, este trabalho fornece subsídios para pesquisadores, gestores e formuladores de políticas públicas, oferecendo contribuições teóricas e práticas para o desenvolvimento territorial e a governança de comunidades ribeirinhas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA NETO, João de. **Cantiga de Rio & Remo**. Álbum: Coração de gaúcho, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/4o85NSP>. Acesso em 12 set. 2025.

AP NEWS. Ruta de los Abastos: Chile's Coastal and Agricultural Communities Transform Tourism Through Food. **Associated Press**, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://time.com/6992338/ruta-de-los-abastos/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

AYRES, A. D.; BRANDO, F. DA R.; AYRES, O. M.. Presença indígena na universidade como retomada de território. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280060, 2023.

AZEVEDO, Natália Tavares de; PIERRI, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 32, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5380/dma.v32i0.35547>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUDELLE, Guy; GUY, Catherine; MÉRENNE-SCHOUMAKER, Bernadette. **Le développement territorial en Europe**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.

BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: BEGOSSI, Alpina (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec; Nepam/Unicamp; Nupaub/USP; Fapesp, 2004. p. 223–253.

BIASSI, Bruna Anselva; BEHR, Everton Rodolfo; DELLAZZANA, Diego Alves; AROCHA, Nathan Motta. Análise etnoictológica da pesca artesanal nas bacias hidrográficas dos Rios Uruguai e Jacuí, Rio Grande do Sul, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 43, n. 3, 2017. Disponível em: <https://institutodepesca.org/index.php/bip/article/view/1211>. Acesso em 11 ago. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **The forms of capital**. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241–258.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União. Instrução Normativa SPU/SEDDM/ME nº 28, de 26 de abril de 2022. Estabelece os critérios e procedimentos para a demarcação de terrenos de marinha, terrenos marginais e seus respectivos acrescidos, bem como orienta a identificação das áreas de domínio da União dispostas nos incisos III, IV, VI e VII do art. 20 da Constituição Federal de 1988. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 41, 05

maio 2022. Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-spu/seddm/me-n-28-de-26-de-abril-de-2022-397603795>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 12500, 6 set. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9760-5-setembro-1946-417540-norma-pe.html>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Pesca no Brasil**. [S.l.]: Ministério da Pesca e Aquicultura, 14 mar. 2019. Atualizado em 27 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/pesca-no-brasil>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 2009. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=695204&filenome=LegislacaoCitada%20PL%205989/2009. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1991. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8287-20-dezembro-1991-363658-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, 2003. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10779-25-novembro-2003-470909-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria normativa n. 46, de 18 de outubro de 2007. **Diário Oficial da União**: Seção 1, [s.l.], p. 42, 19 out. 2007. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0046-181007.PDF>. Acesso em: 07 ago. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 mar. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm. Acesso em: 07 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Interministerial SG-PR/MEC Nº 192, de 11 de março DE 2025. Aprova o Documento de Referência da Extensão em Participação Social e estabelece diretrizes para sua implementação. **Diário Oficial da União**. Publicado em: 14/03/2025, edição: 50, seção: 1, p. 31. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-sg-pr/mec-n-192-de-11-de-marco-de-2025-617950752>. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Extensão em participação social documento de referência**. Brasília: MEC, 2025b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/extensao_em_participacao_social.pdf. Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Programa Povos da Pesca Artesanal**. [S.l.]: Ministério da Pesca e Aquicultura, publicado em 22 maio 2024, atualizado em 01 out. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/pesca/programa-povos-da-pesca-artesanal>. Acesso em: 12 mar. 2025.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial**: une réponse émergente à la mondialisation. Paris: Éditions Charles Léopold Mayer, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Maria Tereza Queiroz. **O direito à regularização fundiária de territórios tradicionais**: análise do caminho a ser percorrido entre a demanda social e a efetivação do direito pelo poder executivo. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) — Programa de Pós-Graduação em Direito: Novos Direitos, Novos Sujeitos, Escola de Direito, Turismo e Museologia, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/bda2f6eb-6fed-41b8-8727-f0c0c900de36/content>. Acesso em: 07 ago. 2025.

CASA DO POVO. **Sobre a Casa do Povo**. [s.d.]. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/sobre/>. Acesso em: 11 set. 2025.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. de. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, Taubaté, SP, v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez. 2020. ISSN 1809-239X. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881/985>. Acesso em 20 jul. 2025.

CAZELLA, Ademir Antonio; DORIGON, Clóvis; PECQUEUR, Bernard. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 1–21, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.797. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/797>. Acesso em: 03 set. 2025.

COLLETIS, Gabriel; PECQUEUR, Bernard. Révélation des ressources spécifiques territoriales et inégalités de développement. **Revue d'économie régionale et urbaine**, n. 5, p. 993-1011, déc. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/reru.185.0993>. Acesso em 18 jul. 2025.

COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo. **São Borja e seu Patrimônio “quase esquecido: o caso das Missões Jesuíticas na Terra dos Presidentes”**. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009, Maringá. Anais eletrônico. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3KgDsuN>. Acesso em: 21 maio 2025.

COSTA, Adriane Lobo; ALMEIDA, Jalcione. Política pública para a agricultura familiar, extensão rural e a inserção de pescadores artesanais: “será que dá peixe”? **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.5, p. 49182-49214 may 2021. DOI:10.34117/bjdv7n5-359. Acesso em: 20 mar. 2025

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2. ed. rev e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

CRUZ, Jussara Cabral; NUMMER, Andrea; ELTZ, Flávio Luiz Foletto; SILVA, José Luiz Silvério da; ARAUJO, Talles Augusto; PADILHA, Damáris Gonçalves; SILVEIRA, Geraldo Lopes da. Avaliação ambiental integrada do meio físico nas bacias do Alto e Médio Rio Uruguai: análise desagregada. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 19, n. 2, p. 237-249, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305306589_Avaliacao_Ambiental_Integrada_do_Meio_Fisico_nas_Bacias_do_Alto_e_Medio_Rio_Uruguai_Analise_Desagregada. Acesso em: 11 ago. 2025.

DE MARCHI, Leonardo. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 37, n. 1, p. 193–215, jan. 2014.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Impactos ambientais na pesca artesanal brasileira: uma interpretação geográfica. **PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 79–106, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724619412018079>.

DE PAULA, Cristiano Quaresma de; SILVA, Christian Nunes da. Disputas nos territórios da pesca artesanal brasileira como expressão da dialógica entre território e ambiente. **Rev. InterEspaço**, Grajaú/MA, v. 6, p. 01-19, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e202012>.

DESLANDES. Suely Ferreira; GOMES. Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DIAS, R. C.; SEIXAS, P. C. Territorialização de Políticas Públicas, Processo ou Abordagem? **RPER**, [S. l.], n. 55, p. 47–60, 2020. DOI: 10.59072/rper.vi55.9. Disponível em: <https://www.review-rper.com/index.php/rper/article/view/9>. Acesso em: 09 set. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB-USP: CEC, 2004. Disponível em: https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Comunidade%20Tradicionais001_4.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025.

DRAVET, Florence; MARQUES, Alessandra; CHAVES, Beatriz. Perspectivas teóricas e aplicadas na pesquisa em economia criativa no Brasil: revisão de escopo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 3, p. 221–240, 2022. DOI: 10.54399/rbgdr.v18i3.6683. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6683>. Acesso em: 10 ago. 2025.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de Eduardo Brandão. (Coleção Tópicos).

EWALD, Felipe; MELO, Carolina; PIRES, Daniel. **A presença de saberes e conhecimentos populares e tradicionais tem potencial para transformar a universidade**. *Jornal da Universidade*. Porto Alegre, 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/a-presenca-de-saberes-e-conhecimentos-populares-e-tradicionais-tem-potencial-para-transformar-a-universidade/>. Acesso em: 08 set. 2025.

FAO. (2017a) **América Latina e Caribe adotam primeira lei modelo de pesca artesanal do mundo**. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 23 jun. 2017. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/76905-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-adotam-primeira-lei-modelo-de-pesca-artesanal-do-mundo#:~:text=Pesca%20%C3%A9%20setor%20estrat%C3%A9gico,disse%20Alejandro%20Flores%2C%20da%20FAO>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FAO. (2017b) **Mesoamérica sem Fome**: América Latina e o Caribe contam com a primeira Lei Modelo regional sobre Pesca Artesanal do mundo. Organização das

Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 19 jun. 2017. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/mesoamerica-sin-hambre/noticias-eventos/detail-events/es/c/896812/>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FAO. (2025a). **FAO pede aprofundamento da agenda da Transformação Azul na América Latina e no Caribe**. 19 fev. 2025. Disponível em <https://www.fao.org/americas/news/news-detail/profundizar-transformacion-azul/es>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FAO. (2025b). **FAO participa de reunião dos BRICS e contribui para discussões sobre segurança alimentar, agricultura familiar e transformação azul**. 17 mar. 2025. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/news/news-detail/brics-debate/es>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FAO. [s.d.]. **Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe. Comissão de Pesca e Aquicultura de Pequena Escala e Artesanal para a América Latina e o Caribe (COPPESAALC)**. Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe. Disponível em: <https://www.fao.org/americas/about-us/regional-commissions/coppesaalc/es>. Acesso em: 6 ago. 2025.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class**. New York: Basic Books, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FRUTUOSO, A. M. R.; SILVA, J. L. C. Extensão universitária como prática de mediação: o projeto Nas Entrelinhas da Arte na interação entre a Universidade Federal do Cariri e a Escola de Ensino Médio José Bezerra de Menezes em Juazeiro do Norte. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1742>. Acesso em: 14 set. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GABRIEL, Alice Poche; DA SILVA, Franciele; FOLETO, Eliane Maria. Áreas Protegidas do Pampa - Argentina, Brasil e Uruguai: análise da distribuição espacial e correlação das diferentes categorias. **Geografia (Londrina)**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 129–147, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/42477>. Acesso em: 12 ago. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://eba.ufrj.br/wp->

content/uploads/2023/02/Extensao_Universitaria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 11 set. 2025.

GAMALHO, Nola Patrícia. A produção de periferias urbanas em uma cidade do agronegócio e fronteira: o bairro do Passo - São Borja (rs), **Confinos**. 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/12f3p>.

GARCIA, Narjara Mendes. **Educação nas famílias de pescadores artesanais: transmissão geracional e processos de resiliência**. 2007. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2007. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2008-06-26T111716Z-89/Publico/narjara.pdf. Acesso em 13 set. 2025.

GEERTZ, Clifford **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362006000100003>. Acesso em: 09 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 6. ed., 2008.

GOMES, Vanessa Maria Lopes Rodrigues; SCHIRMER KIELING, Adriana; JOSEMIN, Gabriela Chassot; MARCONDES, Cláudia Inês. Ciclo para o desenvolvimento da economia criativa: uma proposta teórica. **Animus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 23, n. 51, p. e023016, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/87838>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GONÇALVES, Ulisses de Souza. **Memória e identidade do cais do porto de São Borja/RS**: proposta de resgate da memória e a história do cais do porto de São Borja por meio da fotografia. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2024. 47 f. Relatório técnico. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/server/api/core/bitstreams/ea21629f-bc93-4df0-a512-f76bc78c17aa/content>. Acesso em: 14 ago. 2025.

GONZÁLEZ, Rubén C. Lois.; ANTELO, María de los Ángeles Piñeiro. Fishing Tourism as an Opportunity for Sustainable Rural Development: A Case from Galicia (Spain). **Land**, v. 9, n. 11, p. 437, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/land9110437>. Acesso em: 10 ago. 2025.

GOOGLE. **Mapeamento de 21 pescadores artesanais indicados pelos pescadores artesanais de São Borja**. Google My Maps. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?hl=pt-BR&mid=1HI_em_Ugzno0ppniKE7wTOM1JaK9h7s&ll=-28.64970279772463%2C-56.10395935&z=9. Acesso em: 02 abr. 2025.

GUEIRAL, Aline Siqueira Miranda; MARQUES, Marilda Aldiliana; MAGAGNIN, Fabiana Sartori; SOUSA, Josélia Fernandes de; COSTA, Eliane Araújo Xavier da. A comunidade como espaço educativo: integração e protagonismo local. **Lumen et Virtus**, São José dos Pinhais, v. XVI, n. L, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/levv16n50-094>. Acesso em: 12 set. 2025.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Extraído de: *Spaces of capital: towards a critical geography*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2001). (Coleção Geografia em Ação).

HIRCZAK, M.; JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. . A Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 22–40, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.776. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/776>. Acesso em: 31 jul. 2025.

HESS, Sonia Corina. A Bacia do rio Uruguai sob pressão no Brasil: esgotos domésticos, dejetos animais e agrotóxicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**. [S. l.], v. 29, e84886, p. 1-18, 2025. DOI: 10.5902/2236499484886. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/84886>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HOWKINS, John. **The Creative Economy: How People Make Money from Ideas**. London: Penguin Press, 2001.

IBGE. [2025]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas**. Atualizado em 31 jul. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

IMPERATORI, T. K.. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285–303, maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz; apresentação de Adroaldo Moura da Silva; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas). ISBN 85-351-0917-X.

KOPS, Rodrigo Nunes; ZITZKE, Ana Paula. **A mediação comunitária como política pública transformadora da sociedade**. XII Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, seção Direito, cidadania e Políticas Públicas, 2015. [Anais] Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidssp/article/view/13197>. Acesso em: 09 set. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LACERDA, IP; VALENTINI, F. Impacto da Moradia Estudantil no Desempenho Acadêmico e na Permanência na Universidade. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 2, pág. 413–423, maio de 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018022524>

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] – Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios) Tradução de: Storia e memoria.

LIMA, Selma Maria Santiago. **Pólos criativos – lugares de desenvolvimento**. VIII ENECULT- encontro de estudos multidisciplinares em cultura – Anais – 08 a 10 de agosto, Salvador: Bahia, 2012. Disponível em: <http://www.viii.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload/39024.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 251–290, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em: 16 ago. 2025.

LEWIS, W. Arthur. **Economic Development with Unlimited Supplies of Labour**. Manchester School of Economic and Social Studies, v. 22, n. 2, 1954. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x>. Acesso em 15 ago. 2025.

MACIAS, Jordi Vegas; LAMERS, Machiel; TOONEN, Hilde. Connecting fishing and tourism practices using digital tools: a case study of Marsaxlokk, Malta. **Journal of Marine and Island Cultures**, v. 12, p. 100-110, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370651533_Connecting_fishing_and_tourism_practices_using_digital_tools_a_case_study_of_Marsaxlokk_Malta. Acesso em: 10 ago. 2025.

MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2014. Disponível em: <https://funag.gov.br/loja/download/1096-economia-criativa.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2025.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2. ed. Tradução de Anton P. Carr, Ligia Aparecida Cardieri Mendonça e Kasper. Revisão (cap. XVI-XXII) de Eunice Ribeiro Durham. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Os Pensadores.

MARCUZZO, Francisco F. N.. **Bacia hidrográfica do Rio Uruguai: altimetria e áreas**. Anais XXII Simpósio brasileiro de recursos hídricos, Florianópolis, SC, 2017.

Disponível em: <https://files.abrhidro.org.br/Eventos/Trabalhos/60/PAP021878.pdf>. Acesso em 09 ago. 2025.

MARSHALL, Alfred. **Principles of Economics**. 8. ed. Londres: Macmillan, 1920.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. ISBN 978-85-7559-321-9.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro II: O processo de circulação do capital. Engels, Friedrich (Org.). Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOREIRA, Teresa Cristina. **Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no Brasil e a sua abordagem jurídica no limiar do século biotecnológico**. 2003. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Teresa%20Cristina%20Moreira077.pdf>. Acesso em 06 ago. 2025.

MORENO, Larissa Tavares. A luta para pescar: reconhecimento e direito social dos pescadores artesanais. **Revista Pegada**, vol. 16, n. 2, p. 16-42, Dezembro/2015. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v16i2.3812>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MOURA, Graziela Breitenbauch de; MELLER, Vanderléa Ana; SOUZA, Ronaldo Camargo. A produção intelectual de estudos sobre as experiências e memórias de vida de pescadores artesanais. **Revista Arace**, v. 7, n. 5, p. 234–289, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n5-178>. Acesso em: 6 ago. 2025.

MUCHNIK, José; CAÑADA, Javier Sanz; SALCIDO, Gerardo Torres. Sistemas agroalimentarios localizados: estado de las investigaciones y perspectivas. **Estudios Latinoamericanos**, [S. l.], n. 27-28, p. 33–49, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22201/cela.24484946e.2011.27-28.49375>

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de.; SOUZA, Jackeline Maria. (Des) caminhos da pesca artesanal no submédio São Francisco. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XII, ed. esp., Salvador, BA, 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1248/991>. Acesso em: 07 ago. 2025.

PAIVA, Camila Capacle; SILVA Edinho. A política pública de economia criativa e solidária do município de Araraquara/SP. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**: n. 70, p. 137-152, set. 2020. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/af17be09-5759-4cf8-9218-e4a0a4aa7ced/content>. Acesso em 10 set. 2025.

PASE, Hemerson; ROCHA, Humberto; SANTOS, Everton; PATELLA, Ana. O conflito sociopolítico nos empreendimentos hidrelétricos. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XIX, n. 2, pág. 45-66, abril.-jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/vVws7ympDrmZRGLnVWQLVXk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 set. 2025.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. Traduzido do francês por Ghislaine Duque. **Raízes**: Campina Grande, vol. 24, n 1 e 2, jan.–dez./2005. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PECQUEUR, Bernard. As abordagens do desenvolvimento territorial: origem e perspectivas recentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 22, n. 61, p. e16213, 2024. DOI: 10.21527/2237-6453.2024.61.16213. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/16213>. Acesso em: 25 jul. 2025.

PERROUX, François. Note sur la notion de pôle de croissance. **Économie appliquée**, v. 8, n. 1-2, 1955. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ecoap_0013-0494_1955_num_8_1_2522. Acesso em: 30 jul. 2025.

PINTO, Muriel. **A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções jesuíticoguaranis**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131160/000980214.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 ago. 2025.

PINTO, Muriel; COLVERO, Ronaldo Bernardino. A região de fronteira São Borja-Brasil/Santo Tomé-Argentina: as representações sociais tradicionais pós construção da ponte da integração (1994-1997). **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 20, nº 3, p. 303 - 331, set./dez. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6547590>. Acesso em 10 jul. 2025.

PINTO, Muriel; SILVA, Jardel Vitor (org.). **História, memória e as paisagens culturais da cidade histórica de São Borja**. Erechim: Editora Erechim, 2015.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Ana Carla Fonseca (org.). **Economia criativa como estratégia de desenvolvimento**: uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Garimpo de Soluções; Itaú Cultural, 2008. 267 p. Disponível em: <https://garimpodesolucoes.com.br/wp-content/uploads/2023/11/Economia-Criativa-como-Estrate%CC%81gia-de-Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2025.

RETAMOSO, Alex Sander Barcelos. **A cultura de fronteira como potencial turístico**: o caso de São Borja e Santo Tomé. 44º Encontro Anual da ANPOCS - GT07 - Ciências Sociais, turismo e territórios: desafios, limites e possibilidades, 2020. Disponível em:

<https://scholar.google.com/scholar?oi=bibs&cluster=5425689266788731363&btnI=1&hl=pt-BR>. Acesso em: 13 ago. 2025.

RETAMOSO, Alex Sander Barcelos; GONÇALVES, Ulisses Souza. A dança das paisagens: Transformações e dinâmicas entre o Rio Uruguai, o Bairro do Passo em São Borja - BR e Santo Tomé -AR. **Confins**, [online], n 64, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4000/12f3m>.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Apresentação de Felipe Macedo de Holanda. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas). ISBN 85-351-0830-0.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth**: a non-communist manifesto. Cambridge University Press, 1960.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; BAPTISTA, María del Pilar Lucio. **Metodología de la investigación**. 6. ed. México D.F.: McGraw-Hill Interamericana Editores, 2014.

SANTOS, Andréa Carla Lira dos; BITTENCOURT, Cláudio Figueiroa; ARAÚJO FILHO, Roberto José Paiva de; OLIVEIRA, Paulo Guilherme Vasconcelos de. Caracterização da pesca e perfil socioeconômico do pescador que atua sobre as pontes do Recife, PE. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v.40, n.2: 291 – 298, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/4myzkDN>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SANTOS, Edson dos. **A participação dos pescadores artesanais na gestão dos recursos hídricos: um estudo de caso no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental) — Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em:

<https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/e7616364-e279-40a6-8283-b1be01d8ad03/content>. Acesso em: 07 ago. 2025.

SANTOS, Edson dos; OLIVEIRA, Ticiano Rodrigo Almeida; SOUZA, Susana Menezes Luz de; CUNHA, Maristela Casé Costa. Pescadores artesanais na gestão participativa de recursos hídricos. **Revista Ouricuri**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/ouricuri/article/view/15346/10544>. Acesso em: 07 ago. 2025.

SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17554/1/A%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20E%20OS%20ENTRE-LA%C3%87OS%20DOS%20SABERES.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

SANTOS, Kátia Silva Souza; AMARAL, Daniel Ferreira; E SILVA, Tâmara Almeida; SANTOS, Carlos Alberto Batista. O panorama da pesca artesanal praticada por povos e comunidades tradicionais no nordeste brasileiro. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 35, p. 57–74, 2019. DOI: 10.5216/revgeoamb.v0i35.60129 . Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/60129> . Acesso em: 12 set. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SÃO BORJA. Prefeitura Municipal de São Borja. **Dados gerais**. Prefeitura Municipal de São Borja, [2017]. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/dados-gerais>. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 40 p. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/995345/1/bpd3.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. Apresentação de Winston Fritsh; introdução de Edwin Cannan. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1. (Coleção Os Economistas).

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STEFANELLO, Cristiano Miguel; SILVA, Renata Colbeich da; QUEROL, Marcus Vinicius Morini. Redes do saber: conectando a experiência de pescadores artesanais de Uruguaiana/RS à Educação Ambiental. **Revista observatorio de la economia latinoamericana**, Curitiba, v.22, n.6, p. 01-27. 2024a. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n6-080>.

STEFANELLO, Cristiano Miguel; SILVA, Renata Colbeich da; QUEROL, Marcus Vinicius Morini. Às margens do rio uruguai: a percepção ambiental dos pescadores de Uruguaiana/RS. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. e748, 2024b. DOI: <https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n1-27-2024>

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990. ISBN 85-224-0513-1.

TORRES, Rafael Barsotti; GIANNELLA, Letícia de Carvalho. Políticas públicas e conflitos socioambientais: problematizando o Seguro-Defeso da pesca artesanal. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 24, n. 1, p. 170–189, 24 jun. 2020.

Disponível em:

<https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/14372>. Acesso em: 02 set. 2025.

TRF4. **TRF4 mantém suspenso licenciamento de Hidrelétrica Panambi**. Portal Unificado da Justiça Federal da 4ª Região. 04 maio 2015. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10971. Acesso em: 07 ago. 2025.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Trade and Development Report, 2010**. New York and Geneva: United Nations, 2010.

Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/tdr2010_en.pdf.

Acesso em: 9 ago. 2025.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT.

Comunicado de imprensa UNCTAD alerta para recessão global induzida por políticas; apoio financeiro inadequado deixa os países em desenvolvimento expostos a crises em cascata de dívida, saúde e clima. Genebra, 3 out. 2022.

UNCTAD/PRESS/PR/2022/014/Rev.1. Disponível em:

https://unctad.org/system/files/press-material/PR22014.Rev_.1_pt_TDR22_Final.pdf.

Acesso em: 9 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Campus São Borja celebra Acordo de Cooperação com Defensoria Pública do RS**. 05 jul. 2023. Disponível em:

<https://sites.unipampa.edu.br/propladi/2023/07/05/campus-sao-borja-celebra-acordo-de-cooperacao-com-defensoria-publica-do-rs/?utm>. Acesso em: 11 set. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Conselho Universitário. **Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014**. Dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil da UNIPAMPA. Bagé: Unipampa, 2014. Disponível em:

https://sites.unipampa.edu.br/prodae/files/2022/06/resolucao-no-84_2014.pdf.

Acesso em: 07 set. 2025.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 4. ed. brasileira, 1991. Disponível em: <http://bit.ly/46mxLEi>. Acesso em 13 ago. 2025.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário e índice remissivo de Antonio Flávio Pierucci. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. ISBN 978-85-359-0470-3.

APÊNDICE A: Material didático – Guia Rápido Produtor Primário de Emissão de Nota Fiscal Fácil – (NFF)



NFF
Nota Fiscal Fácil

**GUIA RÁPIDO
PRODUTOR PRIMÁRIO
(PESCADOR)**

ENTRAR COM GOV.BR

 programa de pós-graduação
em políticas públicas

 unipampa
Universidade Federal de Pampa

Apresentação

1. O que é?

- Aplicativo para emitir notas fiscais de produtores rurais.

2. Por que fazer?

- Facilita a venda e mantém tudo dentro da lei.

ENTRAR COM GOV.BR

3. Quem deve fazer?

- Microprodutores rurais com inscrição estadual.

Pré-requisitos

4. O que precisa antes:

- Ter conta no Gov.br (nível prata ou ouro).
- Ter inscrição estadual ativa.
- Usar celular com internet (smartphone).

5. Como baixar o app:

a) Abra a loja do celular:

Play store



App store



b) Pesquise por:

👉 Nota Fiscal Fácil - NFF

c) Clique em Instalar

👉 Aguarde o app baixar.

d) Verifique se o ícone do aplicativo apareceu na tela do celular.

6. Como abrir o app:

ENTRAR COM GOV.BR

- Toque no ícone para abrir o aplicativo.**
- Aguarde o carregamento inicial.**

7. Tela Inicial Gov.br:

- Tela de Identificação Gov.br: digite o CPF e clique em Continuar.



08:18 sso.gov.br

gov.br

Identifique-se no gov.br com:

🇮🇧 Número do CPF

Digite seu CPF para criar ou acessar sua conta gov.br

CPF

Digite seu CPF

Continuar

Outras opções de identificação:

- 🏦 Login com seu banco
- 📱 Seu aplicativo gov.br
- 📄 Seu certificado digital
- ☁️ Seu certificado digital em nuvem

🔗 Está com dúvidas e precisa de ajuda?

Termo de Uso e Aviso de Privacidade



08:19 sso.gov.br

gov.br

Digite sua senha

CPF

Senha

Digite sua senha atual

[Esqueci minha senha](#)

Cancelar Entrar

- Digite a senha e clique em Entrar.

8. Tela de verificação em duas etapas:

- Digite o Código de acesso enviado para o seu celular e após Ok.



The screenshot shows a mobile browser interface for the gov.br website. The address bar displays 'sso.gov.br'. The page title is 'Verificação em duas etapas'. The main text reads: 'Por favor, digite abaixo o código enviado para o celular cadastrado.' Below this is a text input field labeled 'Código de acesso'. A red arrow points to this field. Below the input field, there is a link: 'Não recebeu o código de acesso? [Clique aqui para reenviá-lo.](#)'. At the bottom, there are two buttons: 'Cancelar' and 'Ok'. A red arrow points to the 'Ok' button.

9. Tela do primeiro acesso:

- **Escolha o Perfil do Usuário:
Produtor Primário.**

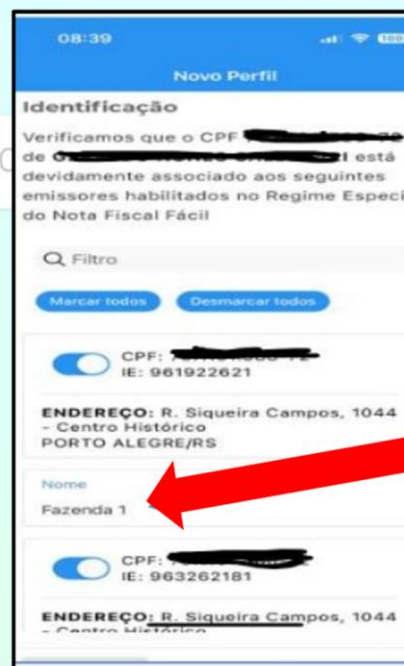


10. Tela de Identificação:

- A tela mostrará seus dados e a sua Inscrição Estadual.



- Rolando a tela para baixo verá o n° da Inscrição Estadual



11. Tela para associar seu celular e receber o código de verificação:

- Digitar o número do seu celular com o código de área.
- Escolher whatsapp ou SMS para receber o código de verificação.

08:55
Verifique seu número

Antes de acessar o aplicativo Nota Fiscal Fácil pela primeira vez, precisamos validar o número de telefone do seu dispositivo.

+55 Número de telefone

Por favor, escolha o método de validação do dispositivo

✓ WhatsApp

SMS

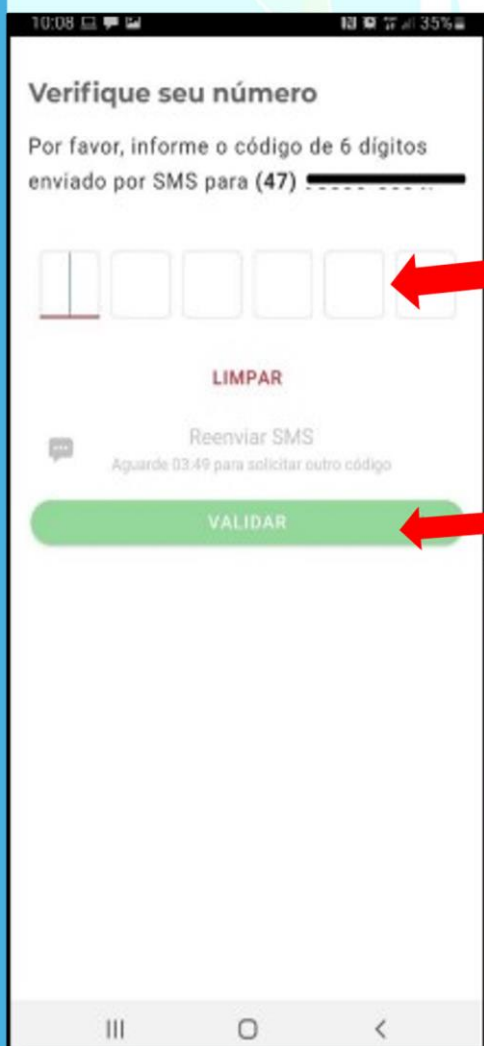
PRÓXIMO

VOLTAR

- Após clique em Próximo.

12. Tela para o código enviado ao telefone:

- Digitar o código de seis dígitos recebido pelo whatsApp ou SMS.



- Digitar o código de seis dígitos.

- Clique em validar.

13. Tela para cadastrar um código PIN:

- Cadastre um código PIN e anote ou memorize.
- Será pedido em cada pedido de emissão.

Escolha um PIN

Cadastre um código PIN de segurança de 4 dígitos que será solicitado em cada pedido de emissão no aplicativo da NFF. Memorize-o e não divulgue para proteger suas informações.

Confirme o PIN escolhido repetindo abaixo:

LIMPAR

CONCLUIR

- Digitar o código PIN.

- Repetir o código.

- Concluir.

14. Tela principal do app NFF:

- Apresenta as solicitações não processadas e as notas autorizadas .
- A cor do card identifica a situação da Nota:

Laranja – Aguardando Autorização;
Verde – Autorizado;
Vermelho – Cancelado;
Azul – Entrega comprovada;
Cinza – Problema na emissão.



Os detalhes do documento são exibidos clicando em cima do card.

As operações para cadastramento de novo produto, novo cliente, novo transportador, novo local de retirada, novo operador, relatório e nova nota estão dispostas no botão (+).

15. Tela de detalhes da NFe:

Fonte: Manual de Orientação ao Produtor Rural- Nota Fiscal Fácil - Estado do Rio Grande do Sul, outubro de 2024

The screenshot displays the 'Detalhes do Documento' (Document Details) screen. The document number is 124.280320002, and its status is 'AUTORIZADO'. Key details include: Protocolo nº: 143240000263889, Autorizado em: 28/03/2024 11:24, Propriedade: Albardao, Emitido em: 28/03/2024 11:24, Valor total: R\$ 20.000,00, Cliente: 93.429.173/0008-87 - Muller Supermercado, and Tipo: Normal. A list of action buttons is provided at the bottom, each with a corresponding function described in the adjacent text.

Botão	Descrição
VISUALIZAR DOCUMENTO	- Visualiza o documento fiscal.
EXIBIR QR CODE	- Mostra o QR Code da Nota.
ENCAMINHAR LINK	- Envia o link.
ENCAMINHAR ARQUIVO	- Encaminha Nota.
PAGAMENTO DE TRIBUTOS	- Gera a guia do ICMS
COPIAR NFF	- Copia a Nota.
INFORMAR CORREÇÃO	- Emite carta de correção da Nota.
DEVOLVER DOCUMENTO	- Devolução das mercadorias recebidas.
CANCELAR DOCUMENTO	- Cancela Nota (prazo 168 horas, a partir da autorização de uso).



NFF

Nota Fiscal Fácil

Desenvolvimento de Material Didático

Natureza: Guia Instrucional

Título: Guia Rápido Produtor Primário (Pescador)

País: São Borja - RS - Brasil

Idioma: Português

Meio de divulgação: Impresso e Digital

Finalidade: Material didático de apoio Guia Rápido Produtor Primário (Pescador)

Ano: 2025

Autores:

Ana Lucia de F. Azambuja, Muriel Pinto e Alex Sander B. Retamoso

Concepção do processo e conteúdo : Ana Lucia de F. Azambuja

Orientação: Prof. Dr. Muriel Pinto e Prof. Dr. Alex Sander B. Retamoso

Editoração: Ana Lucia de Freitas Azambuja

Produto técnico de dissertação do Programa de Pós -graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa

ANEXO A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: A CASA DO POVO RIBEIRINHO: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM SÃO BORJA-RS

Pesquisadora responsável: Ana Lucia de Freitas Azambuja

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus São Borja/RS

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **A CASA DO POVO RIBEIRINHO: PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DA PESCA ARTESANAL EM SÃO BORJA-RS**. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, com foco nas experiências de pescadores artesanais do município de São Borja-RS. A pesquisa visa compreender como as políticas públicas se articulam à atividade pesqueira artesanal e de que forma contribuem (ou não) para o desenvolvimento territorial na região. A coleta de dados ocorrerá por meio de **observação participante, conversas informais e registros de relatos orais, que poderão ser gravados em áudio**, com a participação de pescadores e lideranças da pesca artesanal.

Todos os registros obtidos durante a pesquisa serão armazenados com segurança sob a responsabilidade da pesquisadora pelo período de cinco anos, sendo utilizados **exclusivamente para fins científicos relacionados a este projeto**. Após esse prazo, os dados serão eliminados (apagados ou destruídos, conforme o formato de registro). A pesquisadora assegura que nenhuma informação que possa identificá-lo(a) será divulgada. O **anonimato será garantido**, e seu nome ou qualquer dado que permita sua identificação não constará em publicações futuras. Sua participação é **voluntária**, e você poderá, a qualquer momento, desistir ou interromper sua participação sem qualquer prejuízo ou penalidade. Não haverá compensação

financeira ou reembolso de despesas pela participação, tampouco qualquer ônus para você ou seus familiares.

Os benefícios esperados dizem respeito à **contribuição para a construção de políticas públicas mais adequadas às realidades dos pescadores artesanais** e à valorização do conhecimento local.

Se tiver dúvidas sobre o estudo ou desejar mais informações, poderá entrar em contato com a pesquisadora pelos meios abaixo:

Ana Lucia de Freitas Azambuja

E-mail: anaazambuja.aluno@unipampa.edu.br

Telefone: (55) 99206-4160

Caso aceite participar do estudo, assine este documento em duas vias. Uma será sua e a outra será arquivada pela pesquisadora.

Nome do(a) Participante da Pesquisa:

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / ____